



Arlete Joaquim Morais

“ ESTE RIO É MINHA RUA ”

PERSPECTIVAS DO RIO COMO PATRIMÓNIO NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ, AMAZÓNIA - BRASIL

Dissertação de Mestrado em Lazer Património e Desenvolvimento,
orientada pela Doutora Fernanda Maria Cravidão e coorientada pela
Doutora Maria Goretti da Costa Tavares, apresentada ao Departamento de
Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

“Este rio é minha rua” - Perspectivas do rio como património na cidade de Belém do Pará, Amazônia- Brasil

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	“Este rio é minha rua” - Perspectivas do rio como património na cidade de Belém do Pará, Amazônia- Brasil
Autor	Arlete Joaquim Morais
Orientador	Profª Dr.ª Fernanda Maria Cravidão
Coorientador	Profª Dr.ª Maria Goretti Tavares
Júri	Presidente: Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos Vogais: 1. Doutor João Luís Jesus Fernandes 2. Doutora Fernanda Maria Cravidão
Identificação do Curso	2º Ciclo em Lazer, Património e Desenvolvimento
Área científica	Turismo
Especialidade	Turismo e Património
Data da defesa	28-10-2013
Classificação	17 valores

Agradecimentos

À minha família em especial a minha mãe pela presença e apoio às minhas escolhas;

Ao serviço de Relações Internacionais que através das Bolsas de Intercâmbio Santander Totta me proporcionou abraçar este projecto;

A Universidade Federal do Pará – Faculdade de História e Filosofia Humana pelo acolhimento e por permitir que eu fizesse parte do grupo de pesquisa GGEOTUR;

A Prof^a Dr.^a Fernanda Cravidão pela orientação, paciência e confiança depositada em mim;

A Prof^a Dr.^a Maria Goretti Tavares pelo acolhimento em Belém, orientação, carinho e amizade;

Aos colegas do GGEOTUR: Cleber, Eliane, Bruno, Débora, Alessandra, Renan e Vanessa pela amizade, companheirismo e disponibilidade, sem vocês tudo teria sido mais difícil;

Ao IPHAN, PARATUR, BELEMTUR, FUMBEL, Associação CIVIVA e aos belenenses por se terem disponibilizado desde o primeiro momento em colaborar na pesquisa;

A Angel Eventos pelo contributo à pesquisa;

Ao Sr. Francisco e Dona Iranice, meus pais de Belém pelo amor com que me acolheram na sua família, pelos momentos maravilhosos passados em Mosqueiro;

Aos meus amigos Cicy e Marinho por estarem presentes nos momentos mais importantes da minha vida.

Resumo

Nas últimas duas décadas a cidade de Belém do Pará sofreu grandes transformações no que respeita ao seu património cultural, localizado sobretudo no seu centro histórico. Estas transformações deram lugar a novos usos do património histórico da cidade originado pela requalificação e refuncionalização do Complexo Feliz Lusitânia sob o pretexto de devolver o rio a cidade. Diante desta realidade e do facto de o rio Guamá ser elemento incontornável e definidor das dinâmicas económicas, sociais e culturais de Belém, pretendo com esta pesquisa perceber até que ponto o Rio é ou não considerado património de Belém. Para tal foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, entrevistas com entidades públicas e privada que actuam no panorama turístico e que têm responsabilidade sobre o património na cidade e no estado e entrevistas com moradores do bairro da Cidade Velha no centro histórico de Belém, turistas, comerciantes, utilizadores dos portos e associação de moradores com vista a perceber se estes consideram ou não o rio como património de Belém. O resultado da pesquisa demonstra que de facto o rio ainda não é pensado como património da cidade embora a sua utilização para uso turístico se caracteriza por passeios na orla, viagens entre Belém e a ilha do Marajó ou simplesmente para contemplação.

Palavras-chave: Políticas de Turismo – Belém – Rio – Património Natural

Abstract

In the past two decades the city of Belem do Para has changed considerably in terms of their cultural heritage, mainly located in the historic center. These changes have led to new uses for historic heritage of the city that originated the redevelopment and refunctionalization of the Complex Feliz Lusitania under the pretext of giving back the river to the city. Through this reality and the fact that the Guama's river be unavoidable element that defines the economic, cultural and the social dynamics of Belem, this research intend to realize how far the River is considered or not the town's heritage. To this end, it was conducted bibliographic and documentary research, interviews with public and private entities that works in the tourist scene and have responsibility over the assets in the city and state heritage, interviews with residents of the Cidade Velha district in the historic center of Belem, tourists, traders, ports users and the residents association in order to understand whether or not they consider or the river as heritage of Belem. The research results shows that in fact the river is still not thought of as a city heritage although its use for tourist use characterized by rides on the edge, travel between Belem and Marajo island or simply for contemplation.

Keywords: Tourism Policies - Belem - River - Natural Heritage

Lista de siglas

- **APL** - Arranjos Produtivos Locais
- **BELEMTUR** – Secretaria/ Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém
- **BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- **BIRD** - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- **CEDEC** -
- **CICI** - Comissão Internacional de Cooperação Intelectual
- **CIVIVA** – Associação de moradores do bairro da Cidade Velha
- **DPH** - Departamento para o Património Histórico
- **EMBRATUR** - Empresa Brasileira de Turismo
- **FIEPA** - Federação das Indústrias do Estado do Pará
- **FMI** - Fundo Monetário Internacional
- **GGEOTUR** - Grupo de Geografia de Turismo
- **ICCROM** - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais
- **IPHAN** - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional
- **IPTU** – Imposto Património Urbano
- **ITB** - Instituto Brasileiro de Turismo
- **IUCN** - União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos
- **MAB** – Museu de Arte de Belém
- **MinTUR** - Ministério do Turismo
- **NP** - Núcleo de Planeamento da PARATUR
- **PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento
- **PARATUR** - Companhia Paraense de Turismo
- **PDT-PA** - Plano para o Desenvolvimento do Turismo do Pará,
- **PDU-Belém** - Plano Director Urbano de Belém
- **PND** - Plano Nacional de Desenvolvimento
- **PNMT** - Plano Nacional para a Municipalização do Turismo
- **PNRT** - Plano Nacional de Regionalização do Turismo
- **PNT** - Política Nacional de Turismo
- **PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

- **PPGH** – Programa de Pós Graduação em História
- **PRODETUR** - Programas de Desenvolvimento do Turismo
- **PRODETUR NE** - Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste do Brasil
- **PRODETUR SUL** - Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil
- **PROECOTUR ou PRODETUR NORTE** - Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo no Norte do Brasil
- **PRODETUR JK** - Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo no Centro e Sudeste do Brasil
- **SEBRAE** – Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
- **SECULT** – Secretaria de Cultura do Estado do Pará
- **SEMA** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- **SESAM** - Secretaria de Saneamento
- **ONU** - Organização das Nações Unidas
- **THR** - Turismo, Hotelaria e Recreação
- **UFPA** - Universidade Federal do Pará
- **UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Centro histórico de Belém do Pará	16
Mapa 2	65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, 59 regiões turísticas e 700 municípios	25
Mapa 3	Mapa do Estado do Pará representando os pólos turísticos	32
Mapa 4	Cidade de Belém do Grão-Pará no século XVII (1640)	81
Mapa 5	Região Metropolitana de Belém	84

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1	Organograma do Ministério do Turismo	22
Esquema 2	Estrutura de gestão e desenvolvimento do Estado do Pará	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Grelha de produtos por segmento	37
Quadro 2	Perfil dos consumidores dos produtos paraenses	43
Quadro 3	Oferta turística da Amazônia Brasileira nos catálogos das operadoras por mercado	47
Quadro 4	Mensagens utilizadas na promoção por público	53
Quadro 5	Turismo de Belém, directrizes e proposta para dotar Belém de infraestrutura e aumentar a competitividade do produto turístico	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Oferta de meios de hospedagem no Pará – N° de empreendimentos por pólo	40
Gráfico 2	Oferta de meios de hospedagem no Pará – N° unidades habitacionais por pólo	40
Gráfico 3	Oferta do receptivo paraense por pólo turístico	41

Gráfico 4	Belém na oferta do receptivo paraense	42
Gráfico 5	Pesquisa do mercado nacional – origem das empresas	44
Gráfico 6	Principais portões de entrada no Brasil	48

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Futuro terminal hidroviário para passageiros na baía do Guajará	39
Imagem 2	Marcas turísticas do Pará	52
Imagem 3	Nova imagem turística do Estado do Pará	56
Imagem 4	Complexo Feliz Lusitânia	61
Imagem 5	Mercado do Ver-O-Peso	77
Imagem 6	O rio no centro histórico de Belém	78
Imagem 7	O trabalho indígena na construção do Forte do Castelo	80
Imagem 8	Iluminação pública e o carro eléctrico	82
Imagem 9	Belém vista do Rio	83
Imagem10	Vista aérea do Rio Guamá na cidade de Belém	85
Imagem11	Porto no bairro da Cidade Velha, Ladeira do Carmo	86
Imagem 12	Portal da Amazônia	100
Imagem 13	Vida ribeirinha	101
Imagem 14	Estação das Docas	102
Imagem 15	<i>“Pará Pólo de beleza da Amazônia”</i>	105
Imagem 16	<i>“Pará em Alta Temporada”</i>	106
Imagem 17	<i>“Belém, uma Amazônia de atracções”</i>	107
Imagem 18	<i>“Belém, uma Amazônia de atracções”</i>	108
Imagem 19	<i>“Belém uma metrópole em transformação”</i>	109
Imagem 20	<i>“Tour da Experiência, Belém crenças, cheiros e sabores”</i>	110

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Políticas de turismo no contexto brasileiro	17
1.1 Contextualização das políticas de turismo no Brasil	17
1.1.1 Governos, Políticas e Turismo no Brasil	20
2. O turismo no Estado do Pará	30
2.1 Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará: PDT-PA	30
2.2 Indicadores de turismo do Estado do Pará	37
2.3 A opinião do mercado internacional	46
2.4 Sustentabilidade, estratégia e mercados no PDT-PA	49
2.5 A Obra-Prima da Amazônia	51
2.6 Programa “ <i>Turismo Belém 14</i> ”	56
3. Sobre o Património	63
3.1 Conceito de Património	63
3.2 Património como elemento identitário	68
3.3 Património Natural	71
3.4 Chancela da Paisagem Cultural Brasileiro	75
4. <i>Este rio é minha rua...</i> - uma breve análise sobre o património natural no bairro da Cidade Velha	78
4.1 Belém do Pará – breve contextualização	79
4.2 O que se pensa sobre o Rio em Belém	87
4.3 A imagem turística de Belém - breve análise	103
Considerações	112
Referências	115
Anexo	121

*“ (...) distante do mar 16 léguas em linha reta, situada numa ponta de terra plana e baixa, ao longo da margem oriental do grande rio, que pela união da foz do Rio Tocantins com as águas do Amazonas (no canal Tajipuru) e com muitos tributários de terra firme e da ilha do Marajó, toma o nome de Rio Pará. Aquela parte dessa larga superfície de água, compreendendo um arquipélago de pequenas ilhas, que se estende ao norte da foz do rio Moju, entre a ilha do Marajó e o continente, até à cidade e à Baía de Santo António, chama-se baía de Guajará. (...). A largura do rio aqui, do continente até Marajó, avalia-se em légua e meia; porém, uma parte da outra margem está escondida das nossas vistas pela ilha das Onças, de igual aspecto, situada a oeste, quase uma hora daquela outra. Ao sul da cidade, reúne-se à grande massa de água do rio Guamá, rio importante, que vem do continente a leste (...)”.*¹

Registos de Spix e Martius sobre Belém, In Spix e Martius “ *Viagem pelo Brasil – 1817 – 1820.*”

¹ Registos de Spix e Martius sobre Belém, In Spix e Martius “ *Viagem pelo Brasil – 1817 – 1820.*”, Belo Horizonte, Ed. Atatiaia; São Paulo, edição da Universidade de São Paulo, 1981. V. 3, p. 23

Introdução

O turismo é actualmente no contexto mundial uma das mais importantes actividades económicas que além da riqueza que cria, impulsiona o intercâmbio de pessoas e bens culturais, tornando-se parte da realidade quotidiana das pessoas. O acto de fazer turismo tornou-se em algo que é comum à vida das pessoas, aliado a um estilo de vida, numa prática social à escala global. A actividade turística é produto da sociedade capitalista industrial que se desenvolveu sob o impulso de várias motivações, entre elas o consumo de bens culturais. O seu crescimento acelerado nas últimas décadas tem despertado o seu estudo pelas mais variadas instituições de ensino e não só. Este é um fenómeno que mobiliza parte da população mundial que procura experiências novas e cada vez mais alternativas aos circuitos turísticos tradicionais.

Por se ter tornado numa prática social de suma importância, o turismo origina transformações no seio da sociedade e no espaço em que se insere. Para que tais transformações ocorram de forma organizada e sustentável impõe-se que a figura do Estado exerça o papel de regulador/moderador criando mecanismos como políticas públicas para o turismo que visem uma melhor coordenação e implementação da actividade turística no território. Assim, o Estado torna-se o principal agente responsável pela elaboração ou idealização de políticas de turismo, estabelecendo metas e directrizes para a sua efectivação.

Ao descrever a importância das políticas públicas para o turismo, Hall (2001) lembra que elas expressam ideias ligadas de um determinado governo cujas acções são decorrentes de uma estrutura lógica pensada pelo Estado numa perspectiva de intervenção espacial, “ *A elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma actividade política e essas são influenciadas por características económicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais de governo e outros aspectos do sistema político. A política deve, portanto, ser encarada como uma consequência do ambiente político, dos valores e das ideologias, da distribuição de poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão.*”, (Hall, 2001, p. 26).

Segundo Cruz (2001), quando a esfera pública não toma a iniciativa de um planeamento que considere os aspectos sócio-espaciais, as políticas ficam ao critério das intenções da iniciativa privada e interesses particulares de outros agentes do sector.

No Brasil, devido às dimensões regionais, as políticas de turismo seguem uma tendência de organização a partir da elaboração de projectos regionais, ou ainda, dos próprios estados, constituindo-se num emaranhado de planos que se diferenciam por serem regionais ou locais. Ou seja, ainda que exista uma política nacional de turismo implementada pelo governo federal brasileiro, as regiões promovem projectos de turismo diferentes umas das outras. Porém, o que há de comum é que estas políticas estão dentro de um sistema de turismo cujas estruturas locais estão destinadas a aumentar o fluxo turístico, assim como o bem-estar do turista.

É nesse sentido que Hall (2001) define políticas de turismo como decisões políticas sobre o futuro de um lugar e sobre o ordenamento do espaço. Para Serra (2007, p. 23), “ *Tais políticas, por exemplo, no plano de desenvolvimento de turismo do Pará são, antes de tudo, uma forma de pensar o espaço a partir de uma concepção voltada ao turismo. Para poder incrementar ou fomentar o sector turístico, o Estado, através dos governos municipais e estaduais, lança uma estratégia à sociedade que se torna bandeira, slogan ou propaganda de governo, a de que o turismo é capaz de gerar desenvolvimento e bem-estar social. Nesse sentido, o planeamento do espaço voltado para a actividade turística entra em cena com o intuito de validar tal perspectiva, e acima de tudo, fazer dessa situação um ponto positivo para ganhar adesão social.*”. O planeamento do turismo leva em consideração uma série de outros factores que conjugados, demandam uma grande articulação do governo com outros sectores (transportes, comunicação, serviços, segurança, infraestruturas...) para que a “indústria sem chaminé” como é muitas vezes designado o turismo possa entrar em funcionamento.

Face ao exposto, pretende-se com este trabalho analisar Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo na cidade de Belém do Pará, centrando-se na questão do património natural de Belém na perspectiva do Rio Guamá. Este trabalho tem como objectivo analisar a inserção do rio como património na cidade assim como perceber se a população local e os demais agentes políticos e sociais o entendem ou não como património. Deste modo, é perceptível que o interface entre o património e turismo amplia a visibilidade

de bens culturais valorizando-os enquanto mercadoria diferenciada que exerce um forte apelo direccionado para o consumo turístico de objectos e paisagens.

Procura-se com esta investigação analisar por um lado, quais as políticas de turismo existentes no estado do Pará, saber que políticas visam à inserção do rio como património na cidade de Belém e também saber quais são os agentes presentes e como se dá a participação dos mesmos na elaboração dessas políticas de turismo. Por outro, pretende-se compreender a relação entre o património natural (Rio) da cidade de Belém, a sua relação com a população assim como o seu uso para o turismo.

O rio Guamá que adentra pela cidade de Belém e cujo percurso ganha magnitude no seu centro histórico, o bairro da Cidade Velha, surge como objecto de estudo nesta pesquisa pelo facto de se ter observado que no contexto da actividade turística aparece quase como uma mera imagem de uma paisagem exótica característica da região amazónica. Por outro lado, porque se verifica de modo geral que, mesmo entre as instituições competentes, a questão do património natural não é tão abordada comparativamente ao património material ou imaterial. Diante das constatações, objectiva-se com este trabalho: a) Identificar as políticas de turismo que inserem o rio como património; b) Analisar o contributo das políticas de turismo para a dinamização da actividade turística na cidade de Belém; c) Analisar a participação dos agentes na elaboração das políticas de turismo; d) Entender se a população do Município de Belém² entendem o rio como parte do seu património.

A resposta a estas questões tiverem como base uma metodologia assente primeiramente na análise sistemática do “ *Plano para o Desenvolvimento do Turismo do Pará* ”, (PDT-PA, 2001), do “ *Plano Director Urbano de Belém* ” (PDU-Belém 2008), do “ *Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará* ”, (Plano Ver-o-Pará, 2011) e de outros documentos (videos, mapas, folhetos, sites oficiais...), disponibilizados pelas instituições paraenses responsáveis pela actividade no Estado e em Belém. Procedeu-se a pesquisa com base na análise bibliográfica sobre políticas públicas de turismo no Brasil, turismo e

² O Município de Belém é constituído por mais de 36 ilhas existentes ao redor da sua península.

património. Foram consultados livros, planos de turismo, dissertações, revistas e artigos da especialidade.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com vista a obtenção de respostas com carácter mais qualitativo junto de entidades públicas e privada cujas questões eram de respostas abertas. Para a população da cidade de Belém em geral, moradores e comerciantes do bairro da Cidade Velha, os utilizadores dos portos fluviais situados no centro histórico e turistas que visitavam a área optou-se inicialmente pela aplicação de um inquérito de questões de resposta maioritariamente fechadas para uma amostra inicial de 20 entrevistados para cada grupo. Esta seria uma amostra meramente qualitativa também. Contudo, ao iniciarmos o trabalho de campo houve a necessidade de alteração do método de recolha de dados junto a estes grupos justificado pela dificuldade por parte dos mesmos em compreender do conceito de património, tendo-se por isso optado pelo método da entrevista semi-estruturada em detrimento da aplicação dos inquéritos.

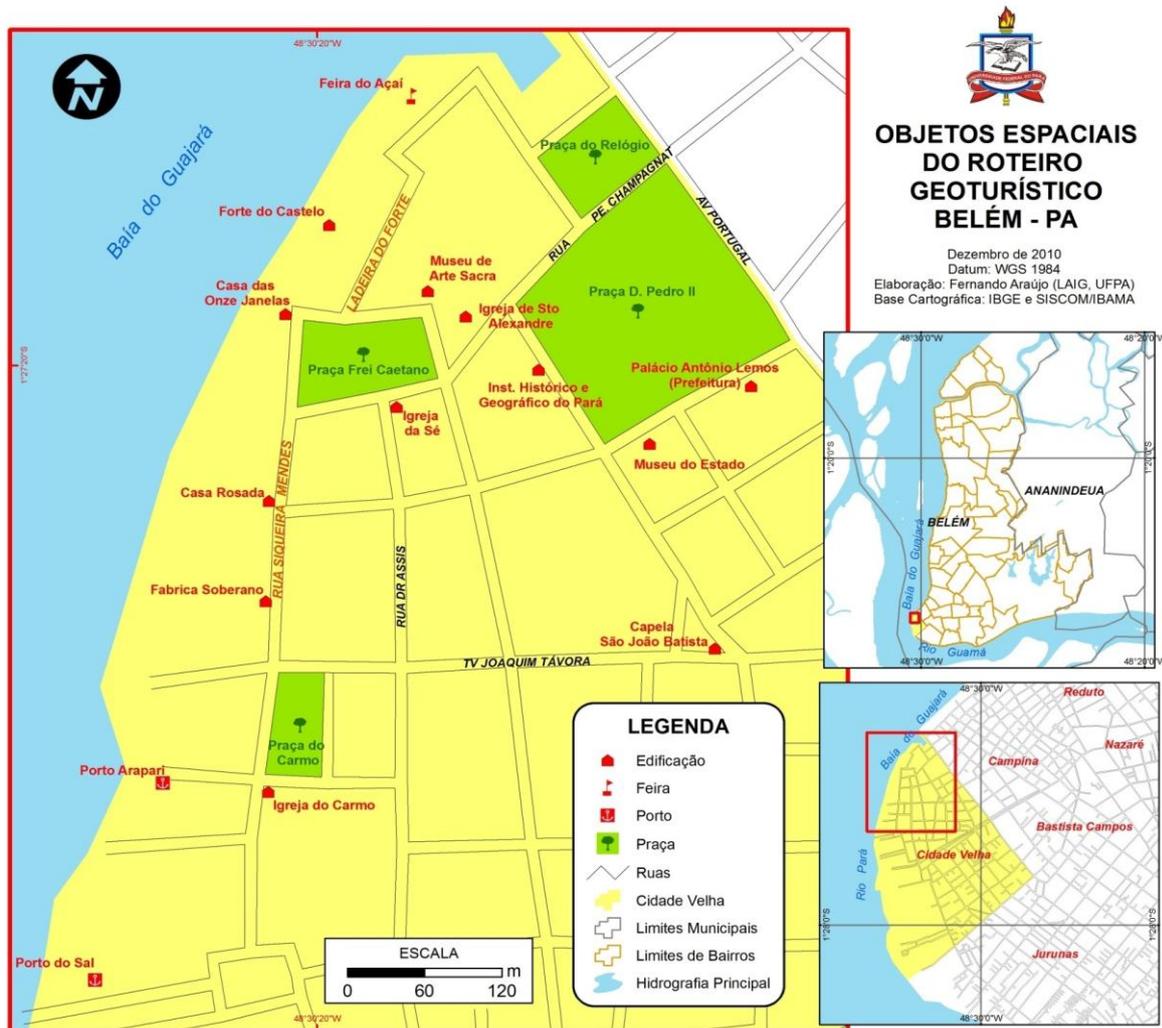
No que respeita a estrutura deste trabalho, este divide-se em cinco capítulos. O 1º capítulo trata o referencial teórico sobre o contexto das políticas de turismo no Brasil com base nos textos de Becker (2008) e Cruz (2001, 2002). Aqui contextualizo as políticas de turismo partindo de uma concepção macro (nacional) para uma visão micro que incide no Estado do Pará e na cidade de Belém. O 2º capítulo é dedicado às questões do turismo no Estado do Pará e em Belém através da análise do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA, 2001), do Plano Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo do Pará (2011) e do programa “*Turismo Belém 14*” no intuito de perceber que políticas têm sido aplicadas para a dinamização da actividade turística. No 3º capítulo apresenta-se uma revisão teórica sobre a evolução do conceito de património com relevo para as questões de identidade e do património natural. Quanto ao 4º capítulo será apresentada uma análise das entrevistas realizadas para se perceber como é que o Rio é visto e pensado na cidade, sob o ponto de vista das instituições públicas, dos agentes do mercado, turistas e da população em geral. O último capítulo, o 5º terá uma reflexão sobre a imagem turística de Belém baseada na informação turística veiculada pelos órgãos públicos e privado através de folhetos, vídeo e mapas. Por fim, nas considerações será feita uma análise global da pesquisa assim como serão apresentadas algumas críticas e sugestões de forma a colaborar através da pesquisa para uma maior conscientização sobre o património natural e a importância do mesmo como factor de identidade na cidade e região.

A escolha deste tema surge do facto de eu ter realizado um período de estudos na Universidade Federal do Pará (UFPA), na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, Brasil e também pelo interesse nos estudos sobre o património cultural. Assim, em sequência do que o grupo de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Geografia do qual participei – Grupo de Geografia de Turismo (GGEOTUR) - estava a discutir, optei por centrar as minhas atenções sobre as questões do desenvolvimento do turismo em Belém tendo como o foco principal a utilização do Rio Guamá para a dinamização da actividade turística no município. O a área de incidência para este estudo é o bairro da Cidade Velha, localizado no centro histórico de Belém que viu parte do seu conjunto arquitectónico classificado em Maio de 2011 pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Belém é uma metrópole com mais de 1.351.618 milhões de habitantes localizada no delta do rio Amazonas cuja população se distribui entre a zona continental e as ilhas localizadas ao redor da sua baía. A cidade apesar de se situar na embocadura do rio Amazonas não foi planeada para a relação com o rio, facto evidente no comportamento dos belenenses que durante um longo período da sua história viveu em negação ao mesmo, fazendo com que a capital pararense tivesse crescido e se desenvolvido de “costas” para o rio.

De seguida podemos observar o mapa de Belém com o pormenor da área de estudo, o bairro da Cidade Velha no centro histórico de Belém.

Mapa 1 – Centro histórico de Belém do Pará



Fonte: Roteiros Geo-turísticos: conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia, Universidade Federal do Pará (2010)

A água enquanto elemento intrínseco desta região é fundadora de especificidades na sua economia, cultura e sociabilidade onde o rio assume uma dimensão fundamental no universo simbólico das populações locais. Na última década os governos estadual e municipal têm-se esforçado por devolver o rio à cidade através de projectos de requalificação urbana no centro histórico como o bairro da Cidade Velha onde nasceu Belém sendo o projecto “ *Complexo Feliz Lusitânia* ” aquele que melhor expressa a ideia de “ abrir as janelas ” da cidade para o rio “devolvendo-o” à população ao mesmo tempo que é potencializada a actividade turística local.

I – Capítulo

1. Políticas de turismo no contexto brasileiro

As políticas públicas de turismo vêm ocupando gradualmente importância no âmbito do planejamento e da gestão pública nas mais diferenciadas escalas. Neste capítulo pretende-se fazer uma revisão sobre como se organizaram as políticas públicas de turismo no Brasil e em particular na cidade de Belém, Estado do Pará.

1.1 - Contextualização das políticas de turismo no Brasil

A geógrafa brasileira Bertha Becker em 1996 realizou estudos em que demonstrava que o turismo no Brasil se havia especializado com base em dois padrões de desenvolvimento: o padrão desenvolvimentista no sentido de desenvolvimento a qualquer preço, rápido, desenfreado e pelo outro, através da tentativa de se ordenar, regular e disciplinar o uso do território usado pelo turismo, onde o papel da União (Estado Brasileiro) é fundamental para que tal regulação aconteça. Segundo a autora, deve-se regular a competição entre os estados, estabelecer as regras do jogo, disciplinar o uso do solo, controlar as parcerias estabelecendo limites e estímulos para a prevenção de problemas territoriais genuinamente oriundos da actividade turística, como a fragmentação do território, desigualdades socioespaciais, especulação do sector imobiliário além das outras formas de diferenciação do espaço turístico.

Com o decorrer dos anos e com a nova dinâmica da actividade turística surgiu a necessidade de um planejamento cuidadoso e sistemático do turismo, visto o aumento da importância que a actividade assumiu para algumas economias locais. Novos desafios na formulação e aplicabilidade de políticas voltadas para o turismo foram incluídas na gestão pública numa perspectiva multiprofissional, inter e transdisciplinares para a sua efectiva concretização.

Historicamente as políticas de turismo sempre se encontraram às margens das políticas públicas apesar do seu reconhecimento como um segmento gerador de emprego e riqueza. Segundo Becker (2008), foi em 1958 no governo de Juscelino Kubitschek, através de projectos de integração nacional aliados ao mercado de automotivos e construção de

estradas, que nasce uma “política” para formação de uma classe média proprietária de carros particulares de passeio. Becker (2008,) afirma que se tenha gerado uma "*classe média do Fusca*³", que viabilizou uma ampliação da circulação mercantil, que veio dinamizar os mercados turísticos brasileiros. Esta terá sido a primeira medida de planeamento turístico no país.

O grande marco para o turismo no Brasil foi o ano de 1966 com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), um organismo nacional cujo objectivo seria de propagação e expansão comercial do turismo. Neste período o turismo ainda era visto como mera componente das políticas de progresso regional, tendo sido no entanto inserido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) na década de 1970 como uma nova indústria a ser fomentada. O II PND tinha entre os seus objectivos a necessidade de melhoria do rendimento pessoal e regional em simultâneo com o crescimento económico sem a deterioração da qualidade de vida nem devastação do património e dos recursos naturais do país. É nesta proposta que o turismo se enquadra como uma das mais válidas opções para o desenvolvimento brasileiro. A partir deste momento o planeamento do turismo ganha um carácter mais regional através de programas específicos para determinadas localidades.

Neste âmbito, foram elaborados os planos específicos de gestão territorial do turismo tais como: o Planeamento Turístico da Orla Marítima da Bahia, o Programa de Promoção e Turismo no Ceará, o Plano de Turismo de João Pessoa e o I Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico de Pernambuco. Neste período aparecem as preocupações com o uso do solo pela actividade turística e a necessidade da sua ordenação de modo a acolher o turismo.

Relativamente a essa diferenciação entre o ordenamento territorial e regulamentação do uso do solo, Moraes (2005) acrescenta que : “ *O ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, regiões, redes de cidades etc) e os espaços de interesse estratégico ou usos especiais (unidades de*

³ Automóvel de marca Volkswagen cuja comercialização se iniciou em 1949 e fabrico no território brasileiro em 1959. Este acontecimento permitiu que a população brasileira pudesse adquirir o automóvel a preços mais acessíveis e assim mais facilmente viajar pelo país permitindo a dinamização do turismo nacional naquela época.

conservação, reservas indígenas, zona de fronteira etc). Trata-se de uma escala de planeamento que aborda o território em seu conjunto, atentando para a densidade de ocupação, as redes instaladas e os sistemas existentes (de transporte, comunicações, energia etc). Interessa-lhes as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contiguidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual do território. ”
Moraes, (2005:144)

Na década de 1980, observou-se uma certa liberalização do mercado turístico brasileiro antes centrado na EMBRATUR pelos governos militares. Inicia-se uma articulação entre turismo e a questão ambiental que culmina com a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a ECO-92 em que se propicia o cenário para a reestruturação da Política Nacional de Turismo e onde também se cria a Política Nacional de Meio Ambiente em 1981, Becker, (2008).

Nos anos 90, a EMBRATUR já sob a designação de Instituto Brasileiro de Turismo (ITB), tornou-se peça fundamental na elaboração de políticas públicas para o sector. No mesmo período, devido à profunda crise em que se encontrava o país, órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) apontaram a actividade turística como possível solução para a crise económica brasileira. Durante a governação do presidente Collor de Mello, o ITB assume a Política Nacional de Turismo (PNT), cujos objectivos assentavam na democratização do acesso ao turismo, redução das disparidades económicas regionais mediante a oferta de emprego, melhor distribuição da riqueza, aumento do fluxo turístico e da taxa de permanência assim como o gasto médio do turista estrangeiro no país, aliado à ideia de descentralização da gestão do sector. Assim o instituto responsabilizava-se pela formulação de políticas públicas, deixando a sua execução para os governos estaduais e municipais em parceria com a iniciativa privada.

Em Fevereiro de 1992 através do Decreto 448, é estabelecida a finalidade da Política Nacional de Turismo que, segundo Cruz (2002, p.57) tinha “ *o desenvolvimento do Turismo e o seu equacionamento como fonte de renda nacional* ”, cujas directizes seriam:

I - a prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do património natural e cultural do país;

II - a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.

Para Becker (1995) *apud* Cruz (2002), partindo da análise destas directizes verifica-se que se mudou o significado do turismo no que respeita às políticas nacionais anteriores e que esta alteração estaria “*expressa na substituição da ênfase no desenvolvimento para a valorização e preservação do património natural e cultural do país e para a valorização do homem.*”.

Em 1994, foi implementado o Plano Nacional para a Municipalização do Turismo (PNMT) que surge pelo facto de se ter constatado que o Brasil apesar de ter municípios com potencial turístico, poucos seriam os que beneficiavam de estratégias de promoção e comercialização dos seus produtos no mercado. A proposta do PNMT veio no sentido de envolver as comunidades locais com a realização de oficinas para a construção de conhecimento que revelassem as realidades individuais de cada município, avaliando principalmente os recursos naturais e o património cultural com potencial turístico de cada região (PNMT, 2002). Promoveu-se a sensibilização dos moradores e fortalecimento da sua identidade. Como instrumento descentralizador das decisões turísticas criaram-se, neste processo os Conselhos Municipais de Turismo e os Fundos Municipais de Turismo que reúne a entidade pública, a iniciativa privada e a sociedade organizada para discutir os rumos do turismo em cada município. (PNMT, 2002)

1.1.1 - Governos, Políticas e Turismo no Brasil

A presidência de Fernando Henrique Cardoso trouxe novos desafios ao turismo no Brasil através de objectivos macroestratégicos que visavam “*a implementação de infra-estrutura básica e infra-estrutura turística adequadas às potencialidades regionais*”, Cruz (2002:59). A política nacional de turismo 1996-99 teve como objectivo: a) a ordenação das acções do sector público orientando esforços do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; b) a definição de parâmetros para o planeamento e a execução das acções dos governos estaduais e municipais; c) a orientação referencial para o sector privado. Esta perspectiva neoliberal materializou-se em parcerias público-privadas entre os estados, municípios e empresas ou consórcios que tiveram no Programa “*Avança Brasil*” o seu motor. A partir deste momento o turismo torna-se um importante instrumento para o

desenvolvimento regional e passa a compor o quadro de planeamento e gestão tanto à escala nacional como local.

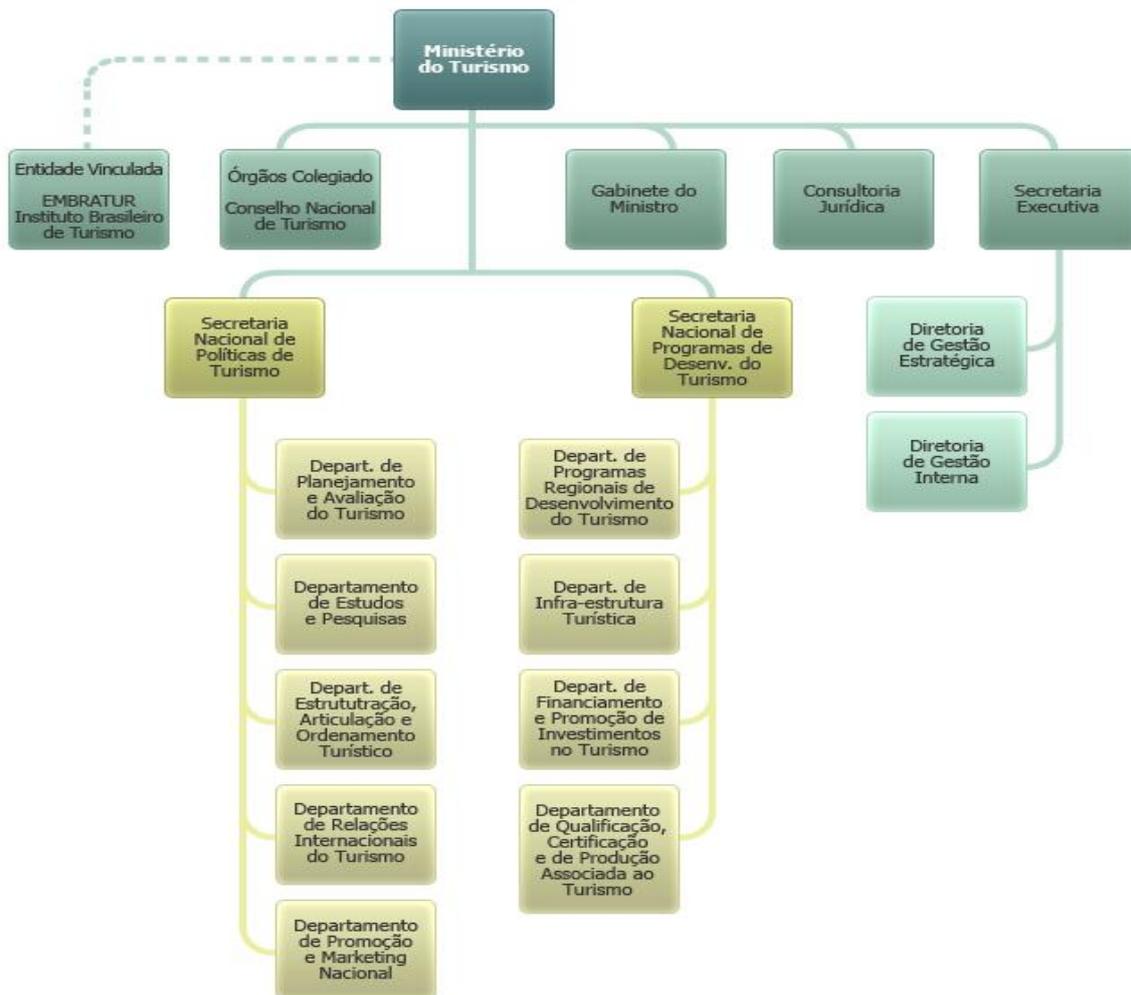
No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003) surge o Ministério do Turismo (MinTUR) fruto do desmembramento do Ministério de Esportes⁴ e Turismo. Este ministério elabora directrizes, planos e programas específicos para fomentar o turismo nacional com o intuito de levar o Brasil a uma posição de maior destaque no panorama turístico mundial, potencializando a sua diversidade natural e cultural. Assim, a actividade mereceu prerrogativas políticas para se articular com os ministérios dos Transportes, Defesa, Integração Nacional e Meio Ambiente. No que concerne ao planeamento e gestão, o turismo teve avanços significativos com o lançamento do “*Plano Nacional do Turismo (PNT) - Directrizes, Metas e Programas 2003/2007*” e do “*Plano Nacional do Turismo (PNT) - Uma Viagem de Inclusão 2007/2010*”.

Em 2003 nasce o Plano Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT), dando continuidade ao processo de descentralização do Plano Nacional para a Municipalização do Turismo (PNMT) instituído por governos anteriores na procura por uma maior integração regional. Além dos conselhos municipais, incentivou-se a formação de consórcios para a criação de Roteiros Integrados que oferecessem um conjunto de produtos turísticos.

O organograma que se segue motra como é constituído o Ministério do Turismo brasileiro.

⁴ Ministério do Desporto e Turismo

Esquema 1- Organograma da Estrutura do Ministério do Turismo, Brasil



Fonte: MTur 2012

Criado em 2006 para ser implementado entre 2007 e 2010, o Plano Nacional de Turismo (PNT), surgiu com um plano tributário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fundamenta-se num cunho estratégico, estruturado da seguinte forma:

- Um diagnóstico do turismo actual no país;
- A apresentação da sua proposta descentralizadora de gestão do turismo;
- Estabelecimento das metas para o turismo 2007/2010;
- Macroprogramas dos respectivos programas de governo, de acordo com a secretaria ministerial a que pertencem.

A visão do PNT assenta na seguinte afirmação: “ *O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, (...) a criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a protecção ao património histórico e cultural e a geração de divisas (...)*” (Brasil – PNT 2007/2010).

Este documento tem como principais estratégias de acção a descentralização da gestão da actividade turística em áreas litorâneas (interiorização), o fortalecimento do turismo doméstico, a qualificação da mão-de-obra para o turismo e a criação de um banco de dados com atributos do turismo para fins de pesquisas científicas e mesmo como subsídio a planeadores⁵. Dentre os objectivos específicos, constam:

- Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada;
- Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro;
- Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas actividades que integram a cadeia produtiva do turismo;
- Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, económicos e ambientais da actividade, facilitando a tomada de decisão no sector promovendo a utilização das tecnologias de informação como indutora de competitividade;

Para MTur, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, criado em 2004, apresenta ao país uma nova perspectiva para o turismo nacional através da gestão descentralizada e estruturada pelos princípios da flexibilidade, articulação e mobilização.

Outra estratégia que teve impacto directo na ordenação do território tem a ver com a mobilização de outros órgãos públicos com vista a viabilização do turismo que, segundo o

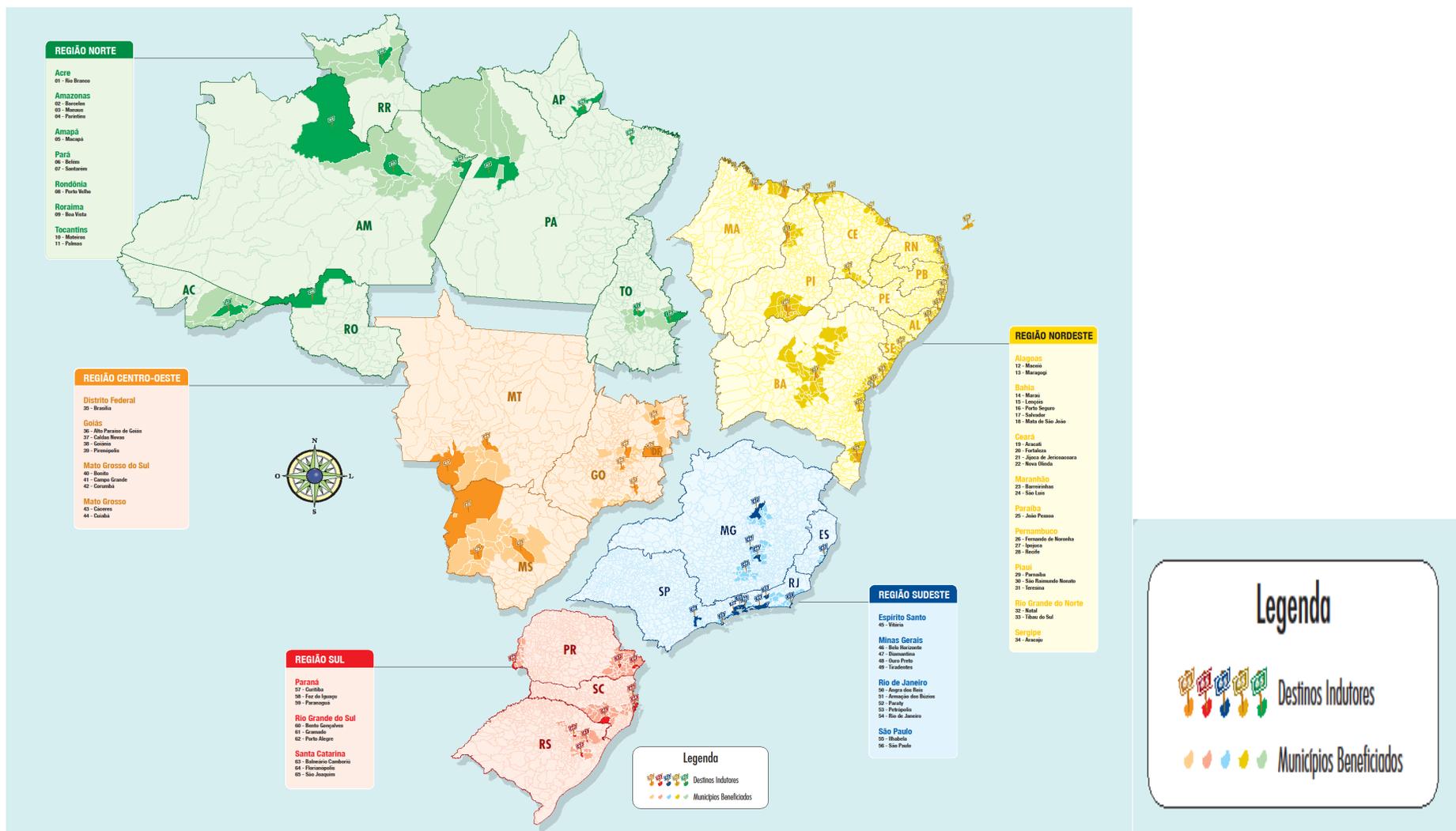
⁵ As estratégias de acção estão segmentadas a partir de MACROPROGRAMAS do Ministério do Turismo

PNT (2007/2010), será fundamental para a implementação de programas de apoio como o PAC e os respectivos Programas de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que são:

- PRODETUR NE (Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste do Brasil);
- PRODETUR SUL (Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil);
- PROECOTUR ou PRODETUR NORTE (Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo no Norte do Brasil);
- PRODETUR JK (Programa de Acção para o Desenvolvimento do Turismo no Centro e Sudeste do Brasil);

O mapa que se segue representa os destinos indutores do turismo ao nível das regiões no Brasil.

Mapa 2 - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, 59 regiões turísticas e 700 municípios



REGIÃO NORTE	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO CENTRO-OESTE	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO SUL
<p>Acre 01 - Rio Branco</p> <p>Amazonas 02 - Barcelos 03 - Manaus 04 - Parintins</p> <p>Amapá 05 - Macapá</p> <p>Pará 06 - Belém 07 - Santarém</p> <p>Rondônia 08 - Porto Velho</p> <p>Roraima 09 - Boa Vista</p> <p>Tocantins 10 - Mateiros 11 - Palmas</p>	<p>Alagoas 12 - Maceió 13 - Maragogi</p> <p>Bahia 14 - Marau 15 - Lençóis 16 - Porto Seguro 17 - Salvador 18 - Mata de São João</p> <p>Ceará 19 - Aracati 20 - Fortaleza 21 - Jijoca de Jericoacoara 22 - Nova Olinda</p> <p>Maranhão 23 - Barreirinhas 24 - São Luis</p> <p>Paraíba 25 - João Pessoa</p> <p>Pernambuco 26 - Fernando de Noronha 27 - Ipojuca 28 - Recife</p> <p>Piauí 29 - Parnaíba 30 - São Raimundo Nonato 31 - Teresina</p> <p>Rio Grande do Norte 32 - Natal 33 - Tibau do Sul</p> <p>Sergipe 34 - Aracaju</p>	<p>Distrito Federal 35 - Brasília</p> <p>Goiás 36 - Alto Paraíso de Goiás 37 - Caldas Novas 38 - Goiânia 39 - Pirenópolis</p> <p>Mato Grosso do Sul 40 - Bonito 41 - Campo Grande 42 - Corumbá</p> <p>Mato Grosso 43 - Cáceres 44 - Cuiabá</p>	<p>Espírito Santo 45 - Vitória</p> <p>Minas Gerais 46 - Belo Horizonte 47 - Diamantina 48 - Ouro Preto 49 - Tiradentes</p> <p>Rio de Janeiro 50 - Angra dos Reis 51 - Armação dos Búzios 52 - Paraty 53 - Petrópolis 54 - Rio de Janeiro</p> <p>São Paulo 55 - Ilhabela 56 - São Paulo</p>	<p>Paraná 57 - Curitiba 58 - Foz do Iguaçu 59 - Paranaguá</p> <p>Rio Grande do Sul 60 - Bento Gonçalves 61 - Gramado 62 - Porto Alegre</p> <p>Santa Catarina 63 - Balneário Camboriú 64 - Florianópolis 65 - São Joaquim</p>

Fonte: Mtur (2012)

Os 65 Destinos Indutores é um projecto que tem sido desenvolvido com vista à meta número três do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: “*Estruturar 65 destinos com padrão de qualidade internacional*”, cujo público-alvo é de aproximadamente 650 gestores de turismo que foram identificados em Seminários de Competitividade realizados pelo MTur e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos 65 destinos indutores do turismo. Para a sua execução, foi assinado um termo de parceria entre o Ministério do Turismo e o Instituto Marca Brasil (IMB) e a sua efectivação estava prevista para o final de 2010.

O objectivo estratégico do projeto consiste em instituir um sistema de gestão nos planos de acções dos 65 destinos indutores do turismo, capacitando os actores locais para o fortalecimento da governança local e a ampliação dos conhecimentos sobre o planeamento estratégico, prevendo a criação de uma rede de trabalho que permita a troca de informações numa dinâmica constante e eficiente. Este trabalho determinará, ainda, a capacidade dos gestores locais em comum acordo, com o suporte técnico de um grupo de gestores nacionais para estruturar e executar planos que orientem acções de competitividade.

O Ministério do Turismo (MTur), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) elaboraram a versão final do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional. O objetivo do estudo foi realizar um diagnóstico detalhado da realidade dos destinos indutores avaliados, a fim de colocar em perspectiva os níveis de competitividade turística de cada um e permitir que, gradualmente, possam com base nos princípios de sustentabilidade, oferecer produtos e serviços de melhor qualidade a turistas nacionais e estrangeiros.

Assim, a equipa da FGV realizou um mapeamento das condições em que se encontram os 65 municípios estudados, segundo treze (13) dimensões elaboradas para captar os elementos importantes para a competitividade de um destino turístico. São elas a infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atractivos turísticos, marketing, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais.

No que respeita ao Planeamento e Gestão Regional do Turismo, esta acção visa a realização de acções de capacitação dos actores regionais para actuarem, de forma efectiva na coordenação do Programa de Regionalização ao nível regional. Este plano tem por objectivo

fortalecer a gestão do Programa de Regionalização do Turismo nas regiões turísticas brasileiras; institucionalizar, fortalecer ou adequar as instâncias de governança regionais; identificar a estrutura organizacional e as necessidades de capacitação de cada instância de governança regional; identificar e analisar qualitativamente os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional que estejam elaborados nas regiões turísticas.

Este Macroprograma define as regiões turísticas como estratégicas na organização do turismo para fins de planeamento e gestão para que a oferta turística regional adquira maior significância e identidade através da qualidade e originalidade capaz de agregar valor ao produto turístico. Propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país tornando-se no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. O Macroprograma representa um modelo de gestão da política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersectorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e acções do PNT.

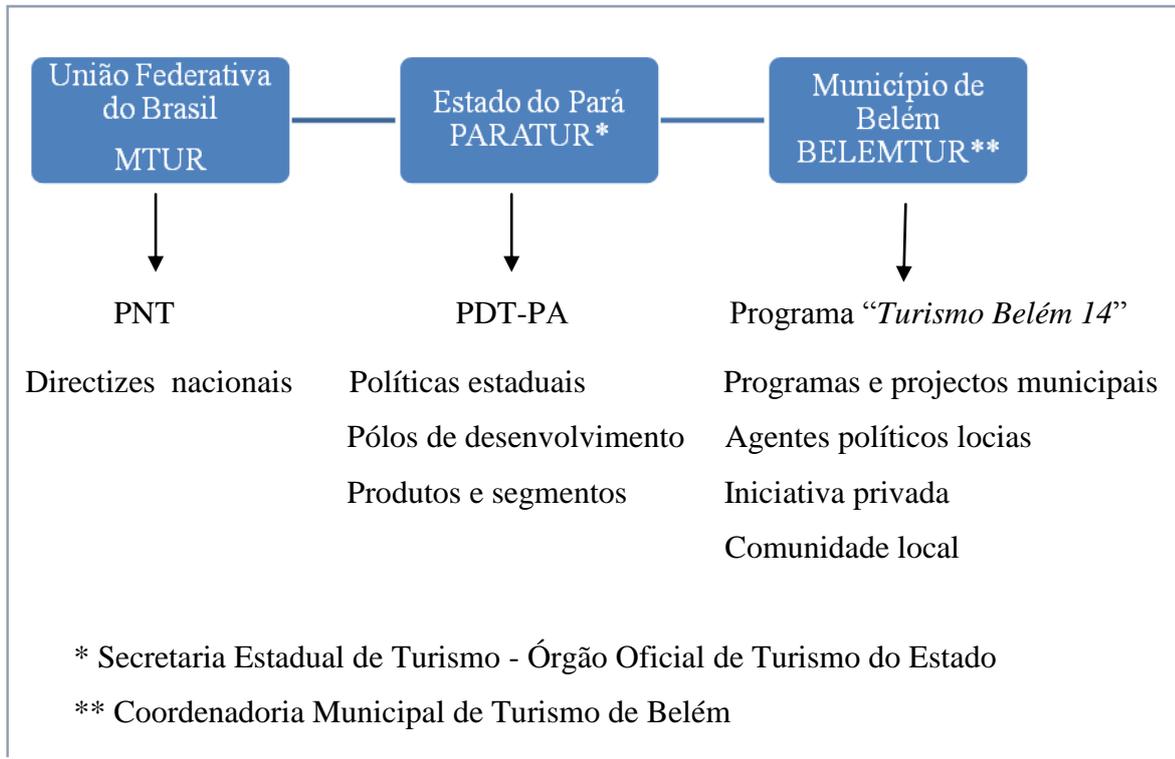
O Programa de Planeamento e Gestão da Regionalização integra um conjunto de projectos e acções relacionadas ao planeamento das regiões turísticas nos 27 Estados brasileiros. Estas acções vão desde actividades de articulação, sensibilização e mobilização até a elaboração e a implementação dos planos estratégicos das regiões turísticas. Elas materializam-se através da institucionalização de instâncias de governança regional, na formação de redes, na monitorização e avaliação do processo de regionalização aos níveis municipal, estadual e nacional. Espera-se que no final se consiga fazer o Inventário da Oferta Turística, o Planeamento e Gestão Regional do Turismo, a Estruturação e Gestão dos 65 Destinos Indutores e a Gestão das Instâncias de Governança Regionais. O que se pretende é apoiar o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos, através da articulação e o fortalecimento das unidades representativas e a padronização de referência conceitual de modo a dar identidade a produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade, aumentar e diversificar a oferta turística no mercado doméstico e internacional. Assim, o programa prevê o fortalecimento institucional, a formação de redes, a estruturação, diversificação e qualificação da oferta turística, a realização de pesquisas e estudos de demanda, a promoção e apoio à comercialização e a disseminação contínua do conhecimento adquirido.

Como se pode verificar, a gestão nacional do turismo traça directrizes políticas para os planos regionais, não alcançando sistematicamente as normas de ordenamento territorial do turismo para os planos das regiões e pólos. De acordo com o Plano Nacional de Turismo, a responsabilidade com as questões territoriais são encaminhadas para o Macroprograma de Regionalização do Turismo visto que “ *A regionalização do turismo, implantada pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e se constitui no referencial de base territorial do Plano Nacional do Turismo.*”, PNT, (2006).

A título de exemplo tomemos o caso do Estado do Pará, localizado na Amazônia Brasileira e que, tal como os outros 25 Estados que constituem a Federação Brasileira tem um governo próprio cujos órgãos governamentais estão sob a alçada das leis e normas da Federação Brasileira. Assim, no caso do turismo em particular o Estado do Pará tem uma Secretaria de Turismo e um Órgão Oficial de Turismo - PARATUR que têm por objectivo potencializar e dinamizar a actividade turística no estado através de políticas activas de desenvolvimento do sector. Seguindo a hierarquia política do país, temos os municípios que constituem os estados e que apesar da sua autonomia governativa dependem em muitos casos da política estadual para desenvolver a sua acção. A cidade de Belém tem na sua estrutura governativa uma Coordenadoria Municipal de Turismo, a BELEMTUR cuja missão visa desenvolver o turismo com o objectivo de planear, organizar e coordenar as acções e acompanhar a fiscalização do turismo receptivo em conjunto com a comunidade numa perspectiva de melhorar a sua qualidade de vida, tendo em atenção as directrizes nacionais e estaduais para o turismo. Na BELEMTUR o nível de actuação dentro da esfera política é de mais proximidade onde os agentes sociais tendem à partida a assumir um papel mais relevante ao nível de decisão e implementação dos programas/projectos.

O quadro que se segue pretende demonstrar a hierarquia no sector do turismo no Brasil tomando como exemplo o Estado do Pará.

Esquema 2 - Estrutura de gestão e desenvolvimento do turismo no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora

O Brasil ainda carece de políticas tanto para o planeamento quanto para o ordenamento territorial da actividade turística. Além do mais, o facto da descentralização da gestão da actividade ser uma das principais propostas no Plano Nacional de Turismo, a ausência de directrizes nacionais que regulem o uso e ordenamento do território aliada à fragilidade legal e institucional na escala local, fazem com que o turismo brasileiro continue a fazer-se em certa medida à revelia construindo e (des)regulando territórios e muitas vezes desvirtuando os projectos nacionais.

II - CAPÍTULO

2. O turismo no Estado do Pará

2.1 Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará: PDT-PA

O marco inaugural do turismo, em termos de política pública, no Pará, corresponde ao ano de 1970, com a criação do Departamento Estadual de Turismo através do decreto número 7081, de 1 de Junho de 1970 (Pará, s.d). Contudo, na prática não se verificou que tenha havido efectivamente lugar para o turismo dentro da estratégia de desenvolvimento do estado algo que ocorre apenas em 1990 durante o primeiro governo de Almir Gabriel (1998/2002) em que a política de desenvolvimento do Estado do Pará foi alicerçada sobre três sectores produtivos: a mineração, a agricultura e o turismo.

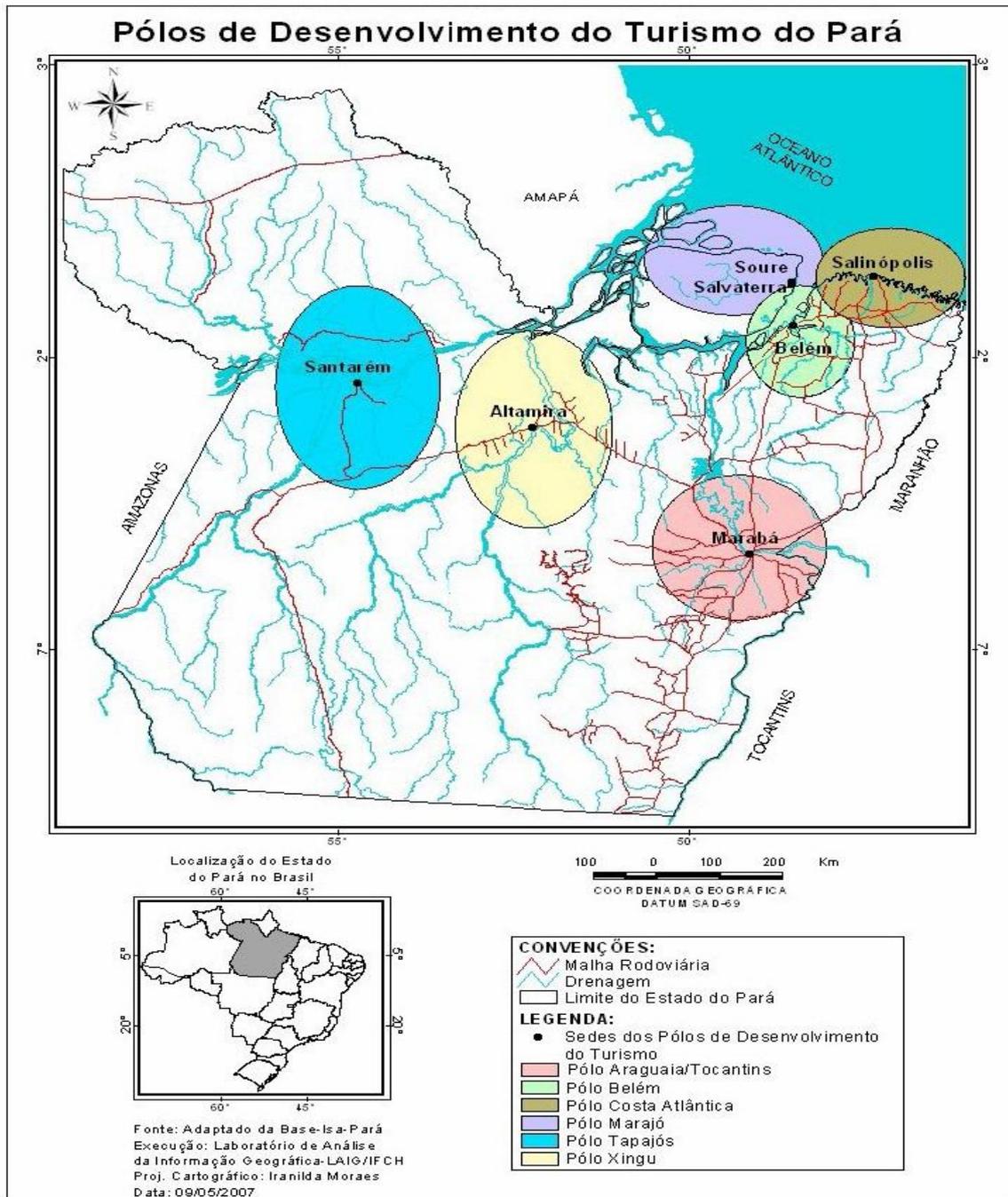
Assim, em 2000/2001 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT-PA) pela empresa espanhola de assessoria em Turismo, Hotelaria e Recreação - THR. A contratação da THR foi possível através de um protocolo entre a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e a Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA.

O PDT-PA apresenta o estado paraense como rico em recursos naturais e de uma diversidade cultural inegualável. Cultura é portanto colocada sob forma de recurso de valor acrescentado “*A elaboração de um plano como este pode contribuir para que o processo de desenvolvimento do turismo se acelere e principalmente se encaminhe dentro de um modelo de crescimento sustentável, onde os recursos naturais e culturais sejam valorizados e preservados na plenitude de sua identidade regional.*” (Pará, 2001, p. 5). Para a elaboração do PDT-PA, a TRH lançou mão dos investimentos feitos pelo Governo do Estado em termos de planeamento. Seguindo esta premissa, o “*Projecto Beija-Flor*” foi o ponto de partida do qual o Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará foi estruturado.

Este projecto caracterizou-se por ter definido quatro pólos no estado que detinham potencial turístico. A saber; o Pólo Belém/Costa Atlântica, Pólo Marajó, Pólo Tapajós e Pólo Araguaia/Tocantins. Com base nestes pólos a THR efectuou o seu diagnóstico e identificou produtos e negócios turísticos prioritários tendo desmembrado dois dos pólos anteriormente definidos em função das características diferenciadas dos recursos e da procura observada.

Assim, o Estado do Pará ganhou mais dois pólos passando a ter seis pólos de interesse turístico: Belém, Costa Atlântica, Marajó, Tapajós, Araguaia/Tocantins e Xingu.

Mapa 3 – Mapa do Estado do Pará representando os Pólos Turísticos



Fonte: Serra, 2007

A metodologia usada para elaboração do PDT-PA(2019) insidiu na compilação e análise de documentos existentes que retratavam o turismo no Pará tais como planos, programas e

projectos já desenvolvidos, inventários de *folders*, mapas, vídeos, *sites* e livros. Realizou-se trabalhos de campo estruturado em pesquisas e observação feitas em três momentos distintos. No primeiro, eram feitas entrevistas aos turistas que chegavam a Belém através de desembarques no aeroporto internacional da capital. Para a TRH, a finalidade da pesquisa era a de identificar como atrair maiores fluxos turísticos para o Estado (PARÁ, 2001, p. 6), tendo como base o fluxo de pessoas que desembarcassem pelo aeroporto de Belém.

De seguida a atenção voltou-se para os maiores centros operadores e emissores de turismo do Brasil ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Realizaram-se entrevistas pessoais com os proprietários e/ou directores das operadoras, na expectativa de identificar as principais questões relacionadas com a promoção e comercialização dos produtos turísticos paraenses (PARÁ, 2001, p. 7). Havia necessidade de se identificar o que faltava para o Pará ser um bom destino turístico, ou, no que se refere ao mercado, saber o que poderia ser feito a para que o estado paraense se tornasse um forte concorrente no mercado turístico nacional.

A pesquisa foi mais propositiva do que investigativa, *“A pesquisa foi mais propositiva do que investigativa. Ou seja, procurou identificar o que o Pará necessita fazer para concorrer nestes poderosos mercados emissores de turistas (...), partindo do pressuposto de que o turismo internacional praticamente inexistente no Pará, a pesquisa procurou detalhar o mercado potencial existente nos principais países do Mercosul, da Europa e nos EUA. A pesquisa identificou o perfil do consumidor, os produtos mais demandados, a forma de comercialização, etc.”* Pará, (2001, p. 7).

Ou seja, procurou identificar o que o Pará necessita para concorrer nos mercados emissores de turistas e perceber quais os problemas para propor soluções e estratégias que mudassem o quadro de uma baixa inserção do mercado turístico paraense nas escalas nacional e internacional.

Quanto ao conteúdo do plano, é apresentado um amplo diagnóstico da situação do turismo paraense. Nesta secção, apresentam-se elementos que se associam à actividade turística no estado como recursos naturais, infra-estrutura, demandas e organização do órgão responsável pela sectorização do turismo no Pará, a PARATUR. Tenta-se numa atitude positiva criar uma expectativa de melhoria de planeamento turístico. Como lembra Hall

(2001), fazendo com que os impactos negativos diagnosticados no estado fossem minimizados a partir da reestruturação do território mediante a implantação de serviços turísticos de qualidade com o intuito de fomentar o turismo paraense. O plano mostra que as limitações existentes e que impedem o crescimento da actividade, não permitindo que se impulsionem os processos de inovação e melhoria da qualidade, o acesso à tecnologia avançada e às informações de alta qualidade, o acesso a recursos humanos de bom nível de capacitação e por último que não se implementem fórmulas de comercialização mais eficientes nos municípios paraenses (PARÁ, 2001, p. 24).

Com base na definição dos municípios prioritários, realizaram reuniões com órgãos públicos e privados em cada município, a fim de discutir as potencialidades da região, proceder a identificação dos recursos mais importantes e serviços com melhor estrutura para turismo. Porém ficou claro que a elaboração do documento não teve como o objectivo o inventário do potencial turístico de cada município paraense, sendo que esta seria uma tarefa do plano director para o desenvolvimento turístico de cada município ou, caso se verificasse poderia ser levada a cabo por um consórcio intermunicipal com vista a formar um corredor turístico comum.

Foram identificados seis pólos turísticos (Pólo Belém, Pólo Soure/Salvaterra, Pólo Santarém, Pólo Salinópolis, Pólo Atlamira e Pólo Marabá) e o seu principal recurso, capaz de atrair por si só a procura turística e o recurso complementar que ajudaria a compor o principal transformando-o num produto de qualidade. Identificaram-se as principais actividades turísticas desenvolvidas nos pólos sendo classificados em termos de volume de procura, grau de desenvolvimento e potencial para atrair novos fluxos de turistas tendo sido estabelecidas as principais estratégias de produto/mercado para cada pólo, Pará (2001).

O Plano de Desenvolvimento do Turismo (PDT-PPA) foi apresentado aos agentes promotores do turismo no Pará e discutido entre profissionais do ramo. Ou seja, a elaboração final do PDT-PA ficou a cargo da empresa de assessoria em turismo THR (aqui em representação do Estado), assim como planeadores, técnicos e empresários. Fica explícita a ausência da sociedade civil ou lideranças populares na elaboração do PDT-PA. Segundo o documento: *“Estas estratégias, programas e grupo de ações foram apresentados em reuniões nos vários pólos com as lideranças públicas e privadas, e as mesmas passaram por um processo de aperfeiçoamento em função dos resultados obtidos nestas discussões.*

Depois de incorporadas as sugestões advindas das reuniões nos pólos, o trabalho foi rediscutido no âmbito da Paratur, da Secretaria de Produção e do próprio Gabinete do Governador do Estado. Após o Plano ter sido submetido a consenso nestas esferas, o mesmo foi apresentado em um seminário para cerca de 400 empresários, técnicos e autoridades” Pará, (2001).

Lembrando a análise feita por Serra (2007) ao PDT-PA pode-se afirmar que o plano, ao privilegiar certos grupos da sociedade paraense, circunscreve o poder de decisão sobre o desenvolvimento do turismo a poucos. Lideranças populares ou agentes do circuito inferior da economia não tiveram voz nem tão pouco vez no processo de construção de um documento como o PDT-PA. As decisões sobre a actividade turística no Pará são portanto, desiguais e excludentes no que respeita à participação das comunidades locais principalmente aquelas onde a actividade turística incidirá como são os casos das populações que vivem nos lugares com potencial para o turismo.

Realtivamente aos atractivos, o PDT-PA apresenta os recursos naturais (rios, ilhas, lagos, praias, floresta amazônica, flora e fauna, etc...) como potencializáveis para uma exploração racionalizada por parte de agentes que dinamizam a actividade, recursos culturais materiais, (património histórico, artístico e monumental, numerosas etnias indígenas e quilombolas, artesanato...) e manifestações culturais imateriais (folclore e gastronomia paraense), o património arqueológico e outros elementos de carácter religioso que dão corpo aos eventos que atraem participantes de todo o Brasil, como são os casos do Círio de Nazaré (Belém) e do Çairé (Santarém).

Foram tecidas algumas considerações sobre o acesso a estes recursos uma vez que, “ *as dificuldades de acesso e a presença de grandes extensões de reservas indígenas, impedem que estes recursos se transformem em produtos turísticos a curto prazo.*” PARÁ, (2001, p.11). A rede fluvial do Estado em grande parte pertence à bacia hidrográfica amazônica constituída por rios de grande extensão e volume de água que “... *se constituem em atrativos valiosos pela beleza da paisagem de suas margens, pelo volume de água, pela piscosidade, praias de areia que são formadas nos períodos de vazante (exceção do Rio Pará sujeito diariamente ao fluxo e refluxo das marés); e ainda por muitas corredeiras e cachoeiras existentes.*” Pará, (2001, p.11).

Sendo o rio o expoente máximo da região amazônica, torna-se necessário estabelecer uma dinâmica onde o(s) Rio(s), os Igarapés e Furos possam ser elementos fundamentais no desenvolvimento da actividade turística no Estado do Pará em particular na cidade de Belém. Importa atribuir ao Rio o seu valor como património, como elemento indissociável ao processo de sociabilidade e identidade da população paraense. A possibilidade de trabalhar o rio como património urge hoje mais que nunca. Os planos de turismo para esta região vêm-se desenrolando sob uma perspectiva mais estrutural com base na valorização do património histórico, assente nos bens culturais de cariz material. É evidente a ausência de infraestrutura existente no estado do Pará.

A carência em termos de mobilidade na maior parte do seu território revela um forte déficite de condições para valorizar e aproveitar integralmente os recursos e atractivos disponíveis. Ficou clara a deficiência de infraestrutura que “...*está aquém de dinâmica intensa exigida pelo turismo de massa.*” Serra, (2007, p.91). Deste modo, é compreensível que o património natural Rio seja em parte marginalizado em detrimento do património construído. É desejável que, tal como a empresa TRH reflete no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Pará (PDT-PA) apresentado ao Estado do Pará, se incremente as vias de acesso aos lugares através do transporte terrestre, fluvial e aéreo.

A PARATUR realizou entre 2010 e 2011 um estudo que resultou no documento “*Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo*” (2011) como forma de actualizar o PDT-PA (2001) e cujo objectivo é fazer do Estado do Pará o destino líder da Amazônia até ao ano 2020. Neste novo plano é notória uma maior preocupação com os elementos culturais da região e também com o património natural. Esta ideia é expressa no plano cuja visão para 2020 é, fazer o “ *uso sustentável dos recursos naturais, pela valorização da cultura local, pela preservação da autenticidade, com uma identidade turística própria, com uma oferta cultural que surpreende pela originalidade, com uma arquitetura em harmonia com o meio ambiente, com padrão internacional de serviços turísticos, para viver uma experiência turística amazônica com conforto e segurança*”, VER-O-PARÁ (2011, p.5).

Neste novo documento, verifica-se que houve uma maior preocupação no que respeita aos produtos que seriam capitalizados para a actividade turística visto que há “ *uma valoração técnica dos recursos e produtos* ” o que “ *determinou o ranking dos produtos que estão*

prontos para a promoção, e identificou quais atrativos ainda necessitam ser desenvolvidos antes que venham a ser promovidos nos mercados.”, VER-O-PARÁ (2011,p.15).

Quadro1 - Grelha de produtos por segmento

GRELHA DE PRODUTOS				
Aventura	Cultura Viva	Esportes Náuticos	Congressos	Compras e Serviços
Cruzeiros Fluviais	Festas populares	Lazer	Cruzeiros Fluviais	Entretenimento Urbano
Ecoturismo	Gastronomia	Ilhas	Incentivos	
Lazer na Natureza	Património Histórico		Reuniões	
Pesca Esportiva	Religiosidade			
Turismo Rural	Turismo Étnico			
	Eventos Culturais			

Fonte: Ver-o-pará (2011, p.15)

O quadro acima mostra uma relação directa entre produtos e recursos identificados e as tipologias da procura que deverão ser captadas pelo Estado do Pará. Esta será a base dos produtos para a promoção e definição das necessidades de desenvolvimento de cada segmento.

2.2 - Indicadores de turismo do Estado do Pará

Para se perceber o volume actual de chegadas de turistas ao Estado do Pará e a sua evolução nos últimos dez anos, foram utilizados dados estatísticos dos registos da PARATUR. A fonte disponibilizada foi o “*Indicador do Turismo do Estado do Pará*”, publicado anualmente e calculado a partir das fichas de hóspedes disponibilizadas nas unidades hoteleiras. Trata-se de uma informação frágil e pouco confiável uma vez que, o monitoramento compreende alguns dos poucos hotéis de Belém e a base de cadastro da PARATUR apresenta-se desatualizada. Mesmo sendo uma fonte pouco confiável e incompleta, ela representa a única informação disponível para se conhecer a evolução do turismo no Pará na última década.

O indicador de turismo do Pará mostra que o volume total de turistas que chegam ao estado actualmente, é de aproximadamente 655 mil turistas, com uma participação de 9% do turismo internacional. Ainda que esta participação seja pequena, a evolução mostra uma média de crescimento anual de 8%, enquanto que, o mercado nacional demonstra taxa média de crescimento anual de 4%.

Esta dinâmica no fluxo de turistas nacionais e internacionais é notória quando se fala no desembarque no estado. Aqui, a taxa de crescimento é superior a do Brasil. O número de desembarques quase triplicou no estado em dez anos, enquanto que no mesmo período duplicou no País.

Por outro lado, o atraso acumulado e as particularidades físicas da região amazônica explicam em boa parte as dificuldades em fazer chegar os produtos turísticos paraenses ao mercado em geral uma vez que, *“Os transportes se constituem em um problema dadas as dimensões do Estado. O Pará conta com 4.215km de rodovias asfaltadas o que, para seu tamanho, é uma extensão ainda muito pequena. Além disto, a grande pluviosidade da região torna a manutenção desta rede muito dispendiosa e várias rodovias têm sua trafegabilidade afetada nos períodos de chuvas mais intensas.”* Pará, (2001, p.16). Por esta razão, o transporte fluvial é o mais utilizado na região amazônica, apesar da sinuosidade dos rios e dos obstáculos naturais que tornam as viagens fluviais demoradas, dificultando certos segmentos da procura que dispõem de pouco tempo para viagens. Assim, o transporte que mais se adequa às dimensões continentais do Pará é o transporte aéreo.

Imagem1- Futuro terminal hidroviário para passageiros na baía do Guajará

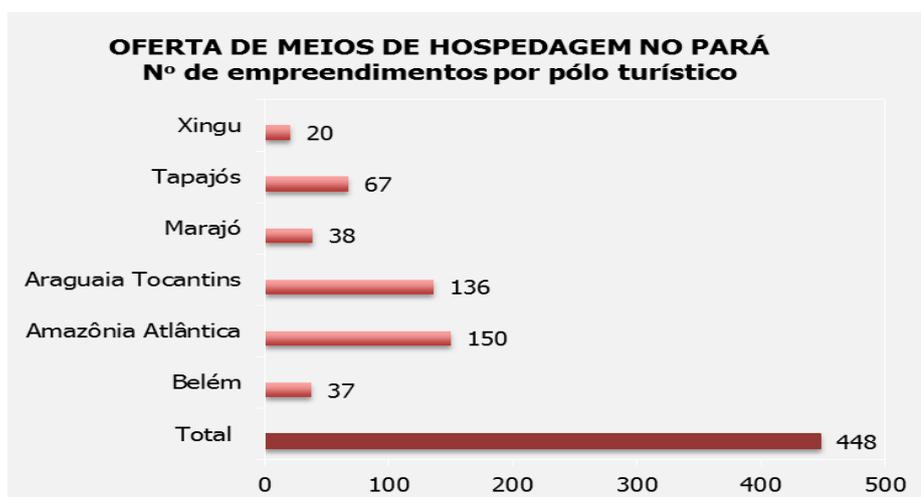


Fonte: Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (2013)

Na área dos serviços turísticos do estado o problema repete-se. Estes são identificados mediante a estrutura que atende directamente o mercado tais como hotéis, redes de agências de viagens e operadoras o que dificulta a circulação de turistas e a promoção dos produtos turísticos da região dado que, “*A estrutura empresarial do setor turístico paraense é esparsa e atomizada. A maioria das empresas (hotéis, operadoras...) são de pequeno porte e de propriedade familiar, movimentam, salvo algumas exceções, volumes de negócios reduzidos.*” Pará, (2001, p. 23).

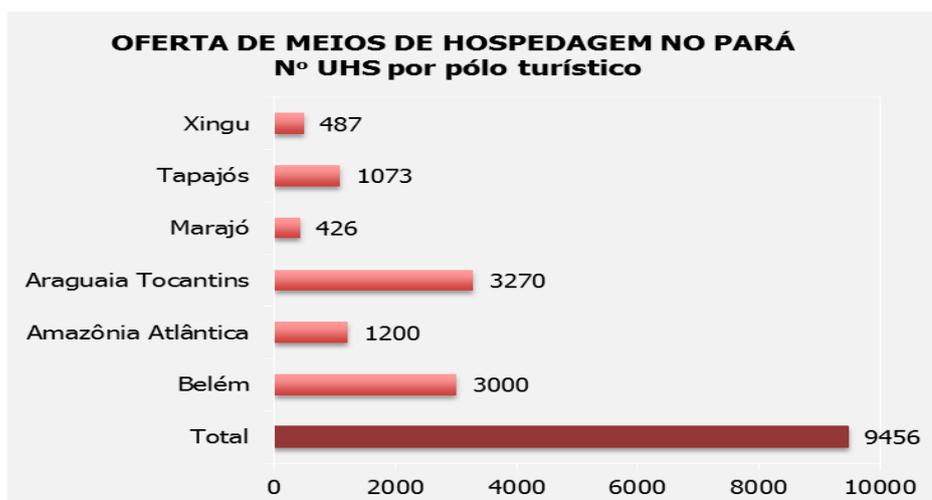
Os gráficos que se seguem mostram o panorama dos meios de hospedagem no estado. Segundo o Plano VER-O-PARÁ (2011, p.21), “*Para estabelecer o dimensionamento do setor de serviços turísticos do Estado do Pará foram utilizados os dados quantitativos dos Inventários da Oferta Turística dos municípios dos diferentes Pólos.*”. Verificou-se que através dos registos considerados o Estado do Pará tem um total de 448 meios de hospedagem e 9456 unidades habitacionais como mostram os gráficos 1 e 2 respectivamente.

Grafico1: Oferta de meios de hospedagem no Pará– N° de empreendimentos por pólo



Fonte: Plano Ver-o-pará, (2011, p.21)

Grafico 2: Oferta de meios de hospedagem no Pará– N° unidades habitacionais por pólo

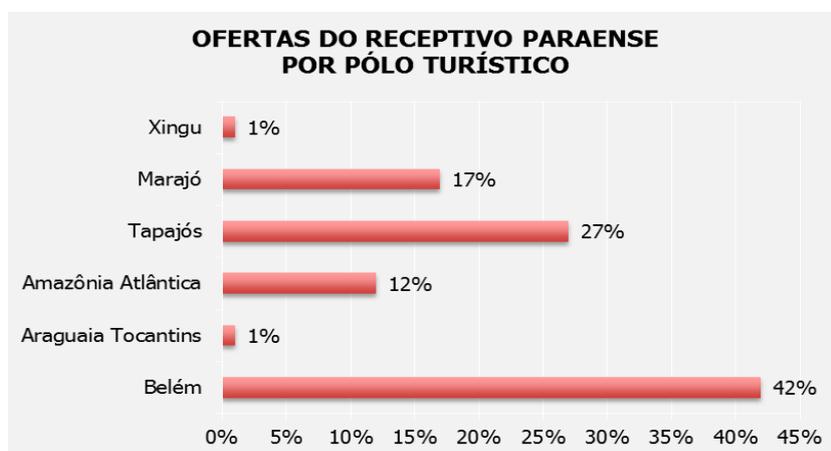


Fonte: Plano Ver-o-pará, (2011, p.21)

Os gráficos acima mostram a distribuição dos meios de hospedagem e de unidades habitacionais por pólo turístico. Observa-se um desequilíbrio entre os pólos, com uma concentração da oferta hoteleira em três: Belém, Amazônia Atlântica e Araguaia-Tocantins, sendo que Belém concentra os empreendimentos de maior dimensão e Araguaia-Tocantins os de menor dimensão.

Fazendo uma análise particular ao Pólo Belém, dados do Plano VER-O-PARÁ (2011) demonstram que este pólo não dispõe de um inventário da oferta turística sistematizado, nem mesmo da rede hoteleira. As informações indicam a existência de 3 mil UHs⁶, enquanto que, o site do Convention Visitors Bureau de Belém informa que em 2010 haveria 15 mil leitos. Tem-se verificado uma ampliação recente da rede hoteleira, vários hotéis foram construídos nos últimos anos, atraídos provavelmente pela inauguração do Hangar – Centro de Convenções da Amazônia. A cidade tem hoje uma oferta ampla de serviços de hospedagem, com hotéis em diferentes categorias e de algumas bandeiras nacionais e internacionais.

Gráfico 3 – Oferta do receptivo paraense por pólo turístico

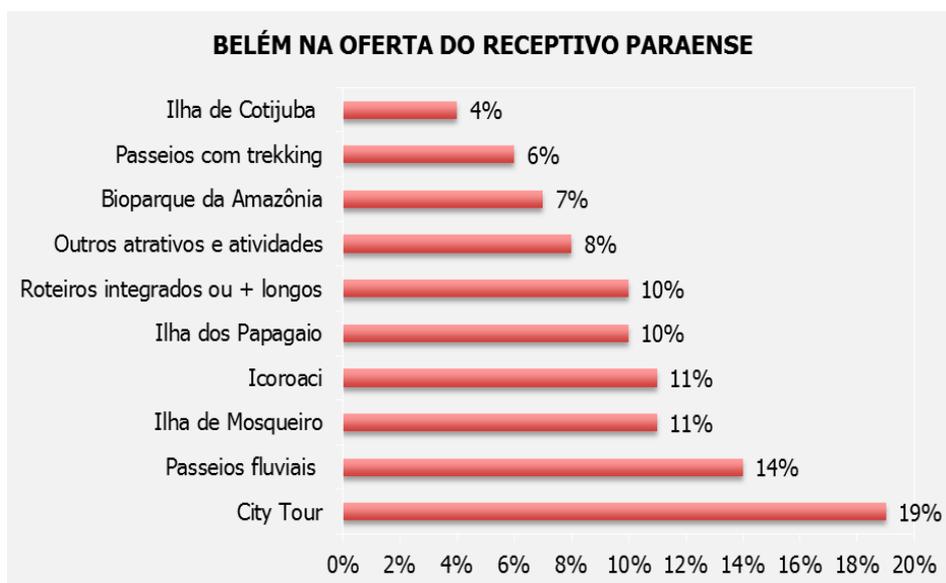


Fonte: Plano Ver-o-pará, (2011, p.26)

No que diz respeito ao receptivo de turistas do próprio estado, o Pólo Belém é o mais procurado e o que tem maior presença na oferta do mercado local. Este gráfico mostra que a maioria de oferta pertence ao Pólo Belém, seguido pelos Pólos Tapajós, Pólo Marajó e Pólo Amazônia Atlântica. Quase nula é a oferta dos Pólos Araguaia-Tocantins e Xingu.

⁶ Unidades Habitacionais

Gráfico 4 – Belém na oferta do receptivo paraense



Fonte: Plano Ver-o-pará, (2011, p.26)

Nos dois planos, o Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará (PDT-PA, 2001) e o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (Plano VER-O PARÁ; 2011), é denunciada a ineficiência ou má conservação dos diversos segmentos de infraestrutura no Estado, fazendo com que ainda exista uma concentração das atividades turísticas na capital paraense em detrimento dos outros pólos. Estas são mais visíveis quando se trata de infraestruturas básicas fundamentais para o estabelecimento dos serviços de turismo, como estradas, saneamento básico, rede de esgoto e segurança. O Plano VER-O-PARÁ vai mais longe afirmando que, “... a exceção do Pólo Belém, existe um déficit de qualidade da oferta actual e falta de serviços de padrão internacional, mas fundamentalmente existe uma falta de propostas com identidade ou afinidade com o entorno de natureza, principal potencial turístico do Estado.” (VER-O-PARÁ: 2011, p.24). Portanto, apesar da quantidade de meios de hospedagem distribuídos por todo o estado, é possível afirmar que a oferta hoteleira actual é inadequada ao perfil do turista de natureza ou de ecoturismo por exemplo, seja a origem nacional ou estrangeiro.

Os planos PDT-PA (2001) e VER-O-PARÁ (2011) mostraram que as limitações apresentadas pelo estado nos diferentes pólos impedem o crescimento da actividade salientando que se deve apostar nas novas tecnologias de informação e comunicação como

meios para impulsionar os processos de inovação e melhorar a qualidade dos serviços. Do mesmo modo apontam que é fundamental o acesso às tecnologias avançadas, à informação de alta qualidade, à qualificação de recursos humanos com bom nível de formação e capacitação de modo a que se possa implementar fórmulas mais eficientes de comercialização de produtos.

De seguida podemos observar o quadro que mostra o perfil dos turistas que visitam o Estado do Pará sendo que, escolha representa a segunda opção de destino turístico comparativamente a outros estados brasileiros.

Quadro 2 – Perfil dos consumidores dos produtos paraenses

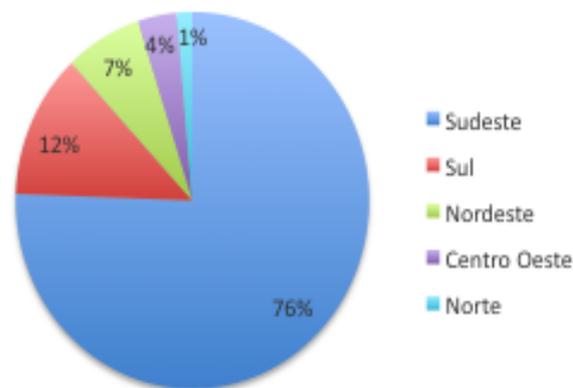
Género	Masculino 69% Feminino 31%
Grau de instrução	52% Superios 30% Básica 18% Pós-graduação
Média de viagens de lazer nos últimos 3 anos	4,73 Viagens
Média de viagens nacionais e internacionais por ano	2,26 Viagens
Destinos brasileiros que mais gostou nos últimos 3 anos	Fortaleza, Santarém /PA, Soure e Salvaterra /PA, Rio Grande do Norte , Recife, Bragança /PA, Belém /PA, São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus
Quantas vezes visitou o Pará	4,5 vezes
Pernoites que passou no Pará	7,8 noites
Gasto médio total da viagem	R\$ 1829.
Destinos que visitou no Pará	Santarém, Belém, Conceição do Araguaia, Marabá, Salinópolis, Mosqueiro, Altamira, Salvaterra, Soure, Itaituba

Fonte: Plano Ver-o-parà, (2011)

Verifica-se que quem se desloca ao estado do Pará para fazer turismo são maioritariamente indivíduos do sexo masculino. O facto de este perfil remeter para pessoas de alto nível de instrução e com hábitos de viagem pode servir de referência quanto à qualidade da oferta hoteleira e de outros serviços associados à actividade que a região poderá proporcionar.

No que respeita ao grau de conhecimento que as operadoras turísticas têm sobre o produto turístico Pará, a PARATUR (2001) realizou uma pesquisa qualitativa em 29 empresas localizadas nos principais pólos emissores de turistas no Brasil. Destas, 51,9% declararam não conhecer o Pará, 41,1% que conheciam ou estiveram no Estado em média há sete anos atrás. As 29 empresas tinham em média de 1.378 passageiros por mês sendo 69,7% pacotes nacionais e 30,3% pacotes internacionais. Passados 10 anos, durante a 39ª Feira das Américas que aconteceu em Outubro de 2011 no Rio de Janeiro promovida, a Associação Brasileira das Agências de Viagem (ABAV) realizou uma pesquisa semelhante junto das 59 principais operadoras e agências de turismo brasileiras. Foram aplicados questionários com a técnica de entrevista face a face. A amostra considerou a distribuição geográfica dos mercados regionais, conforme a representatividade de cada uma das macrorregiões brasileiras cujos resultados se verificam no gráfico abaixo.

Gráfico 5: Pesquisa do mercado nacional – origem das empresas



Fonte: Plano Ver-o-pará, (2011: p.29)

Mais uma vez a região norte na qual se encontra o Pará os resultados confirmam a fraca procura do turismo no estado quando comparado com restante país. Os estados do sudoeste, sul e centro oeste são os que absorvem quase a totalidade da procura turística brasileira. Como forma de inverter esta situação, as operadoras fizeram sugestões no sentido de ampliar o volume de vendas do Pará como produto turístico. Para tal seria necessário: a) que as tarifas hoteleiras fossem mais baixas; b) que houvesse uma maior disponibilidade hoteleira para negociar; c) maior número de hotéis; d) maior parceria governo/operadoras; e) que se fizesse campanha publicitária apoiada na ecologia; f) a promoção do Pará através de colunáveis da TV; g) que se criasse campanhas publicitárias associando o nome do Pará a

Amazônia; h) que se abrisse um corredor turístico entre Mato Grosso, Amazonas e Pará; i) divulgação de calendários de ventos do estado e por último a organização de *Workshops* com operadores receptivos, operadores emissivos e agentes de viagens.

A maior parte das empresas ouvidas na pesquisa afirmou comercializar os produtos turísticos do Estado do Pará, cerca de 80% declararam fazê-lo. As que não o comercializam como produto turístico indicam principalmente questões relacionadas à falta de conhecimento ou divulgação do destino e conseqüentemente a inexistência de procura entre os clientes.

Segundo o Plano VER-O-PARÁ (2011, p.30) os entrevistados identificam várias dificuldades na comercialização dos produtos. Entre elas estão as questões de ordem mais estruturais (distância do destino, problemas relacionados à falta de infraestrutura, preços elevados e falta de voos). Porém, outros obstáculos são apontados como por exemplo, à falta da procura pelo estado (41,7%), falta de conhecimento (41,7%), falta de divulgação (33,3%), o não treinamento do destino para comercializar o produto (8,3%), falta de estrutura portuária para atracar navios e transatlânticos (8,3%) e ainda a falta de equipa para o Brasil. Algumas operadoras só comercializam destinos internacionais (8,3%).

Para segmentar a procura turística do estado foram definidos quatro segmentos geográficos a saber: 1) o doméstico, constituído pelos moradores do Estado do Pará; 2) o regional, constituído por residentes dos Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Goiás, Tocantins e Maranhão; 3) o nacional, representado pelo restante dos estados que formam a Federação Brasileira e 4) o internacional. Importa esclarecer que neste estado, grande parte do movimento turístico acontece fora dos meios oficiais de hospedagem, sendo as residências secundárias aquelas que recebem o maior fluxo de turistas que maioritariamente se deslocam para Salinópolis no Pólo Costa Atlântica. Por outro lado, existem turistas que fazem acampamento nas praias fluviais e até mesmo pescadores que utilizam os barcos como meio de acomodação. Esta ocorrência pode criar problemas no que refere a distinção entre turistas de lazer e viajantes por outros motivos.

A participação do Pará no panorama turístico nacional é modesta ainda mais quando a mesma é movimentada por paraenses que se deslocam no estado, representando o total de

70% de toda a procura turística do estado sendo que quase 85% dos brasileiros que visitam o Pará vêm das regiões Norte e Nordeste. O Estado do Amazonas é o único estado da macrorregião Norte que se destaca nos destinos nacionais mais vendidos. A sua capital Manaus é a principal concorrente de Belém do Pará.

Contudo, o Núcleo de Planejamento (NP) da PARATUR revelou dados relativos ao ano 2010 em que é possível verificar comparativamente ao ano de 2009 alguma melhoria no que respeita ao fluxo de visitantes, taxa de ocupação hoteleira e permanência dos turistas no estado relativo aos mercados domésticos e internacionais. Desta, a variação do fluxo entre visitantes domésticos e internacionais relativos ao ano 2009/2010 foi de 8,4%, tendo a taxa de ocupação situado nos 5.98%.

2.3 A opinião do mercado internacional

Para avaliar a opinião do mercado turístico internacional sobre o produto Pará realizou-se um Estudo de Mercado da Amazônia Legal Brasileira⁷, do qual foram extraídos os aspectos relevantes para o Estado. Este estudo analisou a presença da oferta Brasil e a oferta Amazônia Brasileira nas principais operadoras de cada um dos países alvo da pesquisa, totalizando uma amostra de 74 empresas em 11 países selecionados. Foi feito um levantamento em catálogos de operadoras de países como a França, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, Argentina, China e Japão. O resultados foram apresentados por país e por produto turístico da forma que aparecem nos catálogos, seja por cidade, estado ou grupo de atractivos como se pode verificar no quadro que se segue.

⁷ Brasil. Estudo de Mercado da Amazônia Legal Brasileira. Proecotur: Ministério do Meio Ambiente

Quadro 3: Oferta turística da Amazônia Brasileira nos catálogos dos operadores por mercado

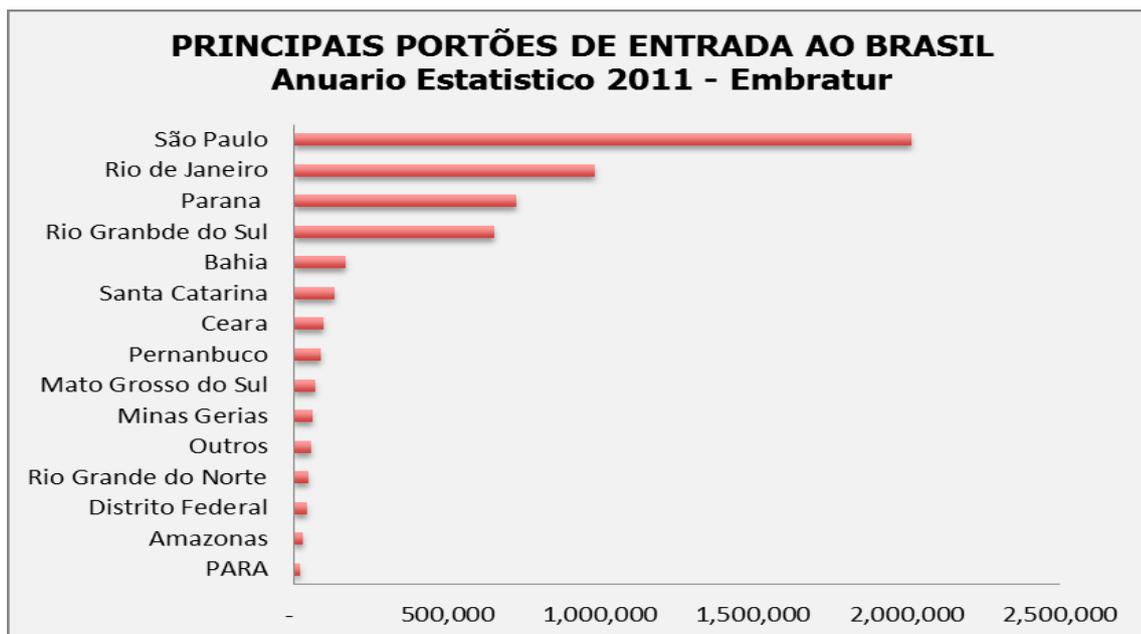
	MANAUS	BELÉM	ILHA DO MARAJÓ	AMAZÔNIA	FOZ DO AMAZONAS	MONTANHAS AMAZÔNICAS	RESERVAS INDÍGENAS
FRANÇA	•	•			•		•
ALEMANHA	•	•				•	•
ESPAÑA	•	•	•		•		•
INGLATERRA	•			•			
ITÁLIA	•	•	•		•		
PORTUGAL	•	•	•		•		•
ARGENTINA	•	•	•		•	•	•
USA	•	•					
CANADÁ	•						
CHINA	•	•	•		•	•	•
JAPÃO	•	•			•	•	

Fonte: Chias Marketing – Plano Ver-o-pará, (2011:40)

A cidade de Belém aparece nas ofertas das operadoras pesquisadas na França, Alemanha, Espanha, Itália e Portugal. Em segundo lugar aparece Manaus. A Ilha do Marajó está presente nas ofertas das operadoras da Espanha, Itália e Portugal. Como atractivos genéricos aparecem as reservas indígenas e a Foz do Amazonas. Na Inglaterra, não aparecem atractivos ou destinos específicos do Pará, aparece Amazônia. Uma outra análise que podemos fazer deste quadro é a de que o facto de Manaus ser a capital do estado da Amazônia, pode fazer com que esta cidade apareça quase como sendo a representante de toda a região amazônica brasileira o que, em termos de competitividade externa deixa o estado do Pará numa situação delicada face a alguns mercados. À parte destas duas cidades, observa-se também que os destinos como a Foz do Amazonas e Reservas Indígenas que estão presentes nos catálogos da maioria dos mercados. Esta situação leva a pensar que o destino Amazônia brasileira pode estar ainda associado a tradicional imagem do rio Amazonas e das tribos indígenas.

Relativamente as entradas no Brasil, o Pará encontra-se numa posição bastante frágil situando-se na base da tabela como mostram os dados da Embratur relativos a 2011.

Gráfico 6– Principais portões de entrada no Brasil



Fonte: Plano Ver-o-Pará (2011)

Como se verifica no gráfico acima, as capitais dos estados das regiões Sudeste e Sul do país são os principais portões de entrada no Brasil, seguidos pelos estados da região Nordeste. Os estados do Amazonas e do Pará apresentam uma participação ainda pequena como portões de entrada. Relativamente as entradas no Brasil, o Pará encontra-se numa posição bastante frágil situando-se na base da tabela como mostram os dados da Embratur relativos a 2011. Porém, esta é uma tendência que tem vindo a melhorar uma vez que, em termos gerais desde 2009 que o turismo tem vindo a aumentar na região, contribuindo com uma participação de 2,81% do PIB do Estado do Pará, tendo subido para 3,92% do PIB em 2010.

Esta tendência vem acompanhando a evolução da economia brasileira que tem crescido de forma contínua nos últimos anos colocando o Brasil no panorama internacional como uma das nações que mais cresce que ao nível económico e social. Este crescimento reflete-se na dinamização do turismo estadual e local e consequentemente a procura de turistas estrangeiros. Segundo informação do sítio do governo brasileiro na internet, (www.brasil.gov.br), só no ano 2012 o país recebeu 5,67 milhões de turistas estrangeiros o que representa um crescimento de 4,5% comparado a 2011. A participação do turismo na economia brasileira expressa-se principalmente através de serviços e alimentação, das actividades recreativas, culturas e desportiva.

2.4 – Sustentabilidade, estratégia e mercados no PDT-PA

No que respeita às estratégias definidas pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo do Pará estas visam principalmente em “*Converter o Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional, mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável, que contribua decisivamente para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Pará, gerando maior bem estar material e maior bem estar emocional.*” Pará, (2001, p.55), para que o estado se torne num destino competitivo e sustentável através de estratégias que promovam a atractividade através de marketing efectivo como forma de gerar alta produtividade dos recursos turísticos, financeiros e humanos suportados por uma gestão eficaz.

A sustentabilidade do desenvolvimento turístico mostra-se ainda mais importante no Pará, em função de grande parte de seus recursos estar relacionada com ecossistemas frágeis da floresta Amazônica. O PDT-PA (2001) leva em consideração a sustentabilidade dos valores culturais e sociais do Estado afirmando que “*O turismo deve ser instrumento de valorização dos aspectos culturais locais e de viabilização econômica de sua produção.*” Pará, (2001, p.55). Outro aspecto, prende-se com o facto de se procurar o desenvolvimento de produtos turísticos que priorizem a matéria-prima local desde os recursos naturais às instalações, embarcações, produtos alimentares, entre outros.

Quanto ao crescimento, o PDT-PA (2001) objectivava ampliar mais o fluxo turístico como forma de garantir maior taxa de ocupação hoteleira, gerando assim maior lucro e riqueza para o estado e que se expressaria no aumento ao nível de empregos na actividade turística e outras a ela associada. Também foram identificados negócios/mercados prioritários para desenvolvimento do turismo em cada pólo do estado. A priorização levou em consideração a qualidade dos recursos existentes, o grau de estruturação em termos de formatação de produtos e principalmente a existência de mercado consumidor facilmente captável.

Com a reavaliação do PDT-PA e o surgimento do plano VER-O-PARÁ (2011), estabeleceu-se o plano operacional de desenvolvimento que, define a sustentabilidade como eixo sistêmico, a qualidade e a competitividade como vértices estruturantes para os macroprogramas, programas e projetos de turismo no estado. Este plano estabelece acções de curto e médio prazos para o turismo do Pará, começando pela organização da oferta turística, no âmbito do produto turístico, que deverá ser levada aos mercados prioritários

para então chegar à execução da comunicação com os públicos-alvo, tanto na vertente da promoção e da comercialização como da sensibilização cidadã para o turismo.

Segundo o plano VER-O-PARÁ, (2011 p.7) *“A estratégia de desenvolvimento do turismo paraense estabelece sinergia com a gestão estratégica do Governo do Estado e propõe sua integração às iniciativas e processos em curso de outras áreas e atividades, otimizando esforços e investimentos, de forma a ampliar as possibilidades dos municípios e regiões turísticas.”*. Desta forma, o turismo é apresentado como uma das actividades identificadas para o desenvolvimento do território, que se integra a outros sectores com participação diferenciada mediante o pólo, em função da potencialidade identificada e da vocação da região. Com base no ordenamento, integração e cooperação entre os Arranjos Produtivos Locais (APL), o turismo complementa e é complementado por outras cadeias produtivas, orientadas para resultados a curto, médio e longo prazo.

Assim, o processo de desenvolvimento do turismo no Pará terá como princípios a sustentabilidade, com atenção especial ao controle de impactos negativos da actividade, o fortalecimento do desenvolvimento sócio-económico e a protecção do património natural e cultural, fundamentando-se em três pilares: 1) Valorização e conservação do património natural e cultural do Pará; 2) Prosperidade dos negócios e empreendimentos do turismo; 3) Geração de emprego e renda, inclusão, equidade social e redução da pobreza.

A estratégia visa aumentar a procura pelo destino turístico Pará, manter e reforçar posições através de uma acção selectiva no estado e nas cidades com maior propensão a viajar para fora do seu território. No mercado nacional, a estratégia visa realizar esforços para alcançar uma maior adesão e assim marcar presença nos canais de intermediação e maior cooperação com os operadores nacionais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba e Porto Alegre.

No mercado internacional o Mercosul apresenta-se a curto prazo com melhor possibilidade de acesso ao Pará por razões de proximidade geográfica com especial atenção para alguma capitais (Buenos Aires, Santiago, Lima Montevideu e Assunção), onde se deve trabalhar mais no sentido de estabelecer posições junto ao mercado. No mercado europeu, a estratégia consiste em criar bases para dar a conhecer os produtos turísticos paraenses, desenvolvendo

contactos com o *trade* especializado em segmentos e nichos específicos, principalmente nos mercados das viagens de aventura, ecoturismo e turismo cultural.

No que respeita ao Pólo Belém no qual se centra este trabalho, o turismo de negócios sustenta grande parte da infra-estrutura do turismo local. Este segmento no entanto, não depende das acções de *marketing* de um plano turístico. Assim, a nível internacional, Belém mostra-se com potencialidades para atrair Cruzeiros Marítimos. A nível doméstico os pacotes são mais voltados para o património cultural aliado à estadia em locais de atractivos naturais, como a Ilha do Marajó. Considerada o portão de entrada para a região amazônica, Belém surge com potencialidades cujos mercados se referem a estadas curtas e longas, eventos, cruzeiros e reuniões ou ainda como ponto de passagem para a Ilha do Marajó e outros municípios e estados (Amazónia). Estranhamente o turismo cultural e religioso não são referenciados.

2.5 - A Obra-Prima da Amazónia

A Amazónia não é exclusividade do Pará. Ela estende-se também pela Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela e por outros estados brasileiros. Todas estas regiões procuram vender o mesmo produto. Segundo o PDT-PA, em termos de segmentação de produto o Pará compete com outros destinos como o Alaska, Galápagos, Quénia, África do Sul, Austrália, mas concorre sobretudo com o resto da Amazónia. Face a estes mercados competitivos torna-se necessário diferenciar e posicionar o Pará em relação às demais regiões amazônicas.

Esta diferenciação surge por exemplo pela criação de uma marca própria do estado que servirá de cartão de visita para os turistas que seriam convidados a conhecer o Pará, o estado que melhor representa o que a Amazónia pode oferecer, porque, “*A Amazônia do Pará é a melhor de todas as possíveis, (...). Ela é mais habitável, mais confortável de ser visitada, tem as melhores comunicações fluviais, dispõe de maior diversidade de atractivos naturais e culturais.*”, PDT-PA, (2001, p.77), até porque, “*... se alguém quer “viver”, “gozar”, “descobrir” e “entender” a Amazônia tem que fazê-lo no Pará. Pois, o Pará é o de melhor que existe neste mundo chamado Amazônia.*” PDT-PA, (2001, p.77). E assim, nasce a identidade corporativa do estado: “*Pará – A Obra-Prima da Amazônia*”.

Imagem 2- Marcas turísticas do Pará



1ª



2ª

Fonte: PDT-PA (2001)

Na última década foram criadas duas marcas turísticas para o estado. A primeira, como resultado do Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará, realizado em 2001, a segunda algum tempo depois, mantendo sempre a mesma mensagem: “*Obra-prima da Amazônia*”.

O conceito de imagem de marca visa dar valor a um conjunto de atributos e associações que os consumidores reconhecem ao nome da marca, na base do qual estão as suas decisões face aos produtos ou serviços. Neste sentido, a imagem da marca turística “*Pará –Obra-prima da Amazônia*” deverá resultar da interligação entre as estruturas mentais do consumidor e o leque de acções de marketing destinadas a capitalizar o potencial contido no conhecimento da marca, gerando assim valor.

Através dos conteúdos de comunicação destas duas marcas, segundo o Plano Ver-O-Pará (2011), observou-se que a primeira imagem foi utilizada por um breve período, tendo sido substituída pela segunda. Contudo, esta não aparece aplicada nos materiais utilizados, salvo em algum caso isolado. Do mesmo modo, a mensagem global manteve-se, embora tivessem sido criadas outras mensagens para descrever o destino Pará, diferentes para cada tipo de público. Da mesma forma, também foram criadas mensagens específicas para cada pólo turístico e mais de uma mensagem para o mesmo pólo, como se verifica no quadro abaixo.

Quadro 4: Mensagens utilizadas na promoção por público

	Todos os públicos	Trade	Consumidor
Mensagem Global	“A obra prima da Amazónia”	“Cenário de rara beleza”	“Um convite á aventura, cultura e história”
Mensagem de Produto (Pólo Belém)		“Natureza, cultura e fé”	“O berço da Amazónia”, “Portal do paraíso”
Mensagem de Produto (Pólo Amazónia Atlântica)		“Sol, praia e cultura”	
Mensagem de Produto (Pólo Marajó)		“O maior arquipélago fluviomarinho do mundo”	“Amazónia do Marajó” “Amazónia Quilombola”
Mensagem de Produto (Pólo Araguaia Tocantins)		“Lugar de muita energia”	
Mensagem de Produto (Pólo Xingu)		“O paraíso da pesca”	

Fonte: Ver-o-pará (2011, p. 93)

A proposta de valorização do produto Pará compreende três tipos de benefícios. Primeiro, benefícios funcionais que visam o contacto com a natureza e com um povo autêntico, a

variedade de actividades turísticas e a oxigenação física e mental. Segundo, os benefícios emocionais ou seja, a sensação de desfrutar de uma natureza virgem, grandiosa e principalmente, sentir a Amazônia. Por último temos os benefícios “*Self expression*” ou seja, fazer com que o turista sinta que descobriu um novo destino e criar nele opinião. “*O posicionamento de uma imagem corporativa de um destino deve considerar o que a demanda espera deste destino... Assim, o que a demanda procura no Pará é “Amazônia” e o que o Pará oferece é “A melhor Amazônia”. Assim, o posicionamento deveria ser “Pará: A melhor Amazônia.”* Pará, (2001, p.79).

No que respeita à organização institucional do turismo no estado do Pará, este está sob a alçada da Secretaria Especial de Estado de Produção a PARATUR. A nível de governos municipais, com excepção da capital Belém que criou uma entidade autónoma a BELEMTUR, as actividades turísticas encontram-se, quase sempre, agregadas a departamentos ou secretarias pertencentes aos sectores de desporto, cultura e ambiente. Alguns municípios, entretanto, contam com conselhos municipais estruturados.

A Companhia Paraense de Turismo, a PARATUR, é uma empresa pública de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Pará, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Produção, regida pela Lei das Sociedades Anónimas. Do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará pouco foi colocado em prática nos últimos quatro anos no Estado. Com o novo governo que tomou posse em 2011, o PDT-PA (2001) foi retomado tendo sido feita a sua reavaliação e ajustes de modo a que pudesse ser efectivamente implementado.

Deste processo surge o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará – Plano –VER-O-PARÁ (2011) que cria uma nova identidade turística do estado assente em cinco argumentos: *Originalidade* - no Pará encontram-se os mais antigos registos da presença do homem na Amazônia Brasileira. As primeiras cidades da Amazônia Brasileira foram fundadas no Pará no começo do século XVII; *Autenticidade* - festas populares seculares como o Círio de Nazaré e a Marujada mesclam fé, religiosidade e rituais profanos. A gastronomia de sabores únicos revela as influências da formação cultural paraense e os ingredientes naturais da Amazônia.”; *Criatividade* - saberes e fazeres tradicionais convivem com a cultura erudita e inspiram novas formas de organização e distribuição da produção cultural. O manejo dos recursos naturais e o conhecimento empírico da floresta estimulam a

pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis; *Diversidade* - portão de entrada da maior floresta tropical do planeta, o Pará é um celeiro amazônica, que concentra paisagens e cenários únicos, como as águas azuis do rio Tapajó seu encontro com o Amazonas; Marajó, maior ilha fluviomarina do mundo e suas planícies inundáveis; a pororoca..., excepcionais para a prática de actividades turísticas na natureza; *Sustentabilidade* - mais da metade do território paraense é área protegida, são 684 mil km em 64 Unidades de Conservação (UC) públicas e 43 terras indígenas demarcadas. O Pará concentra iniciativas dedicadas ao conhecimento sobre o potencial da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos da Amazônia. O estado lidera o programa “*Municípios Verdes*” voltado para a recuperação de áreas devastadas e com foco no manejo sustentável da floresta.

Assim partindo do *slogan* “*Pará a obra-prima da Amazônia*”, ajustando o argumento assente na Originalidade, Autenticidade, Criatividade, Diversidade e Sustentabilidade, criou-se uma nova imagem de marca cujo objectivo seria definir e contextualizar a região como um todo, tornando-a mais relevante e atraente para as pessoas.

Sobre a imagem de marca, Ruão, T. & Farhangmer, M. (2000), referem que este conceito parte do princípio de que a imagem é um conceito de recepção a partir do qual determinados públicos imaginam um produto, uma marca, um país, procura-se acima de tudo, perceber como se pode traduzir a “imagem pretendida” (aquela que interessa ao emissor) em “imagem percebida” (aquela que foi construída pelo receptor). Esta tradução faz-se por processos comunicativos, intencionais ou acidentais, que conduzirão a um dado estímulo perceptual. A imagem é sempre o resultado de um processo construtivista, que tem origem na fonte, sendo transferida pela comunicação e resultando numa percepção pessoal do destinatário.

Deste modo, criou-se um novo *briefing* para que será a imagem de marca do estado do Pará que incorpora os vários produtos oriundos da região como os grafismos das culturas marajoaras, tapajônicas e povos indígenas do Xingu e a cor do Açaí que aliados ao factor natureza amazônica, dá origem a nova marca turística do Pará. Cria-se assim uma nova identidade da marca Pará.

Imagem 3 - Nova imagem turística do Estado do Pará



Fonte: Plano Ver-o-pará (2011)

Esta será a imagem que surgirá em todos os catálogos, *banners*, uniformes e papeis corporativos entre outros materiais de promoção que serão essencialmente a extensão do produto Pará, permitindo não só identificá-lo, como incorporar um conjunto de valores e atributos intangíveis, relevantes para o consumidor e que contribuem para motivar a compra do destino Pará. Contudo, em termos de forma a imagem parece invocar a Castanha do Pará, fruto característico da região pintada de vários tons de verde lembrando a exuberância a flora amazônica e o lilás cor do Açaí alimento típico da gastronomia indígena. Uma vez que o estado do Pará concentra uma vasta rede hidrográfica não seria de se esperar que o(s) rio(s) também estivessem aqui representados quando são eles que marcam a forma de estar e as dinâmicas econômicas e sociais do estado? Parece-me que sim.

2.6 - Programa “*Turismo Belém 14*”

A cidade de Belém tem na sua estrutura governativa uma Coordenadoria Municipal de Turismo, a BELEMTUR cuja missão visa desenvolver o turismo com o objectivo de planejar, organizar e coordenar as acções e acompanhar a fiscalização do turismo receptivo em conjunto com a comunidade numa perspectiva de melhorar a sua qualidade de vida.

Belém não tem propriamente um plano para o desenvolvimento do turismo, pelo contrário tem um programa intitulado “*TURISMO BELEM 14*”, que reúne um conjunto de propostas

agrupadas em directrizes em concordância com os programas do Ministério do Turismo visando transformar propostas em acções que produzam efeitos práticos para a melhoria da infraestrutura, gestão e produtos turísticos da cidade de Belém.

Assim, faz-se a inserção do turismo no Plano Director Urbano de Belém (PDU-Belém) no qual são indicadas 14 directrizes para o desenvolvimento de Belém pela via da “indústria sem chaminé⁸”. Assim, a proposta para dinamizar o turismo em Belém enquadra-se no PDU-Belém de 28 de Julho de 2008 e está inserido na política de desenvolvimento económico do município com vista à redução das desigualdades sociais e espaciais bem como a melhoria das condições de vida da população (PDU-Belém, p.2), promovendo em simultâneo acções de capacitação e adequação de recursos (Art. 8º PDU-Belém).

Desta forma, o programa pretende promover os produtos turísticos de segmentos específicos e prioritários, como história e cultura, o desporto e aventura, negócios e eventos profissionais, turismo de natureza, de entretenimento e lazer urbano, contemplando as diversidades culturais e naturais da cidade. Por outro lado, pretende, através de metas, criar e fortalecer uma imagem dos produtos turísticos dos segmentos, para divulgação e promoção nos mercados nacional e internacional.

O Centro Histórico de Belém e áreas com potencial acervo cultural seriam alvo de políticas para dinamização e reabilitação socioeconómica. O turismo nas ilhas seria incentivado através de programas que evidenciassem o ambiente, a diversidade cultural, a paisagem e as características locais típicas das ilhas fluviais do município de Belém (turismo ecológico, cultural e de aventura).

No que respeita a infraestruturas, o PDU-Belém refere-se ao incentivo e à criação de equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer, incentivo à requalificação, preservação e conservação do núcleo histórico e dos imóveis de valor histórico e cultural, melhoria da infraestrutura urbana e da paisagem tal como requalificar a orla e promover o desenvolvimento de actividades voltadas para o ecoturismo.

⁸ Prefeitura Municipal de Belém - Plano Director Urbano, (2008)

Quanto à imagem do município, foram apresentadas 14 medidas no sentido de divulgar a qualidade de produtos beleenses de modo a posicionar Belém como portão de entrada da Amazônia, ressaltando a sua localização estratégica na região, a sua infraestrutura de serviços, segurança e a qualidade de vida da população local. Entre as medidas encontram-se as seguintes: Estrutura Pública, Gestão Municipal, Marca Belém, Comunidades, Geração de Dados, Segurança, Sustentabilidade, Distribuição Segmentos Prioritários e Segmentos Específicos. No quadro que se segue podemos verificar as diretrizes relativas a estratégia e aos segmentos específicos.

Quadro 5 - Turismo Belém: Diretrizes e Propostas para dotar Belém de infraestrutura e aumentar a Competitividade do Produto Turístico

Segmento Prioritário	Estratégia
Turismo sol e rio	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar as praias de rio de Belém e região das ilhas como atractivos e incentivar a formatação de produtos turísticos baseados em suas ilhas, praias e águas, em especial a navegação à vela ou a motorizada; • Melhorar a infra-estrutura portuária para atender ao movimento crescente de cruzeiros marítimos, desenhando produtos turísticos específicos para os visitantes desse segmento e reforçar a participação de Belém nas rotas internacionais de eventos náuticos; • Apoiar a utilização das baías e de outras hidrovias como meios de transporte regionais, resgatando embarcações tradicionais, entre outros.
Turismo de História e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a formatação de produtos turísticos que tenham como base o patrimônio histórico; • Criar e promover novos roteiros histórico-culturais em cada área turística (visitação a sítios históricos, arqueológicos, conjuntos arquitetônicos, parques indígenas, museus, etc.), integrando os municípios vizinhos que tenham esses atrativos; • Resgatar e promover a utilização turística do patrimônio histórico-cultural e socioeconômico específico de cada área turística, a exemplo das técnicas tradicionais utilizadas na produção de embarcações, da temática indígena.
	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular as comunidades locais a participar do processo receptivo, seja oferecendo passeios turísticos seja empreendendo meios de hospedagem de pequeno porte;

Turismo de Desporto e Aventura	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias com as Universidades e ONGs que actuam nas áreas turísticas, com o acções de estímulo ao desenvolvimento de produtos turísticos de esportes e aventura;
Turismo de Negócios e Eventos Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Criar roteiros complementares para os turistas do segmento, elevando o tempo de permanência destes; • Promover a formação e a capacitação de mão-de-obra com o perfil demandado pelo segmento; • Formar parcerias com o sector privado para a captação, operacionalização e promoção de eventos profissionais e desportivos.
Turismo de Entretenimento e Lazer Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar, diversificar e estimular a ampliação da oferta de produtos e serviços turísticos de entretenimento adequados ao segmento de lazer, formatando novos roteiros, o que vai induzir o aumento da taxa de permanência média do visitante e o seu retorno ao núcleo receptor; • Inserir nas programações e roteiros turísticos os novos; e atrativos naturais e culturais das áreas urbanas e do seu entorno.
Turismo de Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Impulsionar o turismo de natureza nas ilhas e APA's, estimulando a formatação de produtos que utilizem os seus principais recursos naturais como atractivos; • Formatar e promover roteiros ecoturísticos regionais nos ambientes naturais (matas, parques e rios), estimulando programações e actividades, como trekking e cicloturismo, entre outros; • Desenvolver a prática do ecoturismo em suas diversas modalidades, e incentivando a inserção da população local na operacionalização desses produtos.
Segmento Específico	
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar as estruturas de receptivo já existentes, integrando-as aos canais de distribuição dos principais emissores nacionais e internacionais, tendo em vista atrair nichos de mercado de interesses específicos; • Fortalecer e ampliar a oferta turística de Belém, incorporando o patrimônio cultural de origem quilombola (música, dança, religião, culinária, manifestações folclóricas, etc.), com vista a atrair visitantes internacionais afro-descendentes com interesse em vivenciar experiências de motivação étnica; • Estimular o desenvolvimento de produtos turísticos voltados para nichos específicos, aproveitando as características de determinados trechos; • Fortalecer a exploração do turismo rural; 	

- Fomentar a pesca esportiva, estimulando a implantação de infraestrutura de apoio e de empreendimentos voltados para este segmento;
- Promover a divulgação das manifestações religiosas identificadas.

Fonte: PDU-Belém (2008) adaptado pela autora

Estas medidas visam atingir a satisfação da população, empresários, operadores, agentes e turistas, assim como melhorar o desempenho do turismo (fluxo, permanência, gasto médio e receita) assim como o desempenho socioeconómico (taxa de captura, geração de empregos, geração de renda e geração de tributos) do município que, quer pelo estado do Pará quer pelo próprio município é considerada a porta de entrada da Amazônia.

Nesta tabela o Turismo de Natureza aparece na 6ª posição em termos de segmento prioritário e o Turismo de Sol e Rio em 1º lugar o que não deixa de ser um pouco estranho uma vez que, em Belém os elementos naturais que mais se evidenciam são o Rio e as ilhas, logo não faz muito sentido a separação destes dois segmentos.

No entanto, no que respeita à estratégia para a dinamização destes dois segmentos e em particular a orla junto ao bairro da Cidade Velha, pouco havia sido feito com a excepção da aplicação do projecto *Monumenta*⁹ que proporcionou a requalificação e a refuncionalização de parte do património arquitectónico existente no bairro da Cidade Velha, como são os casos do Complexo Feliz Lusutânia que compreende a Igreja da Sé, Colégio Jesuíta de Santo Alexandre - Museu de Arte Sacra do Pará, Casa das Onze Janelas - Museu de Arte Contemporânea e o Forte do Presépio - Museu do Encontro. Esta acção resultou da pareceria entre o IPHAN e o Governo do Estado do Pará através da Secretaria de Cultura do Pará (SECULT).

⁹ O Monumenta é um programa estratégico do Ministério das Cultura financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o apoio da UNESCO e recursos federais, estaduais e municipais que visa conjugar a recuperação e a preservação do património com o desenvolvimento social, através de financiamento de acções de desenvolvimento económico, a capacitação profissional, a organização comunitária, investimento cultural e programas educativos. O objectivo é alcançar a sustentabilidade inserindo o património na vida da cidade, com usos que permitam a sua permanente conservação e geração e receita.

A escolha pelo bairro da Cidade Velha deve-se ao facto deste ter sido o primeiro núcleo da cidade de Belém, tendo a primeira rua da cidade sido desenhada acompanhando o contorno do rio. Foi na baía onde se situa o bairro que os portugueses atracaram vindos do Maranhão à conquista do Amazónia. Desde sempre que o bairro da Cidade Velha se apresenta como local de dinâmicas socioculturais e económicas que caracterizam e definem o modo de vida da cidade, do estado e da região amazónica brasileira, representando o primeiro núcleo urbano de herança portuguesa na Amazónia.

Imagem 4 - Complexo Feliz Lusitânia.



Fonte: Google (2013)

O Complexo Feliz Lusitânia localiza-se numa península envolvida pelo rio Guamá. Este é um lugar que conta a história da conquista da Amazónia e do Pará em particular. Nesta península ainda se vivenciam os modos de vida das populações ribeirinhas resistente às grandes mudanças socioeconómicas que se tem verificado ao longo dos anos no bairro onde o património construído assume papel demoninador para a definição da identidade do Estado do Pará e da cidade de Belém em particular. Esta intervenção visou entre outros objectivos, “devolver o Rio” à cidade. No entanto, o Rio permanece como elemento quase exclusivo de transporte e memórias passadas uma vez que ainda estão por criar condições

para que nesta parte da cidade se pudesse fazer pleno usufruto do mesmo no que diz respeito a actividades de recreação, lazer para a população e os seus visitantes através do turismo.

Assim, no capítulo que se segue pretendo refletir sobre questões do património partindo da definição deste conceito para chegar ao Património Natural, tema basilar deste trabalho cujo objectivo é compreender até que ponto os habitantes de Belém entendem o Rio como parte do seu património assim como, perceber como é que as entidades públicas ligadas ao turismo e ao património o entendem como elemento fundamental da história e cultura belenense.

III - CAPÍTULO

Sobre o Património

3.1 - Conceito de Património

Património é uma palavra de origem latina, *patrimonium* que significava, entre os romanos, tudo o que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família. A família compreendia tudo o que estava sobre o domínio do senhor, inclusive a mulher, os filhos, mas também os escravos, os bens imóveis e móveis, até mesmo os animais.

O conceito de património, surgido no âmbito privado e do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos. Com o Renascimento, ganha uma nova perspectiva quando aliado ao sentido de nação património associa-se à ideia de partilha ou seja, de um estado nacional onde um conjunto de cidadãos fazem uso de uma mesma língua e cultura, uma mesma origem e território. Assim surge o conceito de património actual, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território.

De um discurso patrimonial aplicado aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como factos destacados de uma civilização, avançou-se para uma concepção de património entendido como o conjunto de bens culturais, referente às identidades colectivas. Desta maneira emergem como património múltiplas paisagens, arquitecturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos, sítios arqueológicos e naturais que passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais nas esferas local, estadual, nacional e internacional .

Françoise Choay (2001) em “ *A alegoria do património* ” percorre cinco séculos da história do ser humano em que faz uma reflexão sobre o aparecimento do conceito património, enraizado no modelo da herança familiar, partindo depois para questões da história e memória das nações. A autora refere que a preocupação com a definição de políticas para a salvaguarda dos bens que caracterizam o património cultural de um povo remonta ao final do século XVIII, mais particularmente à Revolução Francesa, quando se desenvolveu uma outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória de uma

nação como forma de impedir o esquecimento dos feitos do passado. Nesse período, implementam-se as primeiras acções políticas para a conservação dos bens que denotassem o poder, a grandeza da nação através de uma administração incumbida de elaborar instrumentos jurídicos e técnicos para a salvaguarda dos bens patrimoniais, assim como procedimentos técnicos necessários para a conservação e o restauro de monumentos.

Porém, o conceito de património não é uma invenção moderna. Ele existe desde do mundo clássico e da Idade Média, tendo ganho novos contornos semânticos no mundo moderno ocidental. Património inclui não apenas o conteúdo a que se refere mas também as relações sociais e culturais que lhes são inerentes. Deve-se considerar património aquilo que possa ser compreendido e sentido como algo de pertença ao grupo humano que o herda. A herança patrimonial tem uma utilidade que vai além do mero acto de guardar ou conservar. Ela é algo que enriquece as comunidades, porque lhes dá sentido, identifica-as com a sua memória fazendo com que se transforme num capital, a que podem recorrer sempre que é preciso investir seja na consciência de si mesmas, seja na transformação do mundo onde actua, Campelo (2007). Com efeito, o património constitui um reflexo dos valores culturais de uma comunidade, é a imagem objectivada dos valores que uma comunidade persegue e consagra como fundamento da sua identidade. Diz respeito tanto a uma história longa, aquela que dá sentido à continuidade, quanto a uma história imediata relacionada à experiência dos indivíduos. Neste sentido como refere Paes (2009) “... *a defesa do património, da paisagem e das manifestações culturais, têm um impacto significativo sobre as sociedades contemporâneas e sobre o território.*”.

Lembrando que património é um conjunto de elementos materiais e imateriais, tangível e intangível segundo declaração da UNESCO (2003), o primeiro inclui todos os activos que têm materialização/corporização física nos valores culturais como cidades históricas, edifícios, lugares arqueológicos, paisagens culturais e objectos culturais ou aspectos da propriedade cultural móvel. O segundo encerra todas as formas de cultura popular e folclore, isto é, activos colectivos originários de uma dada comunidade e baseados na tradição.

Em 1972 ao adoptar a Convenção sobre património cultural e natural, a UNESCO reconhecia a importância da diversidade para toda a humanidade, ao considerar que os sítios declarados como património da humanidade pertenciam a todos os povos do mundo. Subscrita por mais de 150 países, o património da humanidade caracteriza-se por apresentar:

- Monumentos: obras arquitectónicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;
- Conjuntos: grupos de construções;
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiográficas: habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural.

Da noção de património privado, do sentimento de posse que emerge quando um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos, resulta a percepção do indivíduo de estar perante algo de valor, individual ou social, valor que é atribuído aos bens numa dada circunstância histórica mediante os contextos da época em que se inserem. É pois, neste sentido que património é entendido como uma construção social ou cultural por ser de facto uma idealização construída. Ou seja, aquilo que é ou não património depende do que para um determinado colectivo humano num determinado lapso de tempo considera socialmente ser digno de ser legado a gerações futuras. Pode-se afirmar então que toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade construída pelo presente (indivíduos) que a idealiza.

Deste modo, o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade, porque é através de símbolos que se tornam veículos privilegiados na transmissão cultural, que os indivíduos mantêm estreitos vínculos com o seu passado. Tal como coloca, Paes (2009) apud Gonçalves (2005) “... patriomónio o é enquanto fator que sustenta valores, mobiliza dimensões humanas que, interligadas, erigem as identidades.”. É desta identidade e consciência entre o passado e o presente que nos reconhecemos colectivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais.

Na perspectiva de Campelo (2007), de um olhar reducionista e elitista de património, ora como expressão do exótico, lugar do «outro», ora como máximas expressões do raro e do belo, próprio do mundo ocidental, ou ainda, como espaços do popular, visitado pela nostalgia de uma identidade perdida, passou-se para uma nova relação com o património

mais próprio do sentido do «homem comum», fazendo com que o seu desfrute seja também ele alterado. Ou seja de artefactos e produtos singulares, o património passou a produto do mercado, criando assim um sistema de produção institucionalizado sujeito aos mais variados interesses. No entanto o mesmo autor considera que satisfazer este interesse, tornou-se um dos processos mais destruidores da noção original de património, “...o enfoque está no usufruto daquele que o «recebe», e não nas práticas e sentidos daquele que o criou! Os interesses referidos anteriormente, reproduzem um «mundo» e um desejo originados nos sentidos tradicionais de património, correspondendo à força apelativa do contacto com o diferente. No entanto o que se dá são cópias e lugares de ficção, impostas por um mercado, sedento de uma alteração do quotidiano.”, Campelo (2007).

Para além da perspectiva da tangibilidade e da intangibilidade, o legado patrimonial não se esgota na sua faceta educativa e formativa, propiciadora de valores de convivência e entendimento nos dinâmicos intercâmbios étnicos e culturais da nossa sociedade mas também no cenário económico de regiões como suporte e recurso para a sustentabilidade territorial. Este fenómeno relativamente moderno que é o turismo, fenómeno que partiu de uma manifestação cultural e minoritária ocorrida no século XVIII, com o “*Gran Tour*” realizado por ingleses cujo destino era fundamentalmente a Itália, ampliando-se depois para o Romantismo de outros países como a França. O turismo devido ao deslocamento massivo e ao efeito cultural e económico tornou-se no gerador de uma fonte de riqueza tal, que passou a ser considerado uma indústria limpa e consagrada a estudos pelas mais distintas instituições e universidades ao nível mundial.

O século XX trouxe um grande impulso à actividade turística, tendo sido considerada na sua 2ª metade num dos fenómenos económicos, sociais e culturais mais importantes e numa das indústrias de serviços mais rentáveis de grande projecção onde o papel que o património assume está constantemente em jogo. A este facto se deve em grande a evolução dos meios e de transporte e comunicação que veio diminuir distâncias e facilitar o acesso à informação entre povos despertando interesse pelas mais diversas culturas anteriormente quase inacessível para a maior parte da população mundial.

Actualmente verifica-se a tendência para a sobrevalorização do que caracteriza cada lugar, salvaguarda-se a identidade, a diversidade e o pluralismo cultural dos povos. Assim, na

sociedade do conhecimento segundo Castells (1996) apud Zamora (2006: 29) “...asistimos, esta atención hacia lo local coexiste con la tendencia a diseminar globalmente e conocimiento creando una cultura universal. En cualquier caso, es evidente que estos son años de profundas modificaciones en la organización económica y social de las naciones, con cambios inducidos en las características del empleo, en la utilización del tiempo libre o en el contenido de las expresiones culturales, todo ello promovido por el vertiginoso desarrollo de las comunicaciones y de los sistemas de información”.

Do mesmo modo, reconhecemos as novas tecnologias como motores que promovem mudanças no padrão territorial do desenvolvimento económico. As tecnologias da informação e comunicação impulsionam a competitividade, a inovação e as mudanças organizacionais das empresas. Do outro lado e ao mesmo tempo, crescem processos de revitalização das identidades locais, de história e particularidades culturais. Assim, pensa-se globalmente mas a actuação assume um carácter mais local uma vez que, “*Estos son tiempos en los que se quiere acentuar y proteger la diversidad al mismo tiempo que compartir los estilos y valores globales.*” Zamora (2006: 30).

É neste cenário de constante mutação que o conceito de património e os novos usos que lhe foi atribuído tem evoluído. Património deixou de ser um bem apreciado por poucos no passado para hoje ser entendido como “objecto” com valor cultural integrante de uma herança que recebemos e que devemos deixar para as gerações futuras. Esta componente colectiva reforça-se por se considerar o património como recurso com capacidade de gerar múltiplas actividades, entre as quais, o complemento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, potencializador de actividades turísticas e de ócio devido ao seu inegável carácter como bem económico. Ou seja, estas transformações sobre o que é património, constituem uma resposta as transformações que a sociedade vem experimentando quer seja pelo desejo pela busca de novas experiências voltadas para o conhecimento e interesse pelo outro, quer seja pela evasão e satisfação pessoal. Em qualquer dos casos, o turismo é hoje responsável por grande parte da movimentação de pessoas em todo o mundo.

3.2 - Património como elemento identitário

No século XX assistiu-se a um grande número de eventos que se realizaram no panorama internacional com o objectivo de proteger os bens históricos e culturais dos povos. A internacionalização da preocupação para com os bens patrimoniais ultrapassou as fronteiras nacionais e levou a criação em 1922 da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, dentro da Sociedade das Nações (CICI), cujo objectivo era potencializar as relações culturais entre os países. Para tal realizou-se em 1931 a Conferência Internacional de Atenas, onde se elaborou a “Carta de Atenas”, o primeiro documento de carácter internacional que dispõe sobre a protecção de bens de interesse histórico e artístico.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 mostrou a emergência de se estabelecer os direitos e os deveres dos habitantes do planeta. Criou-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Novembro de 1946, cuja missão visava intervir, a escala mundial nas áreas da educação, da ciência e cultura. As prerrogativas da UNESCO ganharam especial sentido após a emissão da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Dezembro de 1948, que estabeleceu a nível mundial o direito à educação e à cultura assumindo junto dos países integrantes a responsabilidade de articular e regular de forma eficaz medidas e acções internacionais, elaborar textos jurídicos e recomendações com conteúdos e objectivos sobre a matéria.

A preocupação central foi a de que a conservação do património se efectivasse dentro de uma dimensão internacional, criando directrizes, definindo critérios e prioridades para a protecção do património cultural. Deste modo, a expressão “bem cultural” passou a ser usado nos foruns internacionais ainda na década de 1950, quando na Convenção de Haia, em 1954, convocada pela UNESCO, definiu que o património cultural compreendia os monumentos arquitectónicos, os sítios arqueológicos, objectos e estruturas herdados do passado, dotados de valores históricos, culturais e artísticos. Ou seja, bens que representavam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social.

Esses bens dividiam-se em três categorias: dos bens móveis ou imóveis de grande importância para o património cultural dos povos; os edifícios cujo destino principal e efectivo fosse o de conservar ou expor os bens culturais móveis e os centros monumentais

que compreendessem um número considerável de bens culturais. Desde então, distintos documentos passaram a adoptar tal nomenclatura, num indicativo da propriedade do novo conceito de património cultural. Todavia, cultura passou a ser considerada como um todo homogéneo, concebendo-se como um conjunto de estímulos que actuam em sistema, ou seja, uma construção que pode admitir múltiplas leituras.

Assim pode-se dizer que património cultural é uma construção social. É um conceito dinâmico intrinsecamente ligado ao desenvolvimento histórico e cultural das sociedades que cria, transforma, reduz ou o amplia em função do grau de coesão do grupo social. Ou seja, para que o património exista, há que criá-lo, mas sobretudo é necessário que seja reconhecido como tal pelo corpo social, da mesma forma que deve ser útil em termos de identidade e portanto, como factor de diferenciação entre grupos. A ideia de construção expressa-se na noção de força e coesão social conferida ao património cultural assente no carácter simbólico, elemento definidor da sua capacidade de instrumentalização social, portanto da sua utilidade.

No novo milénio, património tem-se convertido num importante elemento de políticas territoriais de desenvolvimento e emprego, dos programas ideológicos de coesão social e de diversificação económica. Desta maneira, o património deixou de ser objecto de discurso de especialistas da esfera académica e erudita ao qual se circunscrevia no passado para ser objecto de debate mais amplo em que participam os vários agentes da sociedade. Assiste-se a uma redefinição do conceito que vai além do seu significado identitário. Ele é percebido como recurso e objecto de valor acrescentado para o desenvolvimento. Trata-se de uma nova visão sobre património em que se pretende activar o seu uso ligando-o a actual sociedade de consumo.

Sobre esta questão, Jiménez de Madariaga C. (2000: 95) afirma que “ *el patrimonio se mueve entre dos lógicas diferentes però compatibles: la lógica identitaria, la percepción del patrimonio desde los procesos de percepción social; y por outro lado, la lógica del mercado, la percepción del patrimonio desde la rentabilidad económica*”. Esta é uma nova forma de entender a cultura provocada pela procura social, que se aproxima do conceito cultural de entretenimento, sendo património um recurso susceptível de ser exportado economicamente. É nesta perspectiva que surgem os riscos causados pela dissociação do valor simbólico do valor económico. Quer dizer, quando se impõe a lógica de mercado sem

se ter em conta as interpretações e percepções identitárias dos indivíduos / do colectivo, perde-se património porque este converte-se num produto sem significado, sem identidade.

A nossa consciência histórica está estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitectónicos que constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento entre culturas. Não há identidade sem memória, aqueles que perdem as suas origens, também perdem a sua identidade. Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens. Pela sua natureza como cultura material, são usados pelos actores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica.

Sobre este assunto, Funari (2001) afirma que a experiência brasileira evidencia uma manipulação oficial do passado, incluindo a gestão do património que é constantemente reinterpretada pelo povo uma vez que, o património brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível a uma parte da população. A outra parte que pertence a grupos sociais menos favorecidos e excluídos do poder reelaboram de maneira simbólica o património (em particular o imaterial) preservando o seu património.

Para ilustrar esta ideia, Funari recorre ao exemplo da Catedral, que frequentada pela “gente de bem”, deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não é protegida e é, com frequência, abandonada. Citando Eunice Durham (1984: 33) o autor escreve que *“Os monumentos considerados como património pelas instituições oficiais, são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”*., Funari (2001).

É comum que os grupos dominantes usem o seu poder para promover o seu próprio património, minimizando ou mesmo negando a importância dos grupos subordinados, moldando a identidade nacional à sua própria imagem. A preservação patrimonial insere-se, neste contexto, numa luta pela preservação do status quo e das desigualdades vigentes. Essas tentativas de imobilização dos agentes sociais, no entanto, encontram os seus limites na própria práxis social, que escapa as regras dos administradores da sociedade e da gestão patrimonial.

De certo modo, no Brasil e ao nível internacional também o cuidado do património sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades têm sido tanto míopes como ineficazes em alguns casos. Com o acelerar da globalização, o património adquiriu uma nova dimensão embora seja indubitavelmente considerado como identificador cultural que sustenta a consciência colectiva entre os grupos no mundo global. Por isso, importa salientar que seja salvaguardada e protegida a diversidade cultural e neste sentido, o turismo como actividade económica que tem como base o uso do território cuja matéria-prima é o património seja material, imaterial ou natural tem algo a dizer porque também ele pode funcionar como veículo de diálogo intercultural.

3.3 - Património Natural

As políticas oficiais em defesa do património natural apareceram lentamente, vindo a acelerar após as grandes catástrofes ambientais ocorridas no século XX, sobretudo no pós-guerra. Diante dos desastres naturais decorrentes da acção humana e face a consciência global em relação aos riscos que envolvem a sociedade e o ambiente, a natureza passa a ter estatuto de um bem cultural sujeita à atribuição de valores diversos, variando entre os bioecológicos e geofísicos aos de conteúdo sócio-cultural. Assim, o património natural ganha visibilidade no mundo contemporâneo conquistando espaço político institucional quando proclamado nas convenções, cartas e declarações patrimoniais oficiais.

A associação da natureza ao património cultural a escala internacional iniciou-se em 1956, através da criação de uma organização intergovernamental o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (ICCROM) pela UNESCO.

As cartas patrimoniais da UNESCO, para a proteção da natureza como património tem o seu primeiro documento intitulado “*Recomendação de Paris - Paisagens e Sítios*” elaborado na Conferência Geral da Unesco realizada em 1962. Nela fez-se alusão à salvaguarda da beleza e do carácter estético das paisagens e sítios face ao processo de destruição a que vinham sendo submetidos. O compromisso firmado estabeleceu a preservação da natureza com o intuito de atender às necessidades humanas nos seus aspectos estéticos, considerando que as paisagens “constituem um poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuir

para a vida artística e cultural dos povos” e ainda “preservação, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais e urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural e estético, ou que constituam meios naturais característicos” (Conferência Geral da Unesco, 1962). Na Conferência de Washington em 1965, criou-se a Fundação do Património Mundial para estimular a cooperação internacional a proteger as zonas naturais e paisagísticas e sítios históricos para o presente e o futuro de toda a humanidade.

Em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCN), elaborou propostas que foram apresentadas em conferência da ONU sobre o “*Meio Ambiente Humano*” em Estocolmo em 1972. Os debates indicaram a viabilidade da associação entre natureza e cultura no que se refere aos bens patrimoniais tendo sido aprovada no dia 16 de Novembro de 1972 a Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, considerando o património na sua dupla faceta a cultural e a natural. A Convenção lembra as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos. Dez anos após a Recomendação de Paris, em Estocolmo a ONU cria Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que se tornou no principal órgão do sistema da ONU com a incumbência de catalisar as acções internacionais e nacionais para a protecção do ambiente tendo em vista o desenvolvimento. Esta conferência teve como resultado a “*Declaração sobre o ambiente humano*” cuja proposta visava garantir a sobrevivência dos ecossistemas em prol da sobrevivência física e social da humanidade, ao contrário da Carta de Paris que privilegiava o valor da natureza enquanto monumento.

Essas convenções tiveram como premissas básicas a criação de um sistema internacional de cooperação e assistência que viesse garantir a gestão da conservação e preservação através de métodos e procedimentos de identificação e classificação do património mundial. Houve preocupação em dar ao património cultural e natural um status e um cunho de colectividade à vida dos povos.

Na década de 80, torna-se consenso para os especialistas e membros da ONU, as conexões existentes entre desenvolvimento, população e recursos naturais por um lado e por outro, o impacto causado pela pressão relativa ao aumento populacional e acções humanas sobre o

ambiente, especialmente nas áreas urbanas. Na Assembleia Mundial dos Estados, realizada em Nairóbi em 1982, foram reconhecidos os avanços das ciências ambientais, a implementação de legislações ambientais e o aumento do número de países que passaram a adoptar instrumentos legais de gestão nos seus sistemas de protecção da natureza. Em 1987, com o Relatório Brundtland consolidou-se o conceito de desenvolvimento sustentável que se definiu como sendo “*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem as suas necessidades.*” (Nosso Futuro Comum, 1987). Conciliar o desenvolvimento económico e minimizar os impactos ambientais passaram a ser imperativos perseguidos em diversas reuniões internacionais onde o tema da sustentabilidade começa a ganhar força.

Outro marco importante para as questões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO92) que teve como objectivo regular a acção humana em relação à emissão de gases que afectam o efeito estufa e a informação genética. Nela foram celebradas as Convenções sobre Mudanças Climáticas e Diversidade Biológica, assinados documentos que continham um conjunto de princípios a respeito dos recursos genéticos e da soberania de cada país sobre o património existente no seu território. Ponto alto da Convenção sobre Diversidade Biológica ocorreu quando se tentou definir políticas destinadas a garantir os direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais sobre os recursos genéticos, haja vista a estreita relação entre a preservação desses recursos e os conhecimentos, costumes e tradições dessas populações. Foi nesse contexto que emergiu uma outra compreensão do património natural, com o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica.

Assim, a natureza como um bem patrimonial insere em si valores intrinsecamente naturais e os socialmente a ela atribuídos. Ganhou-se consciência do estado de interrelação e interdependência essencial de todos os fenómenos sejam físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Passamos a observar o universo através de uma concepção global e ecológica do mundo, que não considera o universo uma máquina, mas sim um sistema vivo.

Países como a França, o Brasil e Itália podem ser citados entre os pioneiros da conservação ambiental, antecidos pelos Estados Unidos da América. A França instituiu, a 2 de Maio de 1930 uma lei que levou a protecção de monumentos naturais e sítios de carácter científico à

condição de interesse público. No Brasil, data de 1937 o Decreto-Lei nº 25, que instituiu o instrumento do tombamento¹⁰, utilizado até hoje, para delimitar uma área protegida. Já em Itália, a Lei no 1.497, de 29 de Junho de 1939, foi a primeira a tratar da conservação ambiental relacionando-a a sítios naturais de interesse humano.

O património considerado no duplo sentido, cultural e natural remete à compreensão de que o homem interage com a natureza fazendo-se necessário preservar o equilíbrio entre ambos. O entendimento a respeito da natureza e da cultura estende-se ao património cultural que se traduz num conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais da sua identidade. Porém, o património natural também é conservado à luz da ciência. Menos por permitir uma identidade a quem nele vive, mais pelos atributos que lhe conferem beleza cênica, a possibilidade de novas experiências e a busca de informação genética. Ou seja, a conservação de áreas naturais ainda obedece à visão utilitarista, que predomina na sociedade capitalista ao mesmo tempo que possibilita reconhecer nesses verdadeiros refúgios dos processos produtivos e de urbanização tal como focos de alternativas à reprodução da vida.

Os discursos construídos sobre os recursos naturais têm sido tão polémicos quantos os que trataram o património cultural, tradicionalmente identificados como obras e monumentos artísticos e históricos. No entanto, no que respeita ao património vivo as discussões são mais acentuadas dada a emergente questão relativa à sobrevivência do planeta e consequentemente do ser humano. Além do conhecimento adquirido sobre este património e a consciência de sua importância, o tratamento oficial dado a ele não foi o mesmo dedicado aos outros bens materiais. Embora os movimentos em defesa da natureza tenham surgido nos séculos XVIII e XIX através de uma elite económica e cultural dos países dominantes que assistiam ao desaparecimento de grandes parcelas de natureza selvagem ou áreas de grande beleza natural, arruinadas pelo processo de industrialização, a natureza enquanto património a ser protegida e salvaguardada não foi priorizada pelas políticas patrimoniais até recentemente.

¹⁰ Conceito usado pelo estado brasileiro para designar bens classificados

O bem patrimonial natural tem sido objeto de debate entre ambientalistas. Para os mais conservacionistas, a conservação ambiental representa manter uma área protegida, porém, utilizá-la sem colocar em risco a sua dinâmica natural e atributos físicos. Os preservacionistas, mais radicais entendiam que as áreas naturais protegidas não deviam ter a presença humana para que apenas processos naturais influencie a sua dinâmica. O debate entre essas duas correntes permanece até hoje e divide tanto ambientalistas quanto técnicos, empresários, acadêmicos e as populações em geral. Relacionar patrimônio cultural e natural é resultado do amadurecimento do conceito de patrimônio. Este desdobramento foi possível apenas à partir da ruptura histórica que reconhecia como patrimônio os feitos de heróis das camadas dominantes.

3.4 - Chancela da Paisagem Cultural Brasileira

No Brasil, a Portaria 127 de 30 de Abril de 2009, estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileiro fundamentada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual, *“o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”*, Diário Oficial da União, Seção 1, nº 38, Portaria nº 127, p.17 (30 de Abril de 2009). Este é o instrumento jurídico que define e trabalha as questões da paisagem cultural onde está incluído o patrimônio natural.

Este documento define Paisagem Cultural Brasileira no Art. 1º como *“uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Por outro lado, considera que a paisagem cultural estimula e valoriza a motivação da acção humana que se cria e se expressa através do patrimônio cultural, valorizando a relação harmoniosa com a natureza e estimulando a dimensão afectiva com o território, tendo como*

premissa a qualidade de vida da população”, Diário Oficial da União, Secção 1, nº 38, Portaria nº 127, p.17 (30 de Abril de 2009)

Esta declaração atribui um selo de reconhecimento a porções singulares de territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural conferem à paisagem uma identidade singular. Do ponto de vista prático, a chancela implica o envolvimento dos órgãos públicos, a sociedade civil e a iniciativa privada como forma de se criar normas de uso e de gestão da paisagem tendo em conta a sua defesa e cuidado.

Contudo, a Chancela da Paisagem Cultural não funciona como um tombamento. Ou seja, o objecto classificado poderá perder a sua classificação caso se verifique que não são cumpridos os critérios quanto ao valor de qualidade assumido através do pacto comum entre os proponentes. Segundo a superintendente do IPHAN no estado do Pará, Dr^a Doroteia Lima esta instituição tem poucos bens inscritos na categoria do património natural. Por isso, têm trabalhado à partir da Chancela da Paisagem Cultural, no sentido de tentar salvaguardar paisagens apropriadas pelo homem e cujo valor histórico, social e científico refletem transformações resultantes dessa relação.

Em Belém do Pará, o bem classificado que mais se aproxima do entendimento de paisagem cultural é o mercado do Ver-o-Peso uma vez que, ele encerra em si dinâmicas sociais, culturais e económicas cujo valor patrimonial vai além das características arquitectónicas, materiais, imateriais e paisagísticas no contexto da cidade de Belém em particular e do estado do Pará no geral. Como refere a Dr^a Doroteia Lima, ali estão associados um espaço, um lugar antropológico e a questão do imaterial visto que nele se verificam todas aquelas práticas e por isso este mercado coroa os vários entendimentos de património por ser único.

Nas imagens que se seguem podemos ver o Mercado do Ver-o-Peso, um espaço emblemático de Belém e que é um retrato das particularidades da região onde diariamente se pode presenciar as várias dinâmicas da cidade como sejam, as actividades económicas, sociais e culturais inseridas numa paisagem urbana no centro histórico de Belém às margens da baía do Guajará.

Imagem 5 – Mercado do Ver-O-Peso



Fontes: Google

Neste contexto, a cidade de Belém do Pará oferece uma paisagem que se reflete através de uma dinâmica única percebida e vivida pela sua população. Estamos a falar de uma paisagem natural em que o rio é elemento de união entre a cidade e as ilhas. Por outro lado, temos uma paisagem humana que revela modos de vida e de ocupação daquele território peculiar, no bairro da Cidade Velha. Esta é uma paisagem singular de grande beleza natural inserida num ambiente urbano onde o rio desempenha um papel fundamental.

IV – CAPÍTULO

Este rio é minha rua... - uma breve análise sobre o património natural no bairro da Cidade Velha

“As leituras da cidade oscilam entre o saudosismo memorialista, o resgate das tradições e a visão ufanista do viajante, todos convergindo para a ênfase no exotismo da natureza, as paisagens aquáticas, os estilos de época, os pontos históricos.” Cybelle Miranda (2006) (p.81). Partindo da citação acima transcrita, apresentarei o resultado das entrevistas aos vários agentes que actuam sobre as questões relativas ao património em Belém assim como os que dinamizam a actividade turística na cidade.

Imagem 6 - O rio no centro histórico de Belém



Fonte: Google (2013)

Esta imagem espelha bem a involvência que o rio tem no centro histórico da cidade. Aqui podemos observar elementos espaciais fundadores da cidade e outros que foram ocupando o território e que hoje dão forma ao bairro da Cidade Velha, nomeadamente, o Forte do Castelo (1), a 1ª rua de Belém (2), a Igreja da Sé (3), rua Siqueira Mende onde surgiram as primeiras habitações de costas voltadas para o rio (4), a favela que nasceu na ladeira do Carmo (rua lateral a igreja do Carmo) e que ocupa a margem do rio com as suas casas de palafita (5), a Feira do Açáí (6), a Doca do Ver-o-Peso (7).

4.1 – Belém do Pará – breve contextualização

Belém é a capital do Estado do Pará e localiza-se na embocadura da foz do Rio Amazonas, estando em posição privilegiada relativamente à Amazónia, da qual é a porta de entrada a cerca de 130 km do oceano Atlântico nas margens da Baía do Guajará formada pelo rio Pará. A fundação de Belém representou o início da ocupação da região amazónica pelos portugueses, estendendo-se de seguida para o interior do Estado do Pará. A expedição de Francisco Caldeira Branco chegou ao Pará a 12 de Janeiro de 1616 onde fundou uma casa-forte e um fortim de madeira na parte mais elevada a que denominou de Presépio em homenagem à data da sua partida do Maranhão. O povoado nasceu junto ao Forte do Presépio como imposição da colonização militar. Assim nasce Nossa Senhora de Belém do Grão Pará, ou simplesmente Santa Maria de Belém que se tornou sede da Feliz Lusitânia. Abre-se o capítulo para a conquista da Amazónia brasileira. Portal da Amazónia, Belém passa a ser ponto obrigatório de passagem aos que se aventuravam para o interior da região.

Imagem 7 - O trabalho indígena na construção do Forte do Castelo



Fonte: "*Pretérito mais que perfeito: pintura histórica e círculos intelectuais na Amazônia, 1880-1910*", Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo - PPGH/UFGA, (2010).

A expansão da cidade deu-se na metade do século XVII. Hage (2003) em “ *Estudos Paraenses e Amazônicos* ” refere que, “ *Segundo Padre Antônio Vieira, a população de Belém, em 1650 era de 80 pessoas.*”. As primeiras ruas foram, delineadas paralelas ao rio e o maior desenvolvimento foi para o lado norte uma vez que, a parte sul era habitado por religiosos, na sua maioria jesuítas. Outros aglomerados urbanos foram surgindo no mesmo período, destacando-se Cametá, Santarém, Bragança entre outros que deram origem aos actuais municípios paraenses. Este adentramento e ocupação do território fez-se através dos rios, estando por isso a maioria das cidades voltadas para o mesmo.

Mapa 4 - Cidade de Belém do Grão-Pará no século XVII (1640). Ao centro, o igarapé do Piri, à direita, o Forte do Castelo e a povoação que viria a ser a Cidade Velha. À esquerda da figura, a praia e o sítio do que viria a ser o bairro da Campina, hoje, bairro do Comércio.



Fonte – “*Pretérito mais que perfeito: pintura histórica e círculos intelectuais na Amazônia, 1880-1910*”, Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo, Faculdade de História – PPGH/UFPA (2010)

A paisagem da cidade de Nossa Senhora da Graça (Belém) era composta de ruas estreitas e tortuosas, destacando-se igrejas e conventos e casario de um pavimento feitos de taipa ou de barrotes revestidas de tijuco. No século XVIII o arquitecto e desenhista italiano António Landi a convite da Comissão Demarcadora procedeu através dos seus projectos à reformada da catedral (1748-55), da igreja de Santana (1761), construiu a cadeia (1737-1751) e o Palácio do Governo (1762). A necessidade de proceder a demarcação do território português numa região cobiçada por outras soberanias faz avançar um processo civilizador permanente na Amazônia com vista a instalação de uma nova ordem social. É neste contexto e pela sua proximidade com o oceano Atlântico que Belém se torna “*Porta da Amazônia*¹¹”.

Nos finais do século XIX, na Amazônia as cidades cresceram como símbolos de modernidade e progresso. O auge da exploração gomífera conduziu ao incremento da infraestrutura urbana e ao seu embelezamento aos moldes franceses. A visão da paisagem de

¹¹ A cidade de Belém era a entrada obrigatória dos navios que adentravam a Amazônia, sendo o principal porto de importação e exportação da região até o início do século XX.

Belém no início do século XX já apontava a confirmação de uma metrópole onde se podia encontrar a iluminação a gás, serviços de bonde¹², rede parcial de água e esgoto, telefones, casas pré-fabricadas em ferro, coretos, postes e relógios de origem europeia. Esta configuração moderna expandia-se ao longo da estrada de ferro Belém - Bragança ultrapassando os limites do núcleo urbano na época. Por volta de 1912, o incentivo económico que impulsionara o desenvolvimento da arquitectura esmoreceu com a queda do preço da borracha amazónica no mercado internacional, período em que as capitais amazónicas permaneceram isoladas em relação ao resto do país devido às dificuldades de transporte.

Imagem 8 - Iluminação pública e o carro eléctrico



Fonte – “*Pretérito mais que perfeito: pintura histórica e círculos intelectuais na Amazônia, 1880-1910*”, Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo, Faculdade de História – PPGH/UFGA (2010)

Actualmente Belém apresenta-se como se nela existissem várias cidades distintas numa só. Temos uma cidade pertencente ao núcleo do centro histórico colonial marcado pela presença da cultura portuguesa, uma Belém francesa com grandes avenidas e casarões ladeados por mangueiras imponentes ao longo do traçado das avenidas, temos zonas de arranha-céus de arquitectura moderna e extensas áreas de habitação precária que se podem encontrar em toda a cidade.

Imagem 9 - Belém vista do Rio

¹² Bonde = transporte público eléctrico

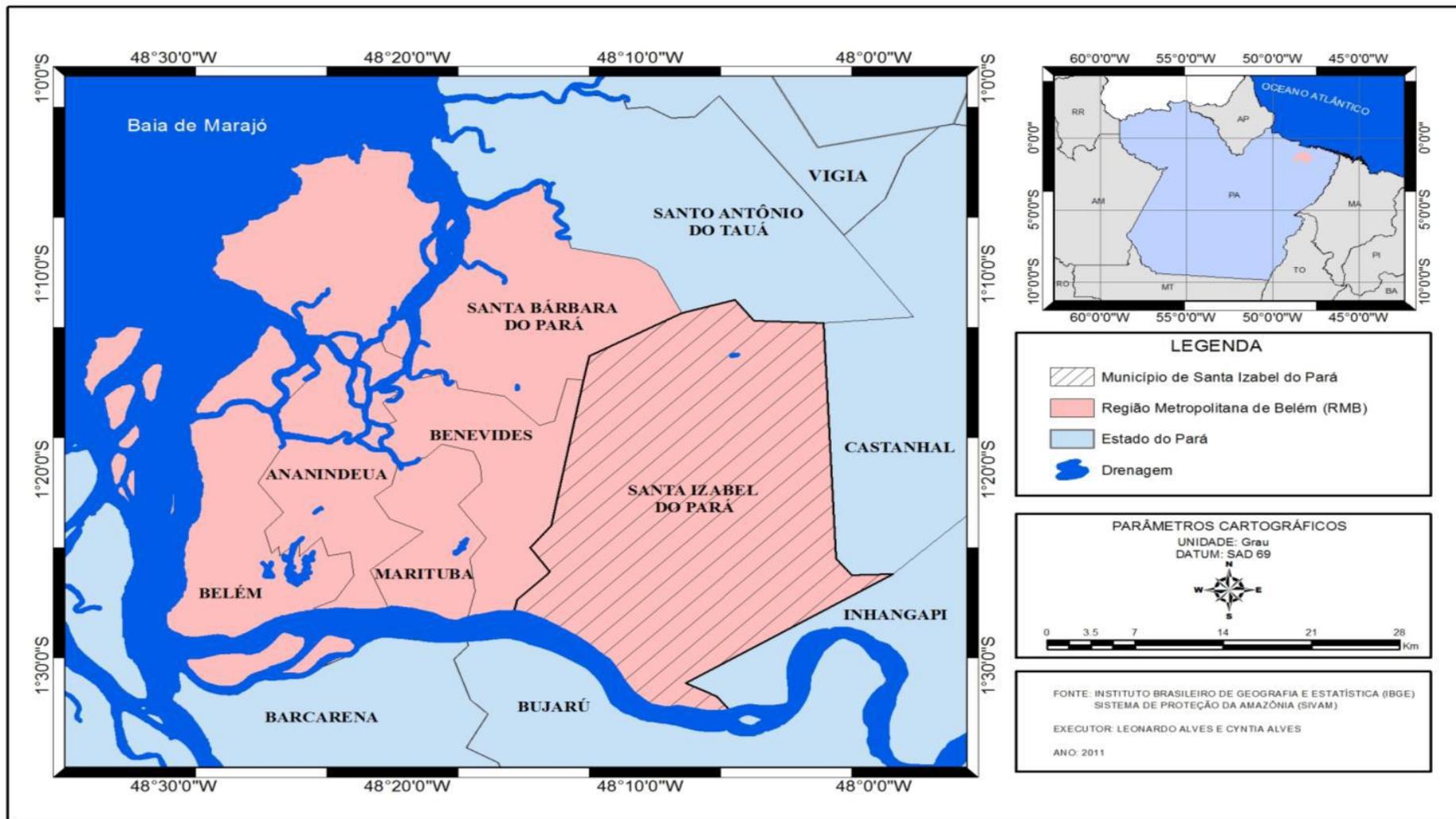


Fonte: Google (2013)

Pertencente à Mesorregião Metropolitana de Belém e à Microrregião de Belém, a cidade tem uma área de unidade territorial de 1.059.406 km² (IBGE; 2013), com uma população estimada para 2013 de 1.425.923 habitantes, com densidade demográfica de 315,26 habitantes por km², a maior da região norte. A cidade é conhecida como portão de entrada da Amazônia e uma das dez cidades mais movimentadas e atraentes do Brasil. Belém é sede da Região Metropolitana de Belém, que totaliza cerca de 2.100.319 habitantes e compreende os municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara de Pará e Santa Isabel do Pará. Considerada a maior cidade da Linha do Equador é também classificada como a capital com melhor qualidade de vida da região norte do Brasil.

No mapa que segue podemos visualizar a região metropolitana de Belém em que a Santa Isabel do Pará se encontra em tracejado por ter sido o último município a ser integrado a 7 de Abril de 2010.

Mapa 5 – Região Metropolitana de Belém



Fonte: Cavalcante, Flávia Costa, (2011)

Belém tem o seu desenho urbano delimitado por cursos de água. É uma cidade fluvial banhada quase na sua totalidade por rios do estuário amazônico. Contudo, assenta em terrenos mais altos ou aterrados e por outro lado, em áreas alagadas ou baixadas, retrato e afirmação da hierarquias e de processos de segregação social, Castro (2006). As baixadas resultam da existência de igarapés¹³, pequenos rios e furos que atravessam a cidade e que, ainda hoje fazem a divisões internas dos seus bairros de terra firme e baixadas. A norte, a cidade está voltada para a baía do Guajará, a sul para o rio Guamá, tendo assim uma extensa orla, densamente ocupada, por portos e trapiches, indústrias e comércio, turismo, instalações militares e administrativa que mostram os diferentes usos que nela coexiste.

Imagem10 – Vista aérea do Rio Guamá na cidade de Belém



Fonte: Google (2013)

A economia belenense assenta fundamentalmente nas actividades do comércio, serviços, construção civil e turismo. A actividade industrial caracteriza-se por indústrias alimentícias, navais, metalúrgicas, pesqueiras, químicas e madeireiras. A grande Belém localiza-se na região mais dinâmica do estado e juntamente com o município de Barcarena, integra o

¹³ Igarapé é um termo oriundo da língua tupi, uma língua indígena que significa caminho de canoa. É o curso de um rio ou canal, pode ser um estreito ou pequeno canal entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme. Igarapés existem principalmente na Bacia amazônica.

segundo maior parque industrial da Amazônia. A cidade conta com os portos brasileiros mais próximos da Europa e dos Estados Unidos (Belém, Miramar e Outeiro), sendo que o Porto de Belém é o maior movimentador de containers (contentores) da Amazônia. Com a revitalização dos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, a implantação da Hidrovia do Tocantins e com a chegada da Ferrovia Norte-Sul, a cidade aguarda um novo ciclo de desenvolvimento.

Estes portos que se localizam ao longo de toda a sua orla têm um significado na relação entre Belém, as vilas e cidades ao seu redor uma vez que estão na confluência do estuário amazônico cujo pólo central é Belém. Por outro lado, eles representam espaços de diferenças sociais e étnicas onde as relações com o espaço das águas e dos recursos florestais são a base da constituição da economia regional. A investigadora Edna Castro refere-se a Belém como sendo um mosaico de diferenças marcantes em que a modernidade enquanto valor integra conceitos universais de progresso, desenvolvimento e exclusão social. Neste sentido podemos afirmar que a orla belenense foi desde sempre um espaço de múltiplos quotidianos, seja pelo comércio intenso nos seus trapiches, seja pelo constante fluxo de pessoas que chegam e partem da cidade através dos seus portos.

Imagem 11 – Porto no bairro da Cidade Velha, Ladeira do Carmo



Fonte: Morais, (2011)

Porta de entrada da Amazônia, Belém viveu historicamente de uma economia alimentada pelas riquezas naturais dos vales dos rios e dos seus afluentes tal como das numerosas ilhas no seu estuário. Tradicionalmente as principais actividades concentram-se na orla banhada pelos rios Pará e Guamá. Desde sempre a navegação fluvial foi o principal meio de transporte o que imprime alguma particularidade à cidade uma vez que os portos e trapiches assumem-se como lugares de identidade, de laços de sociabilidade que são tecidos quotidianamente em diferentes horários e conforme as diversas funções sociais e económicas desenvolvidas nestes espaços. São por isso lugares de conectividade e de articulação de redes sociais.

4.2 - O que se pensa sobre o Rio em Belém

A afirmação: *“Este rio é minha rua”* que naturalmente se ouve na cidade de Belém, dá início a análise da questão que origem desta pesquisa. A problemática inicial deste projecto teve na sua origem a minha percepção de que sendo o rio um elemento maior na cidade de Belém ele não era visto ou pensado como património pela população local, contrariamente ao que acontece com o património edificado especialmente no bairro da Cidade Velha. Na tentativa de compreender esta ideia parti em busca de respostas junto daqueles que moram próximo ao rio, dos que vivem do rio, transitam pelo rio e trabalham as questões do património e turismo na cidade de Belém e no estado do Pará. Para tal, foram realizadas um conjunto de entrevistas semi-estruturadas junto de entidades públicas (Belemntur, Iphan Fumbel e Paratur) e entidade privada (Engel Eventos), a comunidade local (moradores, associação de moradores e utilizadores de serviços no bairro da Cidade Velha), comerciantes, portos do bairro e turistas que o visitam.

À excepção das entidades públicas e privada, considerou-se inicialmente que para os outros grupos acima mencionados seria interessante que colaborassem através do preenchimento de um inquérito constituído por perguntas de respostas fechadas (pré definidas) e de respostas abertas o que possibilitaria uma maior variedade na abordagem das questões e alguma profundidade nas respostas. Por outro lado, o uso do inquérito permitiria a normalização dos resultados embora o amostra fosse meramente representativa. Mas, dadas as dificuldades

encontradas no terreno, optou-se uma abordagem mais pedagógica uma vez que, a falta de informação e de conhecimento sobre este assunto era bastante evidente, tendo sido necessário proceder a explicação e definição do conceito de património e património natural e anda explicar a importância que têm na cidade de Belém. Só assim foi possível obter respostas, tendo-se no entanto usado o método da entrevista semi-estruturada em detrimento dos inquéritos.

Este método permitiu deste logo dar maior flexibilidade e possibilidade de adaptação por parte quer dos entrevistados quer do entrevistador, o que resultou numa recolha de informação mais alargada permitindo identificar novos caminhos para a compreensão do tema central da pesquisa.

Esta pesquisa tem um carácter mais qualitativo uma vez que, permitiu através da informação obtida constatar a questão inicial deste trabalho que é analisar a inserção do rio como património na cidade de Belém do Pará e perceber se a população local e os demais agentes políticos e económico o entendem ou não como património da cidade. Este método adequou-se a pesquisa porque possibilitou através do contacto directo com os intervenientes e dos dados recolhidos uma melhor interpretação das respostas e, das reacções às perguntas foi possível compreender o tipo de relação que as pessoas têm com o rio.

O trabalho de campo realizou-se entre os dias 25 de Abril e 5 de Maio de 2011, na área compreendida entre o Museu do Círio na rua Padre Champagnan e a Igreja do Carmo sita na Praça do Carmo no bairro da Cidade Velha e nas sedes das instituições entrevistadas. Os resultados obtidos serão apresentados de seguida. As respostas às entrevistas encontram-se no anexo I.

Da parte das instituições públicas responderam o Sr. Wady Kayat da Secretaria Municipal de Turismo da Prefeitura de Belém - Belemtur, a Superintendente do IPHAN para o Estado do Pará, Dr^a Doroteia Lima, o Dr. Leonardo Monteiro do Departamento do Património Histórico e o Sr. Edmilson do Órgão Oficial de Turismo do Estado do Pará, a Paratur. A Angel Eventos foi a entidade privada que colaborou na pesquisa através da sua fundadora e gerente a professora Ângela.

BELEMTUR

Relativamente à questão “*Que acções existem na área do património cultural / turismo e quais contemplam o bairro da Cidade Velha?*”, foi enfatizada a necessidade de recursos para transformar as potencialidades da cidade (património histórico, dança, música, gastronomia e religião) em produto turístico uma vez que estes elementos são expoentes máximos da cultura de Belém. A respeito da forma como o rio está a ser visto e pensado para a actividade turística houve uma manifestação pelo desagrado causado pela ocupação sucessiva e desordenada da orla da cidade em particular na Cidade Velha o que, segundo o dirigente tem vindo a causar embaraços económicos e sociais à cidade. Assim, refere-se ao facto de a prefeitura através da Belemtur estar a trabalhar com o Ministério do Turismo no processo de desapropriação e remanejamento de habitantes e portos que ocupam as margens de Belém onde está em curso a construção de uma avenida de 6km, urbanizada e com equipamentos turísticos, assim como a criação de um porto e de uma marina pública. Para maior conforto das populações e como forma de permitir que os turistas e visitantes permaneçam mais tempo na cidade e com maior oferta de actividades, está a ser criada uma linha fluvial que ligará Belém aos distritos de Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro, zonas de praia da região metropolitana.

Na resposta a pergunta “*Como é que têm sido elaboradas as políticas para o desenvolvimento do turismo?*”, foi evidente que existem diferendos entre as instituições públicas e privadas sobre a forma de se tratar o turismo em Belém. O coordenador da Belemtur fala na necessidade de mudança de mentalidades como forma de avançar com projectos e integrar todos os agentes sociais económicos no mesmo, “*A função do poder público nunca vai agradar a todo o mundo mas agente trabalha para agregar o máximo e nós não queremos trabalhar só para os grandes. É importante o poder público inserir no processo económico os que não existem para passarem a existir, ou seja os que estão a trabalhar na informalidade e que têm potencial mas nunca começaram a trabalhar. Nós temos que fomentar isso para que eles comecem.*”. Sobre políticas específicas para o rio, ficou claro que esta é uma questão estrutural que depende da implementação da linha fluvial integrada com a linha dos autocarros como forma de aliviar o fluxo rodoviário do centro da cidade. Mais uma vez a falta de recursos foi manifestada. Por outro lado, existe junto da

comunidade do bairro da da Terra Firme (bairro junto ao rio e zonas alagadas com canais) o projecto de formação de agentes comunitários para o turismo. A questão “*O rio é património cultural da cidade? Em que medida?*” a resposta foi “*O rio tem que ser um acervo e como acervo ser um património. Ele não pode nunca ser relegado a uma segunda instância. Ele é de primeira.*”.

IPHAN

Sobre o que o Iphan entende por património, a resposta remeteu para o conceito de herança cultural associada à memória nacional e da necessidade do fortalecimento das identidades partindo da questão do património. Questionada sobre “*Como é que o património natural é trabalhado no Pará e em Belém em particular?*”, a resposta foi de que esta é uma questão relativamente recente no Brasil, tendo sido criado um novo instrumento, a *Chancela da Paisagem Cultural* cujo objectivo é trabalhar o ambiente apropriado pelo homem e as transformações que deles surgem. Em Belém o bem classificado mais próximo do entendimento de paisagem é o complexo Ver-o-Peso que segundo Doroteia Lima “*...associa a um espaço, um lugar antropológico e a questão do imaterial que estão ali todas aquelas práticas, acho que ele coroa esse vários entendimentos de património único.*”.

No que respeita as acções que compem o bairro da Cidade Velha e o rio, o Iphan remete para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas que é um programa que tem que ser desenvolvido de forma articulada com o município, o estado e a sociedade civil. Em Belém a situação é difícil porque a Prefeitura ainda não se organizou para trabalhar com esse programa, ou seja, dentro do município não há uma coordenação para o PAC. Sobre políticas que incluam o rio a resposta foi negativa. Porém, foi realçado o facto de haver editais do governo federal para projectos onde se pode aceder a recursos para o património em diversas frentes como por exemplo o **Programa de Extensão (Proex)** em parceria com as universidades onde elas podem ser proponentes mas têm que trabalhar de acordo com as metodologias do Iphan.

A pergunta “*O rio é património cultural da cidade? Em que medida?*” a resposta foi “*Sim, Belém é ribeirinha. Temos projectos para a orla que vem valorizar o rio nomeadamente, novas urbanizações, zonas de lazer, portos entre outros.*”.

FUMBEL

A pergunta “*O que a Fumbel entende por património?*”, Dr. Leonardo Monteiro recorre a lei nº 7709, a que rege a proteção do património histórico e cultural da cidade com base na Constituição Federal cujo entendimento sobre património diz respeito às edificações, aos bens móveis e imóveis, às formas expressão (de falar, de fazer) as peculiaridades da oralidade e do modo de se expressar da região bem como os bens naturais e artísticos. Existem apenas dois bens naturais classificados que a FUMBEL trabalha. São elas as Samuambeiras e as Mangueiras duas árvores da região. Sobre acções que contemplam o rio a resposta foi clara. Esta é da responsabilidade de dois organismos da administração municipal, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) para os assuntos ambientais e da Secretaria de Saneamento (SESAM) para as questões voltadas para o saneamento e preservação do rio. A FUMBEL trabalha mais a parte cultural e histórica do património material e imaterial. Porém, sobre a existência de políticas para o rio o DPH não tem devido as suas limitações mas sabe da existência de um projecto pedagógico voltado para a natureza e que é desenvolvido junto de comunidades ribeirinhas e pescadores pela Escola Bosque em Outeiro, um dos distritos de Belém.

A questão “*Qual a importância que o rio tem para a cultura de Belém?*”, mais uma vez a herança histórica da constituição da cidade com a chegada dos navegadores portugueses é realçada tanto mais que a exemplo temos o Complexo Feliz Lusitânia como símbolo dessa herança. Por outro lado, Dr. Leonardo diz haver outras visões que não são exploradas e que se distanciam do património construído deixado pelos portugueses. A visão do próprio morador, a visão de quem chega a Belém pelos portos e que tem uma visão não da cidade para o rio mas do rio para a cidade porque, “*Belém está inserida numa paisagem bem peculiar, bem interessante e diferenciada por aspectos da vegetação tropical densa da floresta, das árvores gigantescas com o rio, a cor, a forma, o tamanho, a largura (mais de 2 km entre margens). Quando você vem pelo rio é outro impacto, a cidade é bem menor do que ela parece mas quando você está aqui, o rio parece maior. Se você não tem essa visão de fora, não consegue perceber que Belém é um microcosmo num macrocosmo.*”.

Solicitado para analisar a identidade ribeirinha da cidade e a relação da mesma com o rio, ficou mais uma vez evidente que em Belém o rio é só uma paisagem, uma espécie de quadro

distante, um lugar de contemplação no final da tarde. Mas, quem vem do rio não tem essa relação de apenas observação e distanciamento, “ *Quem se desloca pelo rio, quem precisa do rio mesmo e tem uma actividade de subsistência do rio, quem pesca, quem faz o escoamento do açaí pelo rio tem uma visão diferente do rio. Ele é outra coisa. Não é a mesma coisa para as pessoas que moram aqui (Belém) e não o usam.*”. São essas populações ribeirinhas que têm uma visão mais forte de pertença, de respeito, de observação do rio como forma de sobreviver.

A última pergunta “ *Esse ribeirinho tem noção que o rio é seu património?* ”, a resposta foi: “ *Não propriamente. Essa noção de património como a gente conhece aqui, não. Talvez isso possa ser identificado de forma mais assertiva porque essa noção de pertencimento ela tem vários aspectos...tem duas visões, a de que os recursos nunca se acabarão.....e uma outra parcela sabe sim que é importante preservar, que sabe que é nosso.*”.

PARATUR

Para a Paratur o Pólo Belém é importante porque ele agrega uma série de produtos, como sejam o turismo de negócios, o património histórico, a gastronomia e manifestações religiosas como o Círio que fazem da cidade um potencial de oportunidades. No entanto é necessário fortalecer a gestão municipal, olhar mais para a questão da qualificação dos serviços seja no campo empresarial, no atendimento, na questão da infraestrutura e preços para que Belém possa receber melhor. O património cultural está inserido nas políticas do PRODETUR através de uma visão multicultural que passa pelas questões da cultura e do património imaterial, da requalificação dos imóveis (privados e públicos) dos centros históricos e ainda a atribuição de novas funções aos imóveis públicos como o caso do Palácio de Ponta de Pedras que se transformará num centro cultural agregando valores e manifestações culturais quer sejam materiais ou imateriais.

No que se refere ao rio, uma vez mais é referido o projecto de requalificação da orla de Belém que se estende segundo a Paratur desde o bairro da Cidade Velha até a Universidade Federal do Pará (UFPA). Sobre a dinamização de actividades de lazer no rio são colocadas questões de ponto de vista do saneamento e da qualidade da água para tal. Novamente a relação dos belenenses com o rio é posta em causa, “ *Trabalhar o rio sobretudo na frente de*

Belém é um grande desafio que do meu ponto de vista a coisa seja mais complexa do que é. Não é só criar produto. Precisa primeiro avaliar como é que está a relação do belenense com o rio, precisa saber se o rio está pronto para receber o belenense e se o belenense está pronto para ir para o rio também.”

Do ponto de vista da articulação entre a entidade pública e outros agentes (privados e comunidade local), parece haver uma construção participativa dos projectos onde as partes são chamadas para fazer validações das propostas em cada acção do programa. Um dos instrumentos usados é a consulta pública, um processo democrático que na opinião da Paratur pode atrasar o processo embora seja positiva quer para o estado quer para a actividade turística em si.

Angel Eventos

A Angel Eventos é uma empresa que promove eventos culturais em Belém e que segundo a sua fundadora e gerente tem a preocupação de fazer a ligação entre o património histórico da cidade, o rio, a gastronomia e outros tipos de manifestação cultural nela existente.

Questionada obre como é que a empresa interpreta o rio no contexto patrimonial da cidade, afirma que, o rio é património da cidade e que nas suas actividades levam os visitantes para as ilhas da baía de modo a que possam presenciar a dicotomia entre a vida na cidade e a vida dos ribeirinhos. No entanto, a Angel Eventos afirma-se não como uma agência de turismo mas como um agência de eventos que organiza tours para os seus clientes e participantes.

No que respeita a promoção da cidade considera que é muito fraca actualmente por não haver continuidade nos projectos por parte da Paratur e por não haver sintonia entre o governo do estado e o município. Ao facto de a cidade se estar a abrir para o rio considera que apesar da reestruturação de equipamentos como o Complexo Feliz Lusitânia e a Estação das Docas que facilitou muito essa abertura pelo conceito de waterfront (Barcelona) ainda não é suficiente.

Sobre a imagem que os turiustas levam de Belém, afirma que a empresa procura fazer um trabalho que desmistifique a ideia de que a Amazónia não é apenas selvagem, trabalhando

com pessoas qualificadas e treinadas para passar a informação correcta de modo a que os turistas possam voltar aos seus locais de origem com uma ideia real do que é Belém e com vontade de regressar. A pergunta “*Para quando o rio como actor principal da cena?*” respondeu que esta é uma questão de difícil resposta e por isso o rio ainda não é o actor principal quando se vende Belém e que é necessário vender o estado.

Esta foi uma entrevista onde as críticas à estagnação do estado e da sua capital marcaram o tom, devido a questões políticas que culminou com a descontinuidade do trabalho que havia sido realizado pelo governo anterior na opinião da fundadora da Angel Eventos.

Comunidade local – moradores do bairro da Cidade Velha

Este foi o grupo que apresentou maior resistência em responder as questões e isso reflectiu-se num número bastante inferior ao que se esperava. Apenas três moradores colaboraram respondendo a dozes perguntas. A estes moradores foram feitas perguntas que incidiam sobre o património existente no bairro tendo sido solicitado que o identificassem, que dissessem a frequência com que os visitam, se consideram o Rio património da cidade e se têm conhecimento de projectos para o desenvolvimento do turismo naquela área da cidade. As respostas foram positivas embora se note nos participantes algum desconhecimento sobre projectos para o desenvolvimento do turismo naquela área da cidade. Quanto ao rio ser património da cidade houve alguma dúvida, foi necessário alguma explicação sobre a importância que o rio tem para a cidade e as dinâmicas socioeconómicas que ele proporciona para que os colaboradores entendessem o que se pretendia com esta questão. Após explicação, houve duas respostas positivas. De modo geral considero que a falta de comunicação e informação entre a comunidade local e agentes promotores do património na Cidade Velha torna-se o maior entrave na troca de ideias e conhecimento sobre a importância que o bairro tem para a história da cidade e região Amazónica e Brasil.

Dulce Rocque – Representante da Associação de moradores – CIVIVA

A entrevista a CIVIVA teve lugar na casa de Dulce Rocque sita na Praça do Carmo, bairro da Cidade Velha. Esta associação foi criada em defesa do bairro contra a violência. A questão do património surgiu por se constatar o abandono do património edificado no centro histórico. A conversa centrou-se nas questões de programação cultural que a FUMBEL faz permitindo que aconteça no bairro e mais concretamente na Praça do Carmo eventos que, segundo Dulce Rocque são prejudiciais ao bairro nas mais variadas formas como a grande concentração de pessoas para um espaço tão pequeno como é a Praça nas celebrações do Arraial da Pavolagem e Carnaval por exemplo. Associada a estes eventos está a acumulação de lixo, o barulho e a destruição dos poucos espaços verdes existentes no local. Outra questão importante é que no bairro é a favela que se foi instalando na parte mais baixa do bairro e que segundo a CIVIVA é um foco de marginalidade o que trás problemas de convivência entre os moradores da zona alta onde se concentram os casarios e serviços. A zona baixa ou baixada como é comumente chamada, é caracterizada por casas de palafita na área mais chegada ao rio construídas ilegalmente e ocupadas por moradores vindos de outras cidades da região.

Sobre a questão do património, Dulce Rocque afirma haver um grande desconhecimento das leis do património principalmente a lei nº 94 que exige a salvaguarda, preservação e defesa do património por parte dos agentes públicos e privados. Acerca do rio, afirma que tanto o governo do estado como municipal nada faz para a sua preservação. Porém reconhece o que o facto de a Cidade Velha estar localizada à beira rio é uma mais valia para a comunidade ribeirinha, , “ *Se tu prestares atenção as lojas todas são de material de pesca, construção, ninguém vem lá do Guamá ou da Batista campos fazer compra aqui. Isso aqui é para a população ribeirinha. Nós temos 70 ilhas que dependem da Cidade Velha, ninguém nem sabe disso.*”, afirma a responsável da CIVIVA.

Questionada sobre como é que essa identidade ribeirinha se manifesta no bairro, Dulce Rocque recorre as manifestações religiosas que ocorrem no bairro mas que têm a ver com o facto a maior parte dos moradores terem vindo do arquipélago do Marajó e que trouxeram as suas tradições, “*Então os costumes das cidades do interior estão aqui na Cidade Velha, a ligação a igreja. Fora daqui não tem esse contacto e vivência da igreja daí a importância*

da igreja da Sé, da igreja do Carmo e de São Joãozinho na população. Existem grupos de trabalho, é muito presente a religiosidade aqui, isso não tem fora daqui.”.

À pergunta “*Como é a convivência entre a população que vive na Cidade Velha de “cima”¹⁴ e a Cidade Velha “baixa”?*”, respondeu que a baixada é um antro de delinquência e criminalidade embora também reconheça que exista gente séria com as quais a CIVIVA mantém contacto.

Quanto ao estado de preservação da Cidade Velha, a CIVIVA faz sérias críticas aos programas que foram implementados para a requalificação das casas. Afirma que o projecto Monumenta foi moroso e que estava envolto de incompetência por parte do organismo que o dirigia em Belém. Afirma que das 50 candidaturas apresentadas pelos moradores cerca de sete chegaram ao fim do processo e ainda assim não o concluíram por aparente bloqueio de verbas.

Relativamente ao tombamento do bairro da Cidade Velha e parte do Bairro da Campina, Dulce Roque diz que é terrível para os moradores uma vez que não poderão fazer melhorias nas suas casas e reclama a isenção do IPTU¹⁵ por ter que cuidar de um património do qual não pode fazer alterações e que ninguém mais cuida. Ainda sobre o processo de tombamento do bairro, afirma que não houve consulta popular e que apesar da CIVIVA estar em constante contacto com o IPHAN de nada serviu para que a única associação de moradores da Cidade Velha tivesse participado no processo.

No que diz respeito à actividade turística no bairro, refere que, a Patatur e Belemtur o turismo resume-se à Praça da Sé ou seja, ao Complexo Feliz Lusitânia, ignorando outros locais do bairro como a Praça do Carmo, o Arsenal. Reclama por um circuito que mostre as obras de António Landi, a arquitectura, as igrejas e os azulejos do bairro.

¹⁴ Pode-se dizer que o bairro se divide em dois sendo a parte de cima a dos casarios e a parte baixa a favela

¹⁵ IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

Comerciantes e Portos

Neste bairro existe uma pequena concentração do comércio mais tradicional, pequenas lojas de artesanato e souvenir, botecos e bares, loja de especializadas em equipamentos para barcos, restaurantes e três portos que fazem a ligação entre Belém, as ilhas da sua orla e outras cidades da região metropolitana. A este questionário responderam 10 participantes a um total de dezasseis perguntas.

A maioria (seis) afirma não conhecer planos para desenvolvimento do turismo e todos desconhecem projectos para a protecção e valorização do rio como património da cidade. Sobre a pergunta “*Sabe o que é património?*” as respostas foram variadas tendo-se verificado alguma confusão entre património – herança pessoal/familiar e património como elemento cultural que define um povo ou nação mas, no compto geral foram satisfatórias.

Sobre se a classificação de parte do centro histórico do bairro da Cidade Velha pelo IPHAN traria ou não benefícios para os seus negócios, a resposta foi maioritariamente positiva porque atrairia mais turistas. Quase todos os entrevistados falaram sobre a sua relação com o rio referindo-se a ele como parte da identidade da cidade e da importância que ele tem para a mesma, considerando-o património da cidade relacionado com o turismo. Sobre qual a relação que têm com o rio, foi unânime o facto de o rio ser objecto de contemplação actualmente, alguns lembraram o tempo em que tomavam banho nas marés cheias como foi o caso do sr. Djovan Moraes formado em Geografia que disse: “*Actualmente só como paisagem mas já usei muito quando era menor. Na maré cheia íamos tomar banhos.*”, o sr. António Chaves, proprietário da loja de velas diz: “*É difícil de explicar, estamos tão acostumados que a gente já não nota. Sempre vi o rio desde que nasci. Acho bonito pela largura, extensão.*”.

Utilizadores dos Portos

Esta categoria caracteriza-se por representar os beleneses e habitantes das cidades da região metropolitana que quotidianamente utilizam o rio como via de comunicação para ir e vir das ilhas e outras cidades para Belém. O rio literalmente se transforma numa estrada e em muitos casos na única forma de contacto entre as ilhas e o continente. Participaram dez pessoas nesta entrevista.

Sobre a existência de algum plano de desenvolvimento turístico no bairro ou de projecto para a protecção do rio sob o ponto de vista de património cultural de Belém, oito em dez inquiridos diz desconhecer e os restantes ouviram falar mas não sabem dos detalhes e acreditam que havendo, deve-se ao interesse financeiro visto que há moradores que estão a ser retirados das zonas junto ao rio para a construção de uma orla. A pergunta “*Sabe o que é património?*”, tal como o grupo de comerciantes e portos foi notória alguma falta de esclarecimento e confusão em distinguir a herança familiar da herança patrimonial da cidade. No entanto, aqueles que se referiam ao património cultural citavam sempre o património histórico construído.

Sobre a necessidade de preservação do rio as respostas foram unânimes , o sr. Raimundo de Assunção (55 anos) que vive entre Belém e o município de Cametá respondeu: “*Seria ideal que ele fosse preservado porque os rios são as nossas estradas. Deve ser preservado com consciência, não só a preservação das águas mas o que contém na água como por exemplo há espécies que já desapareceram.*”. Algumas populações dependem exclusivamente do rio e sobre a questão “*Porque é que o senhor/a utiliza o rio?*”, o sr. João de Almeida (54 anos) que vem todas as semanas de Igarapé Mirim a Belém respondeu: “*Para minha sobrevivência, para me locomover, o que seria de nós sem o rio?*”. Quanto a relação com o rio todos falam com um certo apego e nostalgia mencionando as brincadeiras de infância – os banhos e passeio, a estudante de Técnicas de Enfermagem, Joselita Tomás de 21 anos fala da seguinte maneira: “*Se não fosse por ele...além dele significar vida, esperança...Eu seria incompleta se não tivesse rio... rio para mim é tudo eu não viveria sem o rio, não viveria não.*”.

Ou seja, além do papel utilitário que é o mais evidente no quotidiano das populações ribeirinhas e da cidade de Belém, quando bem explorado o assunto vem ao de cima um sentimento bastante positivo com relação ao Rio seja pelas lembranças das brincadeiras de infância de tempos passados seja pelo adquirir de uma consciência pela importância da sua preservação e o facto de ser o bem comum, não só da região mas de todo o mundo.

Turistas

Neste grupo obtivemos dezasseis respostas. Os turistas que colaboraram encontravam-se todos no Complexo Feliz Lusitânia e pretendiam visitar os museus de Arte Sacra, do Círio, do Encontro no Forte do Castelo, o museu de Arte Contemporânea, assim como a Igreja da Sé. A abordagem foi feita dentro e fora dos edifícios. Os entrevistados eram oriundos de cidades da região metropolitana de Belém (Castanhal e Ananindeua), Oriximiná (Estado do Pará), Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba (Estado do Paraná), Guiana Francesa e Holanda.

À pergunta “*Porque você escolheu Belém para visitar?*” as respostas foram variadas. Dos turistas brasileiros conta o factor proximidade e o facto de já conhecerem outros destinos brasileiros. Os estrangeiros vinham por proximidade de local de trabalho (Guiana Francesa) e porque faziam a descida do rio Amazonas até a foz. No entanto, os dois grupos (nacionais e estrangeiros) mostraram que Belém era a ponte para visitar o arquipélago do Marajó, fazendo depender a sua estadia na cidade do o número de dias que estariam no Marajó. Sobre que actividades pretendiam fazer ou fizeram em Belém, as respostas variam entre as visitas ao património histórico (museus, praças, teatro, igrejas), idas a praia (Salinas e Icoaraci), os City Tours em Belém e ainda o passeio pelas ilhas do Marajó nomeadamente Soure, Salvaterra e Joanes. Sobre o património cultural da cidade de todos dizem conhecer quer através de visitas anteriores, quer através de livros e revistas ou ainda por ter ouvido falar. Quanto aos locais de hospedagem que utilizaram e os que visitaram a avaliação foi positiva embora tenham revelado que por parte dos hotéis e locais de visitaçãõ exista alguma falta de informação e de preparação dos funcionários no auxílio aos turistas.

No que respeita aos entrevistados houve uma certa tendência dos órgãos públicos para a associação do rio à construção de novas infraestruturas e equipamentos na cidade nomeadamente o Portal da Amazónia. Esta é uma obra que tem sido alvo de crítica por ser considerada principalmente pela comunidade académica mais um instrumento que vem dar continuidade da elitização da orla de Belém tal como vem acontecendo com a Estação das Docas e o Complexo Feliz Lusitânia por exemplo. Nesta perspectiva, mais uma vez rio é pensado como cenário e não propriamente como património.

Imagem 12 – Portal da Amazônia



Fig 1 e 2 : Concepção Urbanística do Projecto Portal da Amazônia.

Fig 3 (baixo): Orla do Projecto Portal da Amazônia



Fonte: Arquivos prefeitura de Belém (2007)

Neste rio cenário da urbe evidenciam-se pelo menos dois pontos de vista sobre a cidade e a sua relação com rio. Temos por um lado a visão dos do lado cá – os que vivem em Belém e que se habituaram a viver de costas para o rio e que anseiam pelo seu retorno vivendo de memórias de tempos idos e, por outro lado, a visão dos do lado de lá, os ribeirinhos que habitam as ilhas do em torno da capital paraense e que dependem do rio para a sua sobrevivência e como tal têm com ele uma relação quase que de pertença. Quer de um como do outro lado não é objectiva a ideia de considerar o rio como património da cidade, muito embora as relações do ponto de vista afectivo nos remetam para um sentimento de pertença com relação ao rio. Esta sensação é visível quer através das respostas dos órgãos públicos como das respostas dos outros grupos que participaram na pesquisa (moradores do bairro da Cidade Velha, utilizadores dos portos, comerciantes, turistas e visitantes).

Imagem 13 –Vida ribeirinha

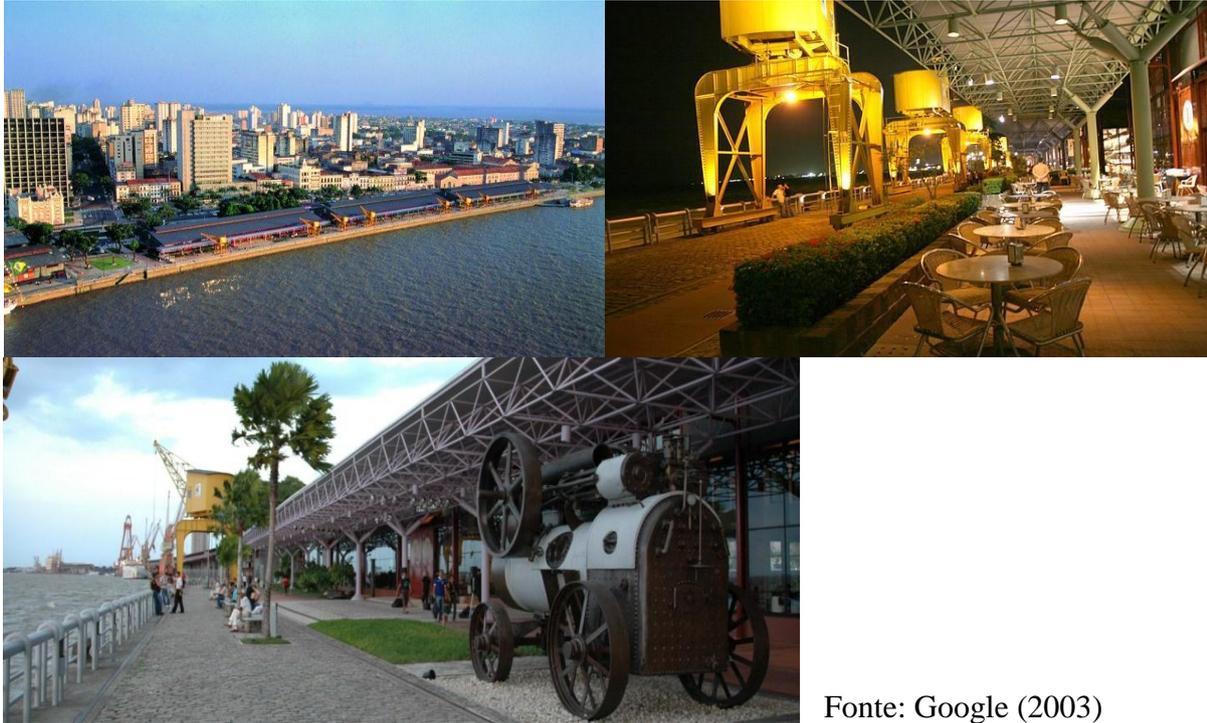


Fonte: Google (2013)

Do ponto de vista do uso turístico, o rio em Belém acaba por assumir duas funções bem distintas. A primeira, é uma via que serve para transportar os turistas em passeio pelas ilhas da orla ou para o arquipélago do Marajó. A segunda, é um cenário de observação apenas e de contemplação da grandeza que as águas na Amazônia possuem. Embora as instituições o considerem como elemento da paisagem cultural da cidade, ainda há um longo caminho a se fazer para que o rio em Belém assuma o valor de patrimônio que merece. Certa é a necessidade se preservar o rio uma vez que ele é um bem comum a todos.

As imagens seguintes mostram um dos espaços de eleição em Belém para se observar o rio. A Estação das Docas surgiu da requalificação dos antigos galpões de um antigo porto de cargas localizado no centro da cidade. Hoje é um centro cultural com vista privilegiada para o rio, que dispõe de salas de cinema, restaurantes, lojas e de uma agenda cultural dinâmica. Este é também considerado um espaço de segregação social visto que, o acesso aos serviços têm um custo que, para a maioria da população pode não ser praticável.

Imagem 14 - Estação das Docas



Fonte: Google (2003)

Deste modo, podemos tirar ilações que nos conduzem a uma ideia de que o património natural na cidade de Belém do Pará ainda é pouco considerado o que não dista muito do que acontece no panorama nacional brasileiro onde o conceito também está a dar os primeiros passos. Com a Chancela do Património Cultural Brasileiro esperemos que as paisagens naturais brasileiras ganhem outro tipo de atenção e que em Belém se comece a olhar para elas sob uma nova perspectiva, a de bem comum não assente nas considerações do âmbito ambientalista e preservacionista como tem sido até então.

A relação da cidade de Belém com o rio Guamá, perdura desde o período da sua fundação no século XV até aos dias de hoje. Ela é possível de ser observada nos vários sectores da economia local e de transporte uma vez que, o rio é o elo de ligação entre a capital e as várias cidades do interior do estado e, em alguns casos, este é a única via de acesso possível. É também através do rio que se torna possível escoar na capital, as mercadorias oriundas do interior, sobretudo produtos alimentícios (como a farinha de mandioca, o açaí, fruta e uma grande variedade de peixes) que desde o fim do século XVII eram comercializados principalmente no famoso mercado do Ver-o-Peso).

Concensual é a ideia de que Belém é uma cidade com características ribeirinha quer na forma, quer no conteúdo. Como referem os autores Silva, Marcos Alexandre Pimentel da; Malheiro, Bruno Cezar Pereira; Ribeiro, Roviane (2005), “ *interpretar a dimensão territorial da identidade ribeirinha presente na orla fluvial da cidade de Belém como um dos constituintes de seu cotidiano significa, em última análise, reforçar a metáfora das “margens” – cujo significado tem um sentido muito mais forte do que o de mera localização, pois adquire contornos de exclusão sócio-espacial. Mas não se trata somente de exclusão da cidade, mas de exclusão pela “cidade”, pois ela passa a “enxergar cegamente” a temporalidade ribeirinha.*”. Esta identidade materializa-se por privilegiar tempos, ritmos e relações diferenciadas numa cidade que embora seja continental sofre grande influência da insularidade das ilhas do localizadas na sua baía. Este é o rio das relações quotidianas, espelho do movimento de pessoas e bens, da troca e testemunha de memórias de gentes que dele vive ou que dele alguma vez pertenceu.

No capítulo seguinte farei uma apresentação da imagem turística de Belém na tentativa de perceber qual a dimensão que o rio assume nos folders de informação turística na cidade de Belém.

4.3 - A imagem turística de Belém - breve análise

A escolha do destino é o momento mais importante para o funcionamento de todo o sistema turístico, sendo a imagem do lugar de fruição turística a sua componente mais significativa. A imagem do destino turístico ocupa uma posição privilegiada dentro das investigações sobre o turismo, especialmente por ser um objecto de interesse dos sectores públicos e empresariais, configurando-se como um ponto de convergência de investigações relacionadas a áreas como marketing, administração, psicologia e economia.

Neste sentido, investigadores que tratam o destino turístico - *Tourism Destination Image* (TDI) são unânimes em afirmar que a formação de imagem do destino, além de ser definida a partir de elementos tangíveis e intangíveis, ela é necessariamente compósita, múltipla, relativa e dinâmica. Por ser um bem de consumo predominantemente abstracto, o turismo é apresentado aos consumidores através de descrições, narrações, pelos mídias, propaganda oficial, feiras especializadas etc.

Ao falarmos da imagem do destino turístico devemos ter claro que, a imagem é a soma do produto global que se oferece, é um conjunto de acções comunicativas de que é objecto este produto ou destino, somando todas as qualidades do produto/destino. A percepção que os turistas têm de um determinado destino é um factor fundamental na eleição do mesmo. Ainda que a imagem seja uma representação do que oferece um destino turístico, o que importa é a imagem que existe na mente do turista. Gândara recorre a Kotler, Haider e Rein (1994, 137) para definir a imagem de uma localidade como, “ *La suma de creencias, ideas e impresiones que una persona tiene de ella. Las imágenes representan la simplificación de un gran número de asociaciones y trozos de información conectados com la localidade. Son un produto de la mente que trata de processae y esencializar enormes cantidades de información sobre un lugar.*”. No mesmo sentido, o investigador, Pinto (2012) cita Crompton (1979) para mostrar que a imagem do destino turístico “... *é o somatório de todas as impressões, experiências, emoções e recordações que o indivíduo estabelece com o destino, portanto, seria a projecção mental que o indivíduo forma em relação a um referente físico.*”.

Assim, destino transforma-se num macro-produto territorial ou seja, numa entidade territorial percebida como uma unidade onde se pode encontrar destinos menores e diferenciados entre si. Quer dizer, a imagem do lugar turístico englobaria, do ponto de vista do turista a imagem da identidade do lugar como correspondente físico e os seus atributos funcionais e psicológicos (Gândara, 2008).

Nesta pesquisa a imagem do destino considerado é o centro histórico de Belém, o bairro da Cidade Velha sendo o elemento de incidência da pesquisa o Rio Guamá. No caso específico de Belém, ela é apontada como um destino turístico por vários factores, nomeadamente por ser considerada a porta de entrada para a Amazónia, por representar o primeiro núcleo urbano na região amazónica e por ter patente na sua cultura as influências dos povos que a habitam desde sempre como são as comunidades indíginas, a influência portuguesa trazida pela colonização e também pela cultura negra presentes nas comunidades Quilombolas fruto do comércio negreiro dos escravos trazidos de África pelos portugueses.

Tendo em consideração esta diversidade que caracteriza Belém, serão apresentados recortes de imagens utilizadas na divulgação da actividade turística cidade de Belém do Pará. Esta informação foi obtida junto dos órgãos oficiais de turismo do Pará (Paratur), do município

de Belém (Belemtur) e de uma empresa privada a Angel Enventos. Através desta informação pretendo verificar em que medida o rio aparece ou não como elemento central na documentação usada para a promoção do turismo na cidade

Órgão Oficial de Turismo do Estado – PARATUR

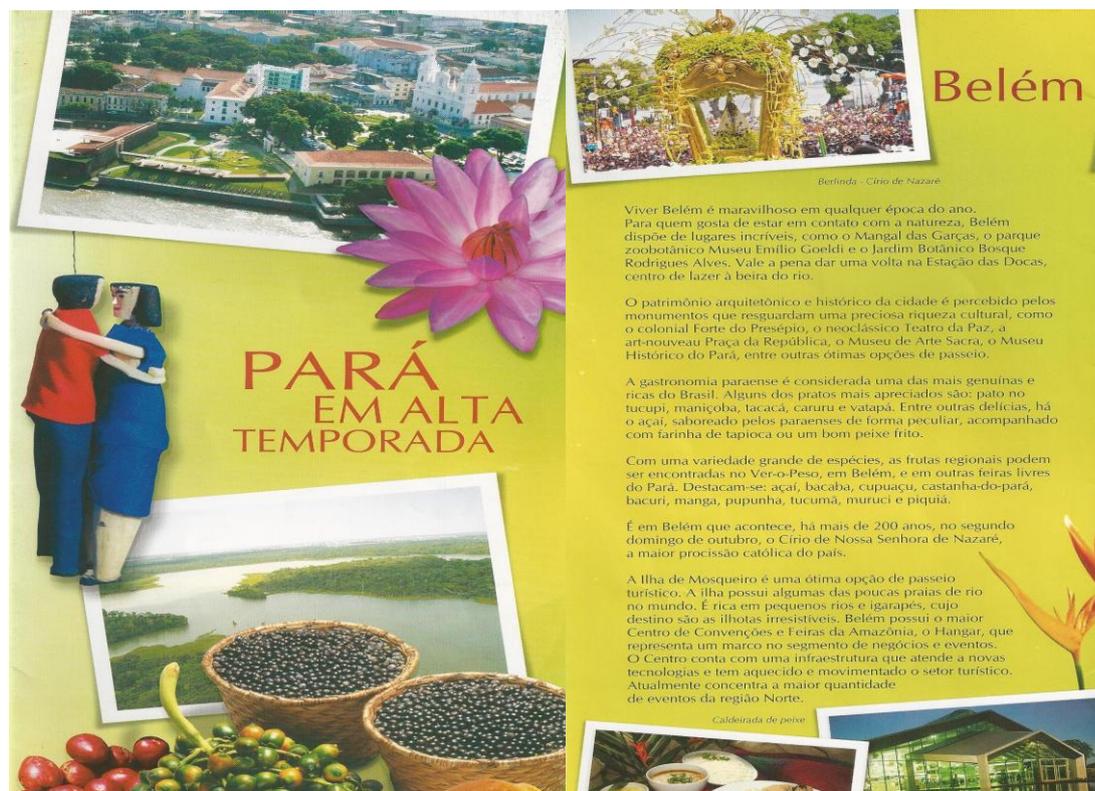
Imagem 15 - “Pará Pólo de beleza da Amazônia



Fonte:

Secretaria Especial de Produção, Paratur Governo do Estado

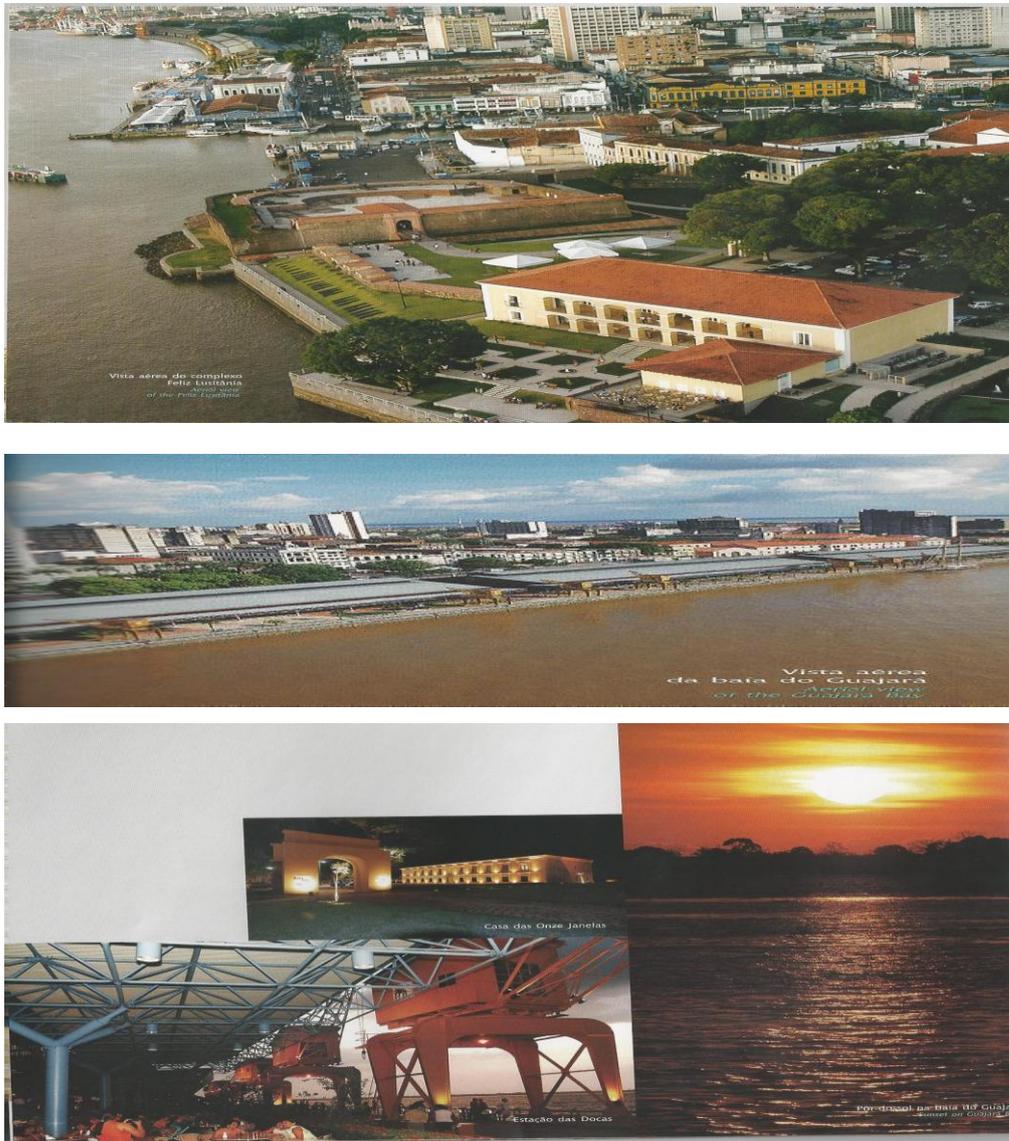
Imagem 16 “Pará em Alta Temporada



Fonte: Paratur & Mtur

Os folhetos “*Pará em alta temporada*” e “*Pará Pólo de beleza da Amazônia*” são produto da Paratur e visam promover o turismo no Estado do Pará. Ambos nas suas capas têm duas das imagens fortes do turismo em Belém, no primeiro caso ao Estação das Docas e no segundo o o Complexo Feliz Lusitânia. No seu interior, pode-se verificar que no folheto “*Pará Pólo de beleza da Amazônia*” são apresentados uma diversidade de imagens de espaços como Forte do Presépio, o mercado do Ver-o-Peso, o Teatro da Paz, o Parque da Residência, o Museu do Estado, Mangal das Garças, Pólo Joalheiro São José Liberto e a maior manifestação religiosa do estado, o Círio de Nazaré. Já no folheto “*Pará em Alta Temporada*” temos mais uma vez o Círio de Nazaré, o Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia e a gastronomia. Comum a ambos é o posicionamento para o turismo cultural, religioso e gastronômico.

Imagem 17 – “Belém, uma Amazônia de atrações”



Fonte: Prefeitura de Belém

Na imagens da brochura acima pode-se verificar três formas diferente de mostrar o rio nas imagens de promoção usadas pela Belemtur. A primeira é uma imagem que podemos chamar de clássica uma vez que é das mais divulgadas quando se fala em turismo em Belém. Ela apresenta uma vista aérea do Complexo Feliz Lusitânia de onde também podemos ver a Feira do Açaí, o mercado do Ver-o-Peso e a Estação das Docas. Na segunda, temos uma vista aérea da baía do Guajará e a terceira a Estação das Docas, um espaço de lazer por

excelência surgido da requalificação e refuncionalização do antigo porto de Belém, hoje transformado num espaço cultural e gastronómico onde se pode desfrutar de uma vista magnífica do rio. Esta brochura centra as sua informação no turismo cultural, religioso, gastronómico e de sol e praia.

Imagem18 – “Belém, uma Amazônia de atrações”



Fonte: Prefeitura de Belém, BELEMTUR

Este desdobrável apresenta um conjunto de lugares de visita e actividades que podem ser feitas na cidade com pequenos textos que falam da história, gastronomia, lugares, praias manifestações artístico-culturais e belezas naturais que a cidade oferece. No seu interior temos o “Mapa do Arquipélago Praieiro de Blém do Pará”, com indicações do que se pode fazer em algumas ilhas ao redor de Belém. Nesta brochura pode-se dizer que de certa

maneira o rio enquanto elemento incontornável de Belém assume o papel principal como imagem de divulgação do destino turístico de Belém.

Imagem 19 – “Belém uma metrópole em transformação”

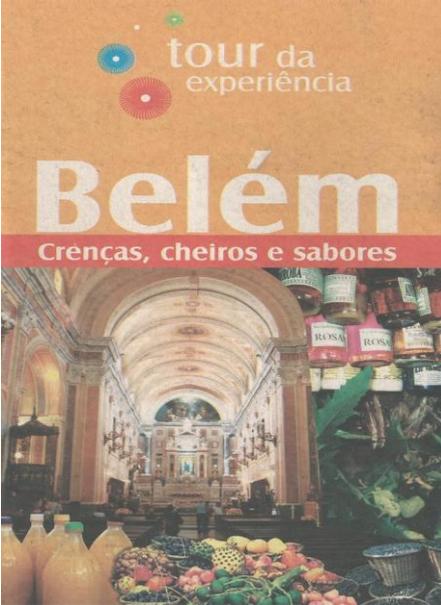


Fonte: Prefeitura de Belém

Neste folheto é evidente a invocação do projecto de requalificação da orla do Rio Guamá numa área de 960 hectares que será transformada num corredor rodoviário com calçada, ciclovia, áreas de lazer e paisagismo com árvores nativas e palmeiras entre outros. Este projecto segundo a prefeitura apresenta um novo conceito urbanístico que fará de Belém uma cidade muito mais agradável para morar e visitar.

Entidade Privada – Angel Eventos

Imagem 20 – “Tour da Experiência, Belém crenças, cheiros e sabores”



tour da experiência

Belém

Crenças, cheiros e sabores

Belém das margens, dos sabores, Belém das águas, do Teatro de Pipa que brilha na banca simples, da história, da língua de lá, do Baile do Circo de Nazaré, da cultura da carne e da energia do povo que faz de Belém uma cidade que vive a cada instante.

A História e a cultura parecem estar misturadas nas águas que banham a cidade, criada no rio da Amazônia, onde a natureza sempre mais e forte em sua essência e fragor se torna gigante ao guardar consigo as tradições e o patrimônio de dois séculos.

Conheça Belém à noite com a cultura, música, dança e com o cotidiano local. É uma cidade de sua cultura e arquitetura com vários pontos turísticos como: Basílica, Mercado, pipas, feiras e o vale entre outros. Há grandes atrações de ecoturismo: igarapé, floresta, vilarejos, as lagoas, as cachoeiras e suas praias e margens.

O período do turismo internacionalizado possui características que possibilitam não se encontrar em nenhum principal meio de comunicação, com uma experiência que mantém sua vitalidade.

De volta envolvida na Tour de Experiência para no capital Belém, na ilha do Cometa, uma área de proteção ambiental localizada na Ilha do Cometa, na Ilha de Marajó, a 80km da capital, banhada por rios de água doce com odores. É desenvolvido um ciclo de lazer e recreio e você terá uma experiência incrível e memorável em natureza, cultura, história e gastronomia.

Sr. José Liberto

BELEM
Belém, Pará, Brasil

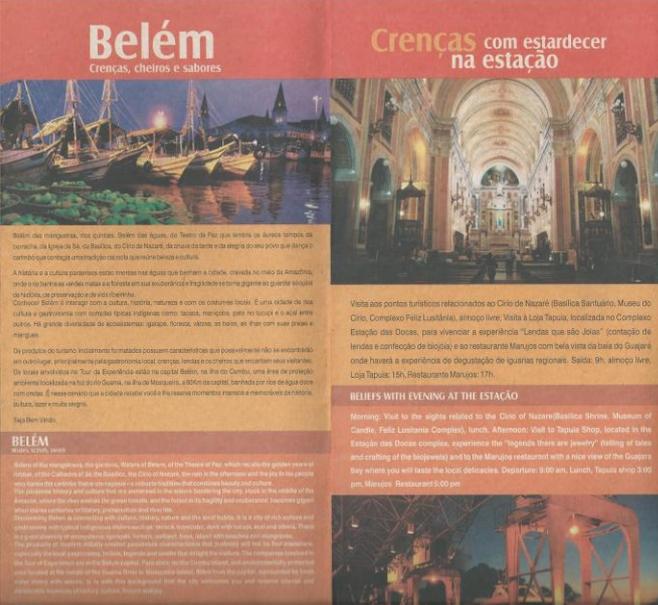
Belém, of the margins, of the waters, Belém of the Theater of Pipa, which no only the golden years of Brazil, of the language of the Baile do Circo de Nazaré, of the culture of the meat and the energy of the people who make the city a living city. The history and the culture are intertwined in the waters of the Amazon, where nature is always more and more powerful, and the traditions and the heritage of two centuries are preserved in the waters of the Amazon.

The History and the culture seem to be mixed in the waters that bathe the city, created in the Amazon, where nature is always more and more powerful, and the traditions and the heritage of two centuries are preserved in the waters of the Amazon.

It is a period of internationalized tourism that has characteristics that allow you to find yourself in no main means of communication, with an experience that maintains its vitality.

Back to the experience in the capital Belém, on the Cometa Island, an area of environmental protection located on Cometa Island, in Marajó Island, 80 km from the capital, surrounded by rivers of fresh water with odors. It is developed a cycle of leisure and recreation and you will have an incredible and memorable experience in nature, culture, history and gastronomy.

Sr. José Liberto



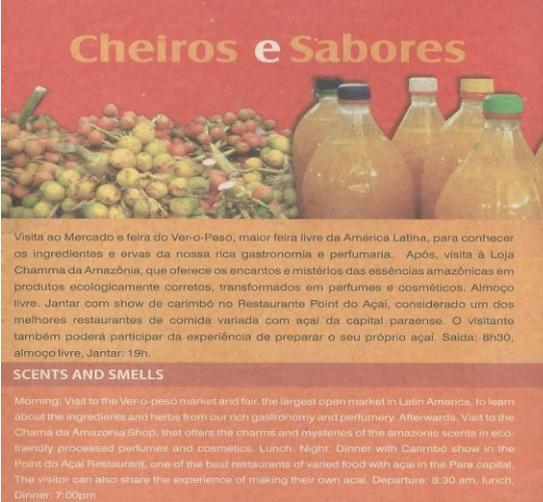
Crenças com estardecer na estação

Visita aos pontos turísticos relacionados ao Circo de Nazaré (Basílica Santuário, Museu do Circo, Complexo Feliz Lusitânia), almoço livre, Visita à Loja Tapajós, localizada no Complexo Estação das Docas, para vivenciar a experiência "Lendas que são jóias" (contato de lendas e histórias de biologia) e no restaurante Marujos com bela vista da Baía do Guará onde haverá a experiência de distribuição de iguarias regionais. Saída: 06h, almoço livre, Loja Tapajós: 19h, Restaurante Marujos: 17h.

BELLEFS WITH EVENING AT THE ESTACÃO

Morning: Visit to the sights related to the Circo de Nazaré (Basílica Shrine, Museum of Circus, Feliz Lusitana Complex), lunch. Afternoon: Visit to Tapajós Shop, located in the Estação das Docas complex, experience the "legends there are jewelry" (telling of legends and history of biology) and in the Marujos restaurant with a nice view of the Guara Bay where you will taste the local delicacies. Departure: 6:00 am, Lunch, Tapajós shop 3:00 pm, Marujos Restaurant 5:00 pm





Cheiros e Sabores

Visita ao Mercado e feira do Ver-o-Peso, maior feira livre da América Latina, para conhecer os ingredientes e ervas da nossa rica gastronomia e perfumaria. Após, visita à Loja Chamma da Amazônia, que oferece os encantos e mistérios das essências amazônicas em produtos ecologicamente corretos, transformados em perfumes e cosméticos. Almoço livre. Jantar com show de carimbó no Restaurante Point do Açai, considerado um dos melhores restaurantes de comida variada com açai da capital paraense. O visitante também poderá participar da experiência de preparar o seu próprio açai. Saída: 8h30, almoço livre, Jantar: 19h.

SCENTS AND SMELLS

Morning: Visit to the Ver-o-peso market and fair, the largest open market in Latin America, to learn about the ingredients and herbs from our rich gastronomy and perfumery. Afterwards, visit to the Chamma da Amazonia Shop, that offers the charms and mysteries of the amazonic scents in eco-friendly processed perfumes and cosmetics. Lunch. Night: Dinner with Carimbó show in the Point do Açai Restaurant, one of the best restaurants of varied food with açai in the Para capital. The visitor can also share the experience of making their own açai. Departure: 8:30 am, lunch, Dinner: 7:00pm



Jóias que encantam

Visita ao Espaço São José Liberto, Museu das Gemas onde é mostrado o processo de criação de jóias nas empresas Amazonita e Ourogema. Visita ao Mangal das Garças, parque temático com uma síntese do ecossistema amazônico dentro da capital paraense. Jantar no Restaurante Família Sicília para vivenciar uma experiência gastronômica que reúne as cozinhas italiana e paraense. Saída: 14h, jantar: 19h.

SCENTS AND SMELLS

Afternoon: Visit to Sr. Jose Liberto, Gems Museum, where it will be showed the creating process of crafting jewelry of Amazonita and Ourogema companies. Visit the "Mangal das Garças", theme park with a combination of the Amazonian ecosystems within the capital of Para. Dinner at the Família Sicília Restaurant for a gastronomic experience that combines the Paraense and Italian cuisine. Departure: 2:00 pm, Dinner: 7:00 pm





Fonte: Angel Eventos, Sebrae e Mtur

O desdobrável “*Tour da Experiência, Belém crenças, cheiros e sabores*” oferece um tour diferenciado onde os sabores e cheiros são elementos presentes em cada tipo de experiência que pode ser vivida na cidade e nas ilhas do seu entorno.

Como pudemos observar nas imagens acima, existe uma certa variedade de imagens que podem ser compreendidas como imagens de destino da cidade de Belém. No entanto, quer da parte do órgão estadual Paratur, quer da prefeitura Belemtur, parece haver uma tendência para a reprodução do mesmo objecto como imagem de destino da região. Por outro lado, também fica a ideia de que o Rio não é muito utilizado para vender este mesmo destino, aparecendo na maior parte das vezes como uma imagem complementar a qual se dá o destaque na maioria das vezes o centro histórico de Belém e equipamentos que remetem para o turismo religioso ou de negócios.

No entanto, o estado do Pará aos olhos do turista internacional está associado aos rios e a floresta amazónica. Ao nível interno, o património histórico e arquitectónico são os mais evidentes no reconhecimento da cidade como destino turístico.

Considerações

Com este trabalho procurei analisar a relação da oferta turística e o rio em Belém do Pará partindo do estudo das Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo na cidade de Belém do Pará, centrada na questão do património natural de Belém, o Rio Guamá. Assim, pretendeu-se através de uma análise da inserção ou não do rio como património da cidade para perceber se a população local e os demais agentes políticos e sociais o entendem ou não como património.

Após análise da documentação oficial disponível e da revisão bibliográfica, foi perceptível que o Brasil ainda carece de políticas tanto para o planeamento quanto para o ordenamento territorial da actividade turística. Além do mais, o facto da descentralização da gestão da actividade ser uma das principais propostas no Plano Nacional de Turismo, a ausência de directrizes nacionais que regulem o uso e ordenamento do território aliada à fragilidade legal e institucional na escala local, fazem com que o turismo brasileiro continue a fazer-se em certa medida à revelia construindo e (des) regulando territórios e muitas vezes desvirtuando os projectos nacionais.

Por outro lado, as medidas do Ministério do Turismo relativas ao desenvolvimento do turismo e à descentralização do poder de decisão não têm surtido efeitos práticos no estado do Pará em especial na sua capital Belém. É de realçar a falta de coordenação e aplicabilidade do Plano de Desenvolvimento do Turismo no Pará que originou a estagnação da actividade turística tendo em consideração ao que foi diagnosticado e proposto por este documento em 2001. No que respeita à cidade de Belém tem havido alguma evolução no campo do turismo muito vocacionado para a vertente histórica e religiosa como comprovam as acções de requalificação do centro histórico da cidade no primeiro núcleo urbano de Belém o bairro da Cidade Velha. Aqui foi notória a intervenção das instituições públicas como o Instituto para o Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que através do programa “*Monumenta*” restaurou, requalificou e refuncionalizou um conjunto arquitetónico denominado “*Complexo Feliz Lusitânia*”, hoje o *ex-libris* do panorama cultural e turístico de Belém.

Com o novo plano de desenvolvimento do turismo no Pará, o Plano Ver-o- Pará 2011, fica clara a intensão de se criar uma nova dinâmica da actividade turística através da valorização do património como um todo por uma abordagem mais inclusiva da cultura do estado.

Relativamente a cidade de Belém do Pará, esta oferece uma paisagem que se reflete através de uma dinâmica única percebida e vivida pela sua população. Estamos a falar de uma paisagem natural e de uma paisagem humana que revelam modos de vida e de ocupação daquele território peculiar, no bairro da Cidade Velha em particular. Esta é uma paisagem singular de grande beleza natural onde o rio é elemento dominante inserido num ambiente urbano.

Face ao exposto, considero que a pesquisa descrita neste trabalho alcançou os objetivos uma vez que foi possível perceber junto dos vários agentes que dela participou através de entrevistas que o património natural da cidade de Belém e mais concretamente o Rio que circunda a cidade tem uma grande representatividade na vida da mesma e dos seus habitantes. Porém no que respeita a sua valorização como património surgem dúvidas principalmente por parte do cidadão comum e daqueles que do rio fazem a sua vida muito possivelmente por falta de conhecimento ou de informação sobre o valor que o património, tem na vida de um povo, uma nação.

Quanto aos organismos públicos, embora reconheçam o valor patrimonial que o rio representa para a cidade e a sua importância nas dinâmicas que nela se verificam, mostram algum cepticismo pelo regresso ao rio dadas as condições em que se apresenta actualmente devido a questões de saneamento que têm causado a poluição do rio junto a orla. Os habitantes de Belém tmabém sente a mesma dificuldade no sentido em que, consideram que dificilmente o rio será como dantes e que por isso talvez não seja possível por exemplo ir a banhos na orla.

A entrevistas por outro lado revelam que existe uma lacuna entre a comunidade local e a esfera pública que tem poder de decisão na matéria. É notória a falta de formação e informação sobre os projectos que visem a utilização da orla do rio para o desenvolvimento de actividades de lazer e turismo. Parece não haver coordenação entre os vários organismos públicos no que respeita as questões relevantes acerca da

preservação do património. Esta está especificamente direcionada para secretarias de saneamento e ambiente, SESAM e SEMA fazendo com que a perspectiva de se trabalhar o rio sob a óptica do património seja quase diminuta.

A cidade de Belém é apresentada através de uma contextualização histórica e geográfica com um olhar especial para o bairro da Cidade Velha dada a sua importância histórica e papel que assume no turismo local e estadual. Aqui rio é um atractivo natural que “compete” com todo o património arquitectónico e cujo entorno é palco de dinâmicas socio-económicas únicas na cidade de Belém.

O património natural é um instrumento de protecção *in situ* visto ter origem no âmbito de políticas culturais. Este conceito nasceu do desdobramento da noção de património cultural na Convenção do Património Mundial da UNESCO em 1972. Surgiu historicamente como produto de um universo de preocupações com a cultura sendo necessário recorrer às políticas culturais para se entender o seu significado. Assim, o património natural reflete a concepção da natureza como um paradoxo pois além da realidade externa ao homem, ela também é culturalmente integrada na vida humana.

Do ponto de vista da monumentalidade, o património natural de Belém reflete uma natureza espetacular e grandiosa. Está presente na condição humana por um lado e por outro, apenas disponível para fruição visual. Este património no contexto da Amazónia e em Belém do Pará em particular vem simbolizar diferentes práticas sociais e memórias dos diversos grupos que, do ponto de vista cultural faz evidenciar outras naturezas apropriadas socialmente e vividas intensamente, tornando-se parte da memória colectiva, das histórias de vida e das práticas sociais.

Referências

- Abreu, Isabel Maria Rocha, (2007) – “As Paisagens Culturais de Gândara, o caso do concelho de Cantanhede.”, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras
- Almeida, Conceição Maria Rocha de, (2010) – “As Águas e a cidade de Belém do Pará – história, natureza e cultura material no século XIX”, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Andrade, Paulo de Tarso, (2004)– “Belém e suas histórias – de Veneza Paraense a Belle-Époque”, Kayla Editora, Belém-Pará
- Arruda, Euler Santos, (2003) - “Porto de Belém do Pará: Origens, Concessão e Contemporaneidade” Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- Barreto, M. (1995) – “Manual de iniciação ao estudo do turismo”. Campinas, SP: Papyrus
- Beni, M., (1998) – “Análise Estrutural do Turismo”. Senac, Brasil
- Bezerra, Onilda Gomes, (sd) - “Os valores da natureza no contexto da conservação integrada do patrimônio natural e cultural ”, Universidade Federal de Pernambuco – Recife Brasil
- Cavalcante, Flávia Costa (2011) – “Metropolização e dispersão urbana na Amazônia: a dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense.”, Universidade Federal do Pará
- Choay, Françoise (2001) “ *A alegoria do património* ”
- Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (acesso em 16/6/2011)
- Cruz, Ernesto, (1973) – “Historia de Belém”, 1º volume Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônia, Serie José Veríssimo
- Cruz, Rita de Cassia (2002) – “Política de turismo e territorio” 3º ed., São Paulo: Contexto
- Campelo, Álvaro, (sd) – “ O autêntico e o banal: como descrever a experiência turística?”, Univerdidade Fernando Pessoa
- Castrogiovanni, Antonio Carlos – “ Lugar, no-lugar y entre-lugar. Los ángulos del espacio turístico ”, Estudios y perspectivas en turismo - ISSN 1851-1732 versión on-line

- Cavalcante, Flávia Costa, (2011) – “Metropolização e dispersão urbana na Amazônia: a dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense”, Belém
- Dalfovo, Michael Samir; Lana, Rogério Adilson; Silveira, Amélia, (2008) - “Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.” Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II.
- Diário Oficial da União, Secção 1, nº 38, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Portaria nº 127, de 30 de Abril de 2009 - Chancela da Paisagem Cultural, 5 de maio de 2009, ISSN 1677-7042
- Castro, Edna (org), (2006) – “Belém das águas e ilhas”, Editora Cejup, Belém
- Ferreira, Larissa da Silva (sd) – “Organização das políticas públicas de turismo no Brasil: diretrizes nacionais e fragilidades locais”, Núcleo RMNatal – Observatório das Metrôpoles e PPG – UFRN
- Figueiredo, Aldrin Moura de, (2010) – “Pretérito mais que perfeito: pintura histórica e círculos intelectuais na Amazônia, 1880-1910”, UFPA – Belém, Brasil
- Filho, Savio Capelossi & Seynaeve, Raymond J.M., (1991) – “Guía histórico e turístico de Belém”, Edições CEJUP, Belém, Pará
- Araújo, Flávia de Sousa, (sd) – “A Conquista dos Territórios do Rio Guamá - Novos conflitos, Velhos discursos: o caso do Projeto Portal da Amazônia em Belém do Pará”, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Freitas, Anan Cristina Nóbreda da Cunha, (2004) - “Análise comparativa dos corredores turísticos no entorno do Lago de Itaipuna Brasil e Lago Languihue no Chile ”, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI –Centro de Educação da UNIVALI Camboriú, Balneário Camboriú, Brasil
- Funari, Pedro Paulo & Jaime Pinsky (org), (2003)- Turismo e Patrimônio Cultural, editora Contexto, São Paulo
- Funari, Pedro Paulo A. (2001) – “ Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil”, UNICAMP, acesso em 10/7/2011
- Gândara, José Manuel Gonçalves (2008) - “A imagem dos destinos turísticos” in Revista Eletrônica de Turismo Cultural, Número Especial 2008, (acesso em Julho de 2013)

- Hage, Dionísio João, (2003)– “Estudos Paraenses e Amazônicos” 2ª edição, DistribeL, , Belém-Pará-Brasil
- Hall, C. M. (2001) – “ Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos”, São Paulo - Contexto
- Hobal, Michele Aparecida, (2009) - “Paisagens contestadas”: o turismo como elemento transformador do espaço regional – o caso de Calmon, SC/Brasil. ”
- Indicadores de Turismo (Resumo), (2010) - Governo do Estado do Pará, Companhia Paraense de Turismo – Paratur
- Júnior, Wilson Martins Lopes (2011) – “ Contribuição geográfica ao estudo do turismo”
- Madariada, Celeste Jimenez (2002) – La comercialización del patrimonio cultural” in Actas de Jornadas Andaluzas de difusión del patrimonio histórico, Junta de Andaluzia – Consejería de Cultura
- Maranhão, Haroldo, (2000)– “Pará Capital: Belém, Memória e Pessoas e Coisas e Loisas da Cidade”, Fumbel Biblioteca Pública Municipal Avertano Roncha,- Belém, Pará
- Monteiro, Walcyr, (1996(?)) - “A formação do território” in Revista Nosso Pará nº 1, publicação Agência Ver Editora Lda
- Moreira, Eidorfe, (1987)– “ Belém e a sua expressão geográfica” in Obras reunidas de Eidorfe Moreira, CEJUP, , V.I p.66
- Moreira, Marcina Amália Nunes, (sd) - “A paisagem enquanto instrumento turístico de interpretação: em busca de melhores condições de vida para a população no entorno da apa de alto rio doce, minas gerais, Brasil”, UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
- Oliveira, Luana de Sousa; Silva, Yolanda Flores, (2008) - “A Importância e as Relações entre Paisagem e a Atividade Turística: o caso de Santa Rosa de Lima-SC”, Universidade do Vale do Itajaí
- Olmos, Francisco Checa, (Director), Soto, Concepción Fernández, Raquel Yebra Portillo - Patrimonio cultural. Manual etnográfico para la recogida del trabajo de campo. *Laboratorio de Antropología Social y Cultural*, Universidad de Almería, Espanha (sd)

- Paes, Maria Tereza Duarte, Org & Oliveira, Melissa Ramos da Silva, Org. (2010) – “Geografia, turismo e patrimonio cultural”, São Paulo, Annablume,
- Pedra & Alma - 30 anos do IPHAN no Pará (2010) / Aldrin Moura de Figueiredo, Rosangela Marques de Breito e Maria Doroteia de Lima – Belém, IPHAN (PA)
- Pérez-Nebra, Amália Raquel; V.Torres, Claudio (2010 – “Medindo a imagem do destino turístico: uma pesquisa baseada na teoria de resposta ao item” – Revista de Administração Contemporânea. Vol.14 no.1 Curitiba Jan./Feb. 2010 (acesso em 15/05/2011)
- Pinto , Roque (2012) - “A Formação das Imagens no Turismo: itinerário teórico e proposta de um modelo operacional”, in Turismo em Análise, Vol.23, n. 3, Dezembro 2012, (acesso em Maio de 2013)
- Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (2001) – Governo do Estado do Pará
- Plano Ver-o-Pará: Plano estratégico de turismo do Estado do Pará (2011) - Governo Estado do Pará
- Quintal, Artur Jorge Faria, (2008) - A importância do património na escolha do destino turístico” - Universidade da Madeira – Funchal
- Revista “Nosso Pará”, nº 1 (1996), edição e publicação Ver Editora Lda
- Rocque, Carlos, (2001) – “ História Geral de Belém e do Grão Pará”, Editora Distribel
- Rodrigues, Adyr A. B. (1996) – “Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais, editora Hucitec, São Paulo
- “Roteiros GeoTurísticos no bairro da Cidade Velha, conhecendo o centro histórico de Belém” – Projecto de Extensão Grupo de Pesquisa em Geografia de Turismo
- Ruão, T. & Farhangmer, M. (2000). “A imagem de marca: análise das funções de representação e apelo no marketing das marcas. Um estudo de caso.”, *Actas do I Seminário de Marketing Estratégico e Planeamento*, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, (acesso em Maio de 2013)

- Serra, Hugo Rogério Hage (2007) – “ A concepção do turismo e da sal espacialidade no Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará (PDT-PA), Universidade Federla do Pará, Belém - Pará
- Solha, Karina Toledo, (2004) - “ Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil, USP – Brasil
- SECULT, (1996)- “ Belém da Saudade – A memória da Belém do século em Cartão-Postal”, Belém, Pará
- Zanirato, Silvia Helena; Ribeiro, Wagner Costa, (sd) - “ Património cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável” - Universidade de São Paulo, Brasil (acesso em 16 Junho 2011)

Folhetos/Brochuras

- Belém do Pará –Uma amazónia de atrações (sd) – Prefeitura de Belém
- Belém do Pará –Uma amazónia de atrações (sd) – Prefeitura de Belém, Coordenadoria municipal de Turismo - Belemtur
- Belém uma metrópole em transformação (sd) - Prefeitura de Belém
- Belém, Berço da Amazónia (2009) – Paratur & Mtur
- Pará - Amazônia – Brasil, Directoria de Marketing – Paratur, Edição em português
- Pará - Amazônia – Brasil, Directoria de Marketing – Paratur, Edição em inglês, espanhol, francês e italiano
- Pará Pólo de beleza da Amazónia, (sd) - Secretaria Especial de Produção, PARATUR - Governo do Estado
- Pará em Alta Temporada (sd) - Paratur & Mtur
- Tour da Experiência, Belém crenças, cheiros e sabores (sd) - Angel Eventos, Sebrae e Mtur

Sítios na internet

www.portal.iphan.gov.br (2011)

www.parahistorico.blogspot.com - (2011)

www.paraturismo.pa.gov.br (2013)

www.belem.pa.gov.br/belemtur/ (2013)

www.iniciativacultural.org.br (2013)

www.brasil.gov.br (2013)

www.turismo.gov.br (2013)

www.cph.pa.gov.br (2013)

www.google.pt - (2013)

Anexo

ANEXO I

Entrevistas transcritas

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas – Belemtur

Local: Belemtur, Belém

Data: 11/04/2011

Entrevistado: Wady Kayat - Coordenador da Secretaria de Turismo de Belém

Entrevistador: Arlete Moraes

1 – Que acções existem na área do património cultural / turismo e quais contemplam o bairro da Cidade Velha? E o Rio?

R: Veja que a questão do acervo do património histórico está perfeitamente incluído dentro do que trato o turismo no aspecto cultural que é um grande expoente nosso. Veja a questão do turismo cultural, ele abraça o património histórico a dança, a música a culinária e tudo isso nosso é muito diferente. Nós temos uma expressão grandiosa no turismo religioso que também está dentro do turismo cultural e que são expoentes fantásticos. O que a gente tá precisando é de recursos para que a gente transforme essas potencialidades em produtos é o que eu tenho dito em Brasília, chega de discursos bonitos de dizer que a Amazônia, o Pará, que Belém têm recursos extraordinários, nós precisamos de recursos para transformar essas potencialidades em produtos.

2 - E no que diz respeito ao rio, principalmente na zona que circunda a Cidade Velha e que vai até aos portos, como é que o rio está a ser visto e pensado para a actividade turística?

R: Veja, é outra expressão rica da nossa região. Belém aqui com uma peninsulazinha tem todo o seu entorno um rio. Porém nós não usufruímos. Nem nós que moramos sabemos explorar devidamente. Isso é uma coisa histórica né? A própria questão da ocupação da cidade foi feita de maneira desordenada e esta ocupação criou todos esses embaraços económicos, sociais que hoje ainda repercutem. Por isso a prefeitura de Belém está trabalhando a orla de Belém em parceria com vários organismos entre eles o Ministério do Turismo para fazer uma desapropriação, remanejamento de vários portos que ali foram se instalando ao longo das décadas e ocuparam toda a margem. A gente sempre reclamou em Belém de não termos sequer uma janela para o rio e agora nós vamos ter uma avenida de 6 km e 200m, perfeitamente urbanizada e com equipamentos turísticos. Então isso vai dar uma nova visibilidade. Junto a isso, nós não temos por exemplo um porto público bem instalado em Belém e nós pretendemos essa construção, nós já estamos de olho nisso. A própria prefeitura já tem uma marina pública a ser construída na área onde era a praça Princesa Isabel, limite com o Yate Club no bairro do Jurunas ali na Estrada Nova. Aquilo tudo vai ser urbanizado. Com isso temos outros portos menores a serem construídos que visa exactamente montar uma linha fluvial. Quer dizer, além do aspecto turístico ia criar uma grande condição de melhorar o trânsito na cidade porque muitas pessoas precisam vir desde Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro que poderiam estar a utilizar uma linha fluvial vindo pelos rios até ao Ver-O-Peso, UFPA... Quantos estudantes têm que pegar ônibus? Poderiam vir pelo rio.

3 - Como é que tem sido essa relação? Os proprietários dos portos e de outros tipos de serviços que existem na orla aceita esta proposta?

R: Olha o aceite da proposta vai de acordo com o convencimento que a gestão pública apresenta de maneira até a justificar as necessidades. As pessoas ali moram, têm os seus trabalhos e nem sempre é tranquilo de ser feito isso. Não é que haja um impasse, um conflito maior, o poder de convencimento tem quer ser muito grande e as vezes o dever do poder público em atender ultrapassa os limites e possibilidades que ele tem. Então não foi fácil, não tem sido fácil mas você não tem ouvido um conflito ao longo desses últimos três anos que está sendo feito este trabalho. Então foram feitos remanejamento, indenizações, porque a prefeitura chegou a construir blocos de apartamento em alguns locais e remanejou as pessoas. Outras receberam indenização e assim foi feito após muito diálogo.

4 - Como é que têm sido elaboradas as políticas para o desenvolvimento do turismo?

R: Veja em decorrência dessa reestruturação que estamos pensando em fazer, a gente se ressentiu muito. Isso já uma crítica (eu) enquanto cidadão, fora da prefeitura. Quando a gente fala em políticas públicas, essa não é uma questão da gestão pública. Ela abraça todos os colegiados que têm que ser informados e o próprio empresariado está inserido nesse processo porque quem vende o pacote (turístico) é o empresariado, não é o poder público. O poder público trata de melhorar a cidade em todos os seus contextos para que ela possa ser vendida pelo empresariado. E esta relação entre poder público e iniciativa privada com estes colegiados, uns estão bem, outros não alguns só sabem criticar e pedir achando que a prefeitura, o estado ou o governo federal é que tem a obrigação. Então é preciso mudar esta mentalidade. A ideia é que se tenha colegiados e a gente aqui já trabalha o conselho municipal, o grupo gestor do Pólo Belém. Algumas entidades que são fortes em Belém ou pelo menos representativamente deveriam ser fortes, teriam que estar dentro deste processo. Mas por interesses A, B ou C acabam se afastando e aí recebe a crítica do empresariado lá do outro lado. Então existe esta falta de bom entendimento por parte de classes empresariais e o poder público. Algumas estão perfeitamente afinada e eu acrescentaria uma que não tinha entendimento bom e de relacionamento bom com a prefeitura era a própria Associação Brasileira das Agências de Vigem (ABAV) e que hoje trabalha perfeitamente afinada e vem despontando como uma das melhores organizações no sentido de buscar novos roteiros turísticos, vender os pacotes. E temos as nossas críticas. O sindicato de bares, hotéis e restaurantes têm participado efetivamente mas sentimos que houve um distanciamento por exemplo por parte da ABIH, do Convention Bureau, que deveriam estar mais inseridos nesse processo mas que por motivos de críticas ao poder público. A função do poder público nunca vai agradar a todo o mundo mas agente trabalha para agregar o máximo e nós não queremos trabalhar só para os grandes. É importante o poder público inserir no processo económico os que não existem para passarem a existir, ou seja os que estão a trabalhando na informalidade e que têm potencial mas nunca começaram a trabalhar. Nós temos que fomentar isso para que eles comecem. Que o micro seja pequeno, que o pequeno seja médio, que o médio seja grande e busquem novas bandeiras seja na rede hoteleira, seja num grande restaurante e por assim adiante. É isso

que vai gerar emprego e renda cumprindo a função da indústria de chaminé que não polui que é o turismo.

5 -Como tem sido a campanha de sensibilização junto da comunidade? E a capacitação de novos profissionais?

R: Estas questões são plenamente discutidas no grupo gestor que é um grupo que reúne todos os segmentos, o Pólo Belém que reúne os segmentos da região metropolitana do conselho municipal. Em todos a própria comunidade está inserida. Nós por exemplo temos um passeio de valorização da autoestima da população em que as vezes a própria resposta nos surpreendem. É o passeio turístico das comunidades. Uma pessoa quando vem a Belém, ela vai visitar os pontos e equipamentos turísticos. Sai daqui maravilhada. Porém quem mora aqui em Belém não conhece esses pontos turísticos e a gente começou um trabalho pelos taxistas, motoristas e cobradores de ônibus. Temos depoimento de cobradores de ônibus por exemplo que diz “eu agora participando desse passeio posso dar mais valor ao que a gente tem e mais importante, respeito porque por mais de 20, 30 anos eu passo aqui na frente e nunca tinha entrado neste local.”. Então ele passa a ter uma leitura diferencial, a formação turística da população é algo extremamente importante, e quem pode ajudar? O poder público, a iniciativa privada, os colegiados e todos segmentos. Se você faz um trabalho com os jovens e crianças dentro das escolas ainda no ensino fundamental, com certeza daqui a 5, 10, 20 anos nós vamos usufruir de uma outra cultura voltada para o turismo.

6 - O turismo de Sol e Praia são considerados prioritários no plano director municipal. Que estratégias já foram implementadas para este segmento?

R: A questão do turismo sol e praia, ela não é maior vocação nossa e nem tem a nossa maior atenção. Nós damos uma atenção dentro desse sentido para os nossos distritos e nossas ilhas. Porém nós temos uma expressão muito forte economicamente no turismo de eventos e negócios, no ecoturismo com o potencial das nossas ilhas que é uma coisa extraordinária. Nós temos os nossos rios maravilhosos, nossos furos dos rios entre as ilhas e não desenvolvemos um turismo náutico e isso agora está sendo trabalhado também por nós. Turismo de negócio, turismo cultural, quem tem uma dança como a nossa? O nosso carimbó? Quem tem uma culinária tão diversificada e deliciosa como a nossa? Nós estamos indo até Coimbra em Setembro e Belém é que foi convidada para representar o país apresentando a culinária no seu aspecto cultural.

7 -Existe alguma política específica para o rio?

R: Existe. A Belemtur montou um novo mapa de Belém. E dentro do novo mapa de Belém já está sinalizada aquilo que nós pretendemos fazer para ocupar a nossa orla para por exemplo viabilizar a linha fluvial. A linha fluvial tem que ser uma realidade para nós e estes portos vão servir para passeios a ilhas. O que é que ocorre hoje se você quiser ir para Cotijuba? Através da nova política que nós queremos implementar para os nossos rios, você vai ter integração com uma linha de ônibus. Então nós vamos ter linhas que vão atender as ilhas e fazer toda a orla de Belém. Nós não podemos deixar de aproveitar esse potencial que os rios nos dão porque eles vão aliviar o fluxo transporte rodoviário de ônibus e carros particulares principalmente no nosso centro da cidade e ao mesmo tempo uma linha rápida pelos rios que há muito tempo deveria ter sido feito. Veja com certeza o prefeito Dulciomar, ele gostaria de fazer um rio de coisa mas ele faz aquilo que é possível, porque o recurso público tem os seus limites e aí entram as prioridades, a educação, saúde, habitação, saneamento. O que interessa em política

pública é resultado e aí você passa a régua, na gestão pública quando você faz o balanço, o que interessa é a melhoria da qualidade de vida da população. Nós vamos trabalhar em parceria com a comunidade a mudança de que hoje temos no bairro da Terra Firme. Uma comunidade de lá nos procurou e chegamos ao entendimento de a possibilidade de transformar a Terra Firme numa comunidade turística. Essa ideia foi uma consolidação da nossa parceria, porque dentro das políticas da Belemtur está a formação de agentes comunitários para o turismo. A Rocinha não passou de um bairro altamente perigoso para um conceito turístico?

8 -A marca Belém já foi criada? E como é que ela é difundida ao nível regional, nacional e internacional?

R: Não. Através dos seus expoentes de equipamento, pontos turístico e o próprio Ver-O-Peso. Veja que o Ver-O-Peso como seu mercado de ferro dentro do complexo Ver-O-Peso, foi escolhido como uma das 7 maravilhas brasileiras. A gente precisa trabalhar bem relacionado, poder público, a iniciativa privada e a comunidade para que os resultados possam aparecer de uma maneira mais rápida. Que a auto estima nossa deixe de criticar pontos e leve aquilo que está bem feito para poder ser vendido, o nosso Ver-O-Peso foi escolhido através da internet e o grande eleitor do Ver-O-Peso não foi o povo do Pará, foi o brasileiro como um todo que escolheu.

9 - Como cidadão o que o rio representa para si?

R: Olha o rio representa esse potencial de melhoria da população e deve ser incorporado a infraestrutura da cidade como meio de deslocamento, uma área de abrigo saudável, veja as nossas ilhas todas cercadas propiciam uma qualidade de vida melhor para a população. Veja que aí a natureza torna-se mais exuberante, com a natureza vem a criação de pequenos animais e o plantio de uma vegetação que alimenta o próprio povo. Então torna mais barato o deslocamento da colheita das mercadorias até aos mercados seja de que parte da cidade for e conseqüentemente pode ser uma grande via de transporte colectivo na cidade como um todo além da importância da água para a sobrevivência da população.

10 - O rio é património cultural da cidade? Em que medida?

R: O rio tem que ser um acervo e como acervo ser um património. Ele não pode nunca ser relegado a uma segunda instância. Ele é de primeira.

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas - IPHAN

Local: IPHAN, Belém

Data: 19/04/2011

Entrevistado: Dr.^a. Doroteia Lima – Superintendente do Estado do Pará

Entrevistador: Arlete Moraes

1 - O que o IPHAN entende por património?

R: A gente trabalha muito com o conceito de herança cultural. Tratando-se do património da União, trabalha-se com essa ideia de memória nacional. O IPHAN é um órgão federal. O que representa essa memória nacional? Embora hoje com as políticas a gente venha incorporando aos poucos essa amplitude toda do conceito de património ganho nos dias de hoje, tentando conciliar as duas coisas. Trabalhar essa questão do símbolo nacional e trabalhar com o fortalecimento das identidades á partir dessa questão do património.

2 - Como é que a questão do património natural é trabalhada no Pará e em particular em Belém?

R: O IPHAN tem uma categoria do património natural que tem poucos bens inscritos nesse livro de património natural. Agente hoje vem trabalhando com um novo instrumento que é a Chancela da Paisagem Cultural, que é justamente um conceito que procura trabalhar com esse sentido do ambiente apropriado pelo homem e que reflete essas transformações. Aqui no caso do nosso Ver-O-Peso especificamente que é o nosso bem tombado e que está mais próximo desse entendimento de paisagem. Ali você associa a um espaço, um lugar antropológico e a questão do imaterial que estão ali todas aquelas práticas, acho que ele coroa esse vários entendimentos de património único.

3 - Que acções existem na área do património cultural e quais contemplam o bairro da Cidade Velha? E o Rio?

R: Para a Cidade Velha o que temos hoje é a questão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas que é um programa federal que visa trabalhar a questão do desenvolvimento a partir do investimento em património. Mas esse é um programa que tem que ser trabalhado de forma articulada com o município, com estado e a sociedade civil. Isso é uma coisa que tem dificultado bastante aqui (Belém). Hoje a gente tem uma relação melhor com o estado do que com o município em termos práticos. Na prática, a Prefeitura de Belém ainda não se organizou para trabalhar com esse programa. Então, não tem ainda dentro do município uma coordenação.

4 - Que acções na área do património são implementadas?

R: No que compete ao IPHAN conseguimos fazer coisas no ano passado que já vem desse programa como por exemplo a obra do mercado Ver-o-Peso, a obra da igreja de Santana, no âmbito do PAC. Tem também o Monumenta, na verdade o PAC está substituindo (o Monumenta) que está terminando. O PAC foi formulado com base na experiência no Monumenta, no sentido de tentar superar algumas dificuldades que

foram enfrentadas pelo Monumenta. Então a gente ainda tem investimentos feitos pelo Monumenta em parceria com a prefeitura como a sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o Mercado de Carne, os editais de imóveis privados. Mas há algumas dificuldades porque no momento que a gente passar os recursos e ele se está inadimplente, a gente não consegue passar. No ano passado isso aconteceu 3 vezes e aí o recurso já estava indo para outro estado ou município que esteja no Monumenta e que esteja disponível para receber o recurso. Então esse descompasso acaba causando prejuízo o programa.

5 - Que outros efeitos essa situação tem causado aqui em Belém?

R: A gente trabalha de várias formas. Podemos executar directo, podemos repassar para o município, repassar para o estado, pode repassar para a sociedade civil organizada.

6 - No caso da Cidade Velha como foi, foi directo?

R: Não a gente fez uma consulta pública e mandou um plano de acção que foi montado em 2008/2009, que eu diria que é muito pretensioso, as pessoas achavam que poderiam resolver tudo dentro desse programa. Então ficou muito grande. E com a mudança do governo, a gente está tentado repactuar (refazer/reorganizar) isso. Estamos chamando novamente o estado, o município. Mas no município (aquele que seria o órgão de preservação) e deveria coordenar isso dentro do município, ele se diz sem condições de fazer isso. Então ele está pedindo ao governo que forme um grupo ou que designe outra secretaria para apoiá-los.

7 - Existe alguma política que inclua também o rio?

R: Não tem políticas específicas para o rio mas tem um projecto que é da Secretaria Municipal de Educação que trabalha com as ilhas, que é o projecto Ecomuseu, que é um trabalho que eles já desenvolvem e que a gente propôs que eles se incorporassem mas o que eu acredito que hoje prejudique que mais acções sejam contempladas por esse programa é esse impasse porque qualquer acção proposta tem que ter um projecto. Assim, se você tem um projecto, você tem como captar recurso, você tem editais. O governo federal trabalha com várias possibilidades, então você pode buscar recursos para património em diversas frentes e para isso é preciso que a equipa técnica esteja articulada com a sociedade civil. Por exemplo teve um do ministério da justiça aberto, abriu um que o Programa de Extensão (Proex) em parceria com as universidades onde elas podem ser proponentes mas têm que trabalhar de acordo com as nossas metodologias. Aqui a gente foi procurado por vários sectores da universidade, tem o ITAÚ Cultural... a gente teve uma experiência como Ver-O-Peso de novo através de um edital da Petrobras. Fizemos um projecto conjunto que era para fazer um inventário das referências culturais do Ver-O-Peso e a partir daí mandamos esse projecto, foi aprovado, o proponente foi a Associação da Ervas, a gente ficou com a parte técnica, envolveu alguns trabalhadores da feira como assistentes de pesquisa.

8 - O rio é património cultural da cidade? Em que medida?

R: Sim, Belém é ribeirinha. Temos projectos para a orla que vem valorizar o rio

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas - FUMBEL

Local: Fumbel, Belém

Data: 24/04/2011

Entrevistado: Dr. Leonardo Monteiro – Departamento para o Património Histórico

Entrevistador: Arlete Morais

1 - O que a Fumbel entende por património?

R: De uma maneira geral o património decidido pela lei nº 7709 que é a lei que rege a proteção do património histórico e cultural da cidade, basicamente a sombra daquilo que a Constituição Federal também entende como património que são: as edificações, os bens móveis e imóveis, as formas expressão (de falar, de fazer) as peculiaridades da oralidade e do modo de se expressar da região bem como os bens naturais e artísticos. Então esses conjuntos de bens que estão elencados na Constituição Federal são reiterados pela lei nº 7709.

2 - Pode especificar que bens naturais a Fumbel trabalha aqui na cidade de Belém?

R: Ainda atendendo a lei, tem dois bens naturais tombados que são a Samuambeiras e as Mangueiras que são duas árvores da região. As Samuambeiras têm um porte bem expressivo, é uma árvore bastante grande, bem característica da região amazônica também e a Mangueira apesar de não ser nativa, ela foi importada, ela ganha uma conotação de identidade local depois que ela é plantada em meados do século XIX.

3 - Que acções existem na área do património cultural e quais contemplam o bairro da Cidade Velha? E o Rio?

R: Essa visão da natureza como património da cidade, ela é dividida cartesianamente na administração municipal. Então as acções relacionadas a natureza, meio ambiente, essas ideias que são senso comum, são locais comuns da administração ficam direcionadas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e ela tem as actividades dela com a valorização das praças, da arborização da cidade. Ela trabalha com essa área. Já a questão do saneamento voltado para a preservação do rio com relação a aquele cuidado no tratamento dos resíduos, isso fica na área da Secretaria de Saneamento (SESAM). Aqui nós ficamos com essa parte mais cultural, histórica, mais do património material e imaterial.

4 - Você conhece alguma acção/política?

R: O departamento não desenvolve nenhuma política pelas limitações que ele tem no momento. Mas dentro da municipalidade eu sei que tem acções que são desenvolvidas. Por exemplo na Escola Bosque que fica em Outeiro que é um dos distritos de Belém, ela tem um projecto pedagógico interessante voltado para essa noção de natureza, tem trabalhos com as comunidades ribeirinhas e com os pescadores. Esse trabalho é voltado justamente para preparar o aluno para dar valor a possibilidade a outros tipos de reflexão sobre o que é natureza.

5 - Na visão da Fumbel, como é que vocês elaboram as vossas acções para o património quer seja material ou imaterial na cidade de belém?

R: As acções são do Departamento para o Património Histórico (DPH). A Fumbel é uma associação cultural dividida em várias diretorias. Ela tem principalmente a Diretoria de acção Cultural que trabalha com o público mais frontalmente (directamente). O museu de Arte de Belém (MAB) que trabalha com o acervo, a Biblioteca Avertano Rocha e o DPH. Nós trabalhamos mais com a fiscalização, processos de tombamento, autorização de serviços, incentivos a preservação pela isenção do ITPU. No MAB tem um trabalho de educação patrimonial, e a biblioteca tem as suas actividades também.

6 - Qual o papel das comunidades locais, há alguma parceria ou alguma acção directa da Fumbel junto das comunidades ou não?

R: O que nós temos aqui é mapeamento cultural das de festividades, das associações que trabalham com expressões culturais nos diversos momentos. Por exemplo, as Festas Juninas que em diversos passos que são um tipo de apresentação bem peculiares aqui na região, as Quadrilhas. Esses produtores locais, as pessoas que realmente fazem a cultura que são a expressão da cultura local, a Fumbel dá suporte na organização dos eventos em vários bairros. A mobilização mais expressiva que nos temos é a Festa Juninas. Mas também temos o Carnaval, esse contacto com as escolas de samba. As festas Juninas são mais interessantes por ser mais abrangente, você tem gente de vários bairros de Belém, é um encontro maior são mais de 100 Quadrilhas.

7 - Qual a importância que o rio tem para a cultura de Belém?

R: A importância do rio é histórica e também cultural. Histórica justamente pela fundação da cidade, ela acontece as margens dos rios. Mas muito mais do que as margens, o pano de fundo da fundação da cidade é o rio (referências ao quadro de Theodoro Braga - A Fundação de Belém). Muito mais que isso foi o caminho a maneira que os portugueses chegaram aqui. Essa visão é importante, o próprio complexo Feliz Lusitânia sofreu uma intervenção que visa valorizar essa visão para o rio. Se você pegar fotos da área da Praça Frei Caetano Brandão na década de 80, existia um muro no forte, isso causou até uma certa polémica no momento da derrubada do muro. Onde fica as Onze Janelas era um galpão também era uma área fechada. Essa intervenção permitiu que a gente entrasse mais em contacto com o rio. Outras intervenções que permitiram isso é o Mangal das Graças, o Ver-o-Rio e a própria Estação das Docas. Mas eu acho que tem outras visões que não são exploradas. A visão do próprio morador

Pode comentar?

Tem a visão do morador, a visão de quem chega porque tem os portos de embarcações que atendem ao público e as comunidades no transporte de pessoas. Se você vem de Barcarena, se você atravessa para qualquer lugar e chegar por um porto desses, você vê a cidade de outra forma. Quem está aqui dentro, que mora aqui não tem essa visão. Mas quem vem de fora sazonalmente, seja para trabalhar, estudar ou nas festividades como o Círio que é uma festividade que atrai bastante, acho que a gente tem uma outra visão da cidade. Não de cidade rio mas sim rio cidade. Você percebe que Belém está inserida numa paisagem bem peculiar, bem interessante e diferenciada porque aspecto da vegetação tropical densa da floresta, das árvores gigantes com o rio, a cor, a forma, o tamanho, a largura (mais de 2 km entre margens). Quando você vem pelo rio é outro impacto, a cidade é bem menor do que ela parece mas quando você está aqui, o rio

parece maior. Se você não tem essa visão de fora, não consegue perceber que Belém é um microcosmo num macrocosmo.

8 - Como é que analisa essa identidade ribeirinha que existe em alguns pontos da cidade e essa relação rio/Cidade?

R: Acho que ainda são visões que não se encontram mas que existem simultaneamente. Por exemplo, quem mora em Belém e só utiliza o transporte público rodoviário ou que tem um carro, ou que se desloca por terra e não precisa o rio, o rio é só uma paisagem, uma espécie de quadro, distante, um lugar de contemplação no final da tarde. Quem vem do rio não tem essa relação de apenas observação e distanciamento. Tem um certo distanciamento nessa forma contemplativa. Porque você não toca na água. Você não passa para o outro lado, você vai até a margem para só ver aquilo da margem. Quem se desloca pelo rio, quem precisa do rio mesmo e tem uma actividade de subsistência do rio, quem pesca, quem faz o escoamento do açaí pelo rio tem uma visão diferente do rio. Ele é outra coisa. Não é a mesma coisa para as pessoas que moram aqui (Belém) e não o usam.

9 -Há uma relação de pertença por parte dos ribeirinhos comparativamente aos do lado de cá (Belém)?

R: Acho que não só isso, acho que numa escala maior de se sentir parte do rio, de pertencer, acho que são as comunidades que mais voltadas para essas actividades de subsistência é que precisam do rio para se transportar nas canoas que escoam o açaí... eles têm essa visão mais forte de pertencimento, de respeito, de observação do rio como forma de sobreviver porque se você não sabe quando é a maré alta ou maré cheia, onde estão os barrancos de areia no meio do caminho e que podem virar a embarcação, onde tem certo tipo de peixe esse conhecimento empírico faz delas populações ribeirinhas.

10 -Esse ribeirinho tem noção que o rio é seu património?

R: Não propriamente. Essa noção de património como a gente conhece aqui, não. Talvez isso possa ser identificado de forma mais assertiva porque essa noção de pertencimento ela tem vários aspectos. Quem está lá, um ribeirinho, o produtor de açaí são as pessoas que mais ilustram isso, eles sabem que eles podem usufruir daquilo. Tem duas visões, a de que os recursos nunca se acabarão (porque foram ensinados na escola que são recursos naturais renováveis como se pudessem ser explorados predatoriamente a revelia da exaustão...) e uma outra parcela sabe sim que é importante preservar, que sabe que é nosso. Não acho que tem visões únicas. Tem essa parcela que sente que aquilo é do rio, é nosso e que nunca vai-se acabar e tem pessoas que sabem que aquilo é importante preservar.

Local: PARATUR, Belém

Data: 12/04/2011

Entrevistado: Admilson (Prodetur) e Jacqueline

Entrevistador: Arlete Morais/Cleber Castro

1 - Como é que você analisa hoje o turismo no Pólo Belém?

R: O pólo Belém é muito importante por ser o portão de entrada não só dos nossos produtos do Pará mas também como portão de entrada da Amazónia. Hoje a implementação de políticas que garantam uma qualidade no atendimento, um afeto é importante para a política no estado direcionada para o pólo Belém. Ele é importantíssimo porque ele agrega uma série de produtos, não só o turismo de negócios porque Belém tem as ilhas (que é a região insular de Belém), tem o património histórico, tem uma gastronomia muito forte, muito específica, tem o evento cultural Círio. Então Belém é um complexo de uma diversidade muito grande para o turismo, embora agora o fluxo se configure pelo turismo de negócio. Mas ele abraça e tem como potencial todas essas oportunidades.

Muitas coisas precisam ser trabalhadas, é preciso fortalecer a gestão municipal, precisa dar um olhar mais para a questão da qualificação no atendimento, serviço e qualificação empresarial, a questão da infraestrutura, preço... para que Belém possa receber melhor. Até a questão da articulação com aeroportos e voos internacionais. É caro vir para Belém o nosso turismo de momento é de negócio e a permanência média ainda é baixa. Ela esbarra nessas barreiras.

2 - O que a Paratur entende por património, especificamente na inserção da questão do património cultural na política da Paratur ou do Prodetur?

R: A questão do património é um desafio, ele envolve uma série de questões. Primeiro tem a questão dos casarões que são de propriedade particular e que o dono não tem condições de reformar. Depois tem a questão do imóvel que é vinculado ao estado e que pode ser reformado mas que as vezes não têm recurso para reformar. Tem a questão da cultura e do património imaterial que é uma riqueza muito grande de Belém que sofre influência dos portugueses, dos negros, sofre influência das próprias cidades próximas. Então Belém é um fervilhão de cultura. Como ver esse património? O património na visão do programa do estado do Pará, é uma visão multilateral, muito variada porque gente não consegue enxergar o património como um prédio, é algo que agrega uma série de valores e que tem que ser trabalhado e direcionado para isso.

Por exemplo, em Ponta de Pedras estamos trabalhando com a reforma do Palácio de Ponta de Pedras, então ao mesmo tempo que você se preocupa com a restauração daquele espaço, ao mesmo tempo que você se preocupa com a questão histórica daquele património já existe uma preocupação com a gestão daquele património. Existe um pensamento para a questão do património imaterial, que é a questão de ocupação do espaço museu, a disponibilização de informação e dados, levantamento sobre o inventário cultural, patrimonial e imaterial dessas localidades. Então para a gente património é uma coisa que envolve uma série de situações. Agora o património

material existe uma política dentro do estado de restauro, de fortalecimento sobretudo naquelas áreas mais comerciais do centro histórico de Belém. Existem projectos que estão direccionados para essa questão de restauração, ocupação e gestão do património. Hoje a visão é a seguinte: reformar o prédio para valorizar a questão histórica, cultural, incentivar o gerenciamento desse espaço seja de forma a resgatar e trazer actividades a esses espaços e que estejam vinculadas a existência dele, que é a memória, a história... A gente pensa aqui na Paratur os espaços mais como o património imaterial valorizado, seja incluído no processo todo de construção de uma cidade diferente que até ele possa dar resposta e possa compor esse produto para o turismo.

3- Que acções existem na área do património cultural/turismo e quais contemplam o bairro da Cidade Velha? E o Rio?

R: O Prodetur tem uma política de gestão que agrega outras secretarias, por exemplo na área do meio ambiente nós temos a SEMA, a CEDEC. O Prodetur é um programa do estado que funciona na Paratur, onde o estado por meio do ministério e com o apoio financeiro do BID executa acções planejadas no programa de turismo sustentado integrado. Nessa parte patrimonial nós temos tido um contacto muito próximo com a SECULT. Então existe uma gama grande de projectos que envolve o património tanto material como imaterial.

Não sei identificar uma listagem dessas acções mas existe um programa todo voltado para isso e como o Prodetur tem recurso para essa acção cultural e patrimonial, ele fez a composição do grupo de trabalho da participação da SECULT e também de outros órgãos como o IPHAN também está envolvido. A própria SECULT já tem uma listagem de acções e projectos para os últimos 4 anos e o PRODETUR também tem alguns componentes que definem a sua acção. É o que tem sido feito agora. Temos conversando com a SECULT. Ela tem uma linha de trabalho, uma dinâmica e as acções que vão ser projectadas durante os 4 anos, tem o plano do governo e tem o Prodetur. As acções que se casam, que são próximas, que podem ser efectuadas pela Prodetur vão ser indicadas para a Prodetur mas com a participação da SECULT. É dessa forma que se está a pensar o património. Por exemplo há um grande projecto no Pólo Tapajós tem um projecto de centro de referência cultural, patrimonial e imaterial, onde vai ter um museu, auditório para palestras, vamos ter espaço para funcionamento do observatório que é uma proposta de construção e disposição de dados, a SECULT é uma das nossas parceiras nesse projecto.

4 - Existe alguma acção que esteja a ser implementada neste momento na Cidade Velha?

R: Agora sim, o Prodetur é um programa de aquisição de empréstimo, então quem são os envolvidos? Um é o BID que é o financiador o outro é o ministério que dá o apoio técnico. Existem várias etapas. A 1ª etapa é uma visita que o BID realiza, a 2ª etapa é o estudo, planeamento e orientação, a 3ª etapa é a documentação. O BID já afirmou que em 15 dias será assinado um documento que se chama Plano de Trabalho (PT) do projecto. À partir desse documento começaremos a executar o projecto. Algumas acções do Prodetur já estão a ser implementadas como por exemplo, estudos como avaliação estratégica, convénios, fortalecimento institucional que está para fazer a licitação, qualificação profissional e empresarial está para fazer licitação, esta para ser implementada as obras do abastecimento de água de Belém. Então algumas coisas já estão acontecendo e outras estão na dependência da aprovação pela parte do BID do

programa, porque o programa ainda não está implementado, está em fase de implementação.

5 – Quanto a questão do rio na zona da Cidade Velha, que acções é que estão previstas?

R: Olha, existe, não do PRODETUR mas existe um projecto da construção de uma grande obra na frente de Belém que começa na Cidade Velha, é um complexo, não é apenas uma estrada que vai ligar a Cidade Velha com a UFPA, ele vai ser uma estrada com 4 vias com complexo desportivo, bares restaurantes existe um grande projecto.

6 – O rio em si vai ser utilizado para a dinamização de actividades de lazer?

R: Eu acredito que sim. Agora o que nós temos é a Vale. Ainda é muito tímida essa coisa da relação com o rio. O próprio belenense esqueceu o rio. O belenense, ele costuma ver o rio. Agora, actividades como canoagem, prática desportiva...eu acredito que esse projecto ele possa incentivar esse tipo de acção. Agora se tem alguma acção vinculado dentro dele eu não sei, deve ter. A ValeVerde faz aquele passeio, é o único que tem, então, acredito que ele venha a incentivar essa prática da relação do homem com o rio mas há algumas questões que têm que ser trabalhadas. O nosso rio recebe toda a carga de esgoto da cidade, talvez exista por parte do belenense aquela preocupação com a questão da saúde. Tem alguns projectos como a travessia a nado mas são projectos pontuais e não tem um programa. Seria maravilhoso que tivesse.

Teve alguém que pensou em colocar mangueira em todo o canto de Belém e começou a plantar mangueira mas não houve uma pessoa que pensasse na questão do transporte e o rio, porque Belém é toda ligada por Igarapés, por furos e entradas. Então não houve essa preocupação e hoje o que acontece é que os nossos canais, Igarapés e entradas estão todos comprometidos com a invasão, com o lixão, com o mau trato do rio. Então existe na nossa cidade relatos de pessoas mais antigas que tomavam banho no rio, pescavam no rio na cidade...esses rios que atravessam que são canais que são valas e levam lama e que você não ousa entrar...então ele era assim. Trabalhar o rio hoje da forma com que a gente sonha e pensa perpassa por tudo isso porque existe um histórico do rio. O rio já foi navegável, ele já foi utilizado para a subsistência dos ribeirinhos aqui na cidade. Então Belém, ela contempla um histórico meio triste dessa questão do rio, bem negativo mesmo. É essa a nossa realidade. Talvez se nós tivéssemos tido essa preocupação de trabalhar essa questão do rio, a gente hoje teria outra configuração e não essa realidade. Talvez por isso o belenense prefira olhar o rio de longe. Belém na verdade poderia ter sido a Veneza da Amazônia.

Actualmente as actividades turísticas que utilizam o rio, elas não promovem a relação directa do homem com o rio até mesmo porque existe uma dúvida que na verdade não é uma dúvida que é saber até que ponto é saudável você ter esse contacto com rio devido a contaminação. Trabalhar o rio sobretudo na frente de Belém é um grande desafio que do meu ponto de vista a coisa seja mais complexa do que é. Não é só criar produto. Precisa primeira avaliar como é que está a relação do belenense com o rio, precisa saber se o rio está pronto para receber o belenense e se o belenense está pronto para ir para o rio também.

7 – Como é que acontece a articulação com o empresariado e com a comunidade local na elaboração das políticas do PRODETUR?

R: O nosso financiador e o próprio governo. Criou-se no Brasil toda uma mentalidade da construção participativa das acções, tanto municipais como estaduais como privadas. Então devido a própria exigência do financiador, todas as acções e todos os passos que o programa dê para frente ou para o lado, ele deve ser construído à partir da participação da comunidade e do trade. Então tudo o que foi trabalhado, tudo o que foi elaborado foi com a participação da iniciativa pública, privada e comunidade inclusive existe uma espécie de um medidor para isso. O que é o medidor do programa são as validações. Então tudo o que é feito, qualquer programa que é executado, qualquer acção, ou convênio antes da entrega do produto final, são feitas duas a três validações pela comunidade. Por exemplo: 1 programa envolve cinco componentes; gestão ambiental, infraestrutura, fortalecimento, equipamentos e outro. Com isso existe uma preocupação ambiental e cultural (quilombolas, indígenas...) e está sendo feito um estudo chamado avaliação ambiental estratégica para avaliar nos polos quais são os possíveis impactos ambientais do programa. Tudo isso está sendo feito com a participação da comunidade, do trade e da iniciativa pública.

Quando o primeiro produto estiver pronto vamos ter que visitar junto com a empresa que está a fazer o trabalho, reunir o município, apresentar ao município e eles vão dizer se aceitam ou não. Se eles derem o ok, aí sim o projecto avança, esse é o termómetro. Assim que tem funcionado.

8 – Que instrumentos são usados nos plenários nos municípios?

R: Tem vários, por exemplo, cada acção ou projecto sugere um. Tem consulta pública e outros e a copulação vai colocando um elenco de necessidades. Por exemplo, imagina você chegar e perguntar: o que vocês precisa? vem um calhamaço de coisas, de tudo. Ai essas coisas são discutidas e quando estiver tudo bom para todo o mundo a gente parte para frente. Agora, se não tiver isso o nosso financiador não aceita o produto e nem o ministério. Então é saudável mas tem um preço, atrasa o processo porque tem que rever algo mas isso é um processo democrático, é uma coisa boa para o estado e turismo geral.

9 – Como é que podemos ter acesso a informações sobre os projectos?

A gente tem uma coisa boa que é fazer o dever de casa. O BID vem aqui e faz uma avaliação e no final indica o que precisa para a próxima avaliação. Neste momento não é possível dar essas informações porque o BID está fazendo a avaliação das informações que compõem os projectos.

Nós criamos uma estratégia de disponibilizar esses dados através de um Observatório. O estado do Pará na área do turismo tem feito alguns estudos nos polos. Os estudos estão disperso, é preciso fazer pesquisa da demanda nacional, emissivo, receptivo, uma série de estudos que precisam ser feitos e que compõem o nosso programa. Então todos esses estudos criamos uma acção que se chama Observatório Estratégico do Turismo que tem um componente físico que a criação de 3 núcleos. 1 núcleo em Belém, 1 no Tapajós e 1 no Marajó. Só que esta questão física ela vai envolver a questão da gestão, por exemplo, as obras e restauros patrimoniais que vão ser feitas nesses polos vão ser ocupados por esses núcleos, ou seja, nós vamos reformar um palácio lá em Ponta de Pedras, esse palácio já vai sediar um espaço do Observatório. Em cada polo vai ser criado um núcleo de pesquisa e esses pesquisadores vão colectar as informações que já temos e disponibilizar online. Estamos fazendo parceria com o IDESP para realizar as pesquisas, e com o PRODEPA para que eles possam criar um portal para alojar as informações. Tudo o que está sendo produzido por nós no programa e pelas próprias secretarias vai

ser disponibilizado. Nós queremos criar uma ponte entre a academia, o trade e as instituições públicas e privadas para que todo o mundo tenha acesso a essas informações, para que o município possa planejar pautado nessas informações.

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas - Angel Eventos (Privado)

Local: Belém

Data: 29/04/2011

Entrevistado: Ângela (Angel Eventos)

Entrevistador: Arlete Moraes

1 - Como é que a Angel Eventos interpreta o rio no contexto patrimonial e cultural?

R: Nós pensamos o rio como património, sempre pensamos. Quando eu coloco na programação de um evento o River Tour que a gente usa muito aqui, ao contrário de um passeio de baía, o que eu quero mostrar a essas pessoas que vêm para o evento é a dicotomia que há entre a cidade com todos os serviços e a vida dos ribeirinhos que vivem na beira do rio. A vida do ribeirinho, das pessoas que moram na margem do rio é totalmente diferente da minha.

2 - É uma dualidade?

R: Quando a gente quer mostrar que Belém apresenta um cenário diferenciado, eu atravesso para a ilha do Combu com o grupo, faço um almoço ou fim de tarde num restaurante que a gente chama de Ecológico e desse lado a gente mostra o outro lado de Belém vista desse lado do rio.

3 - Existe outras actividades que tenham o rio como foco?

R: Depende muito do evento. Temos eventos especificamente para quem trabalha no turismo que é completamente diferente de um congresso. É importante registrar que eu não sou uma agência, nunca quis ser uma agência. Sempre fui uma empresa de eventos. Então o meu lado profissional, do meu sócio e marido e de professores nos encaminhou para isso. A gente percebe muita diferença sim. Quando a minha empresa faz um determinado evento para área médica ou outra que não especificamente ligada ao turismo, o direcionamento que é dado eu só recebo críticas...

4 - Em termos de organização aqui em Belém há carência de formação?

R: Muito. Apesar de eu ter ministrado durante 20 anos a disciplina de planeamento e organização de eventos na federal. Eu dou a mão a palmatória porque eu não consigo fazer perceber. Eu sempre digo que você só consegue aprender evento, fazendo eventos porque difere muito. Tem que ver na prática.

5 - Como é que você vê a promoção da cidade de Belém?

R: Hoje muito fraca infelizmente. Me sinto muito a vontade para criticar porque sempre fui técnica e nunca fui política assumi os cargos todos, fui directora de marketing por um certo tempo na Paratur e cumpri o meu papel. Acho que representei e fiz o estado ser representado, conseguimos com que ele desse um salto de promoção porque a função da Paratur é única e exclusivamente promover o estado internamente e externamente, acho que a gente fez isso mas isso não teve uma continuidade. Nunca teve uma continuidade entre o estado e o município. Uma coisa é você vender o Pará como um todo outra coisa é vender a capital e a capital ela sempre foi enjeitada. É muito difícil o município buscar recurso lá fora, depende de uma série de contingências, de prefeitos, de secretários. A Belemtur ela não respira sozinha quando deveria, ela é uma Coordenadoria, estamos sempre falando da hierarquia. Você viu o quanto de atractivo essa cidade tem.

6 - Considera que de facto a cidade se está a abrir para o rio ou não?

R: Quando nós abrimos as janelas elas foram abertas não só no projecto Feliz Lusitânia mas também na manutenção e conservação da Estação das Docas. Enquanto esses galpões ficaram anos fechados, agente vivia de costas e muito apesar de a gente ter a baía ali na nossa frente. Precisou um cara que é arquitecto tido até meio maluco que foi trabalhar a questão da radicalização, e que continua nesse governo que é o Paulo Chaves. Fizemos várias homenagens a ele por ele ter essa visão; não precisa derrubar para criar, para acontecer, mais ou menos a filosofia de Barcelona. Isso nos facilitou muito porque quando você entra na estação e você leva um grupo de pessoas de fora e diz assim; eu tenho desse lado toda a natureza, toda a grandiosidade da baía mas em compensação desse lado daqui eu tenho diversos atractivos e bem ali é o meu hotel. Então existe uma sequência e um complemento mas ainda não é suficiente.

7 - Como é que você apresenta a identidade ribeirinha da cidade?

R: Eu tenho um conceito diferente de quem trabalha com o receptivo e eu te darei uma outra resposta. Essa questão de eu levar o meu grupo de eventos para ver o povo ribeirinho é no sentido de mostrar para ele que nós estamos num ecossistema mas que a gente não mora em baixo da palhoça, nós temos (que desmistificar que na Amazónia não é tudo selvagem), isso mexe muito com a gente. Nos eventos quando não tinha muita internet e se usava mais o telefone as pessoas perguntavam (mas tem ar condicionado, tem táxi na cidade...) coisas assim. Quer dizer, a ideia que se tem que seja Belém. Hoje diminuiu um pouco mas a gente ainda percebe que existe uma desinformação e eu não aceito muito isso. Como é que eu sei a geografia dos EUA, onde fica Flórida...há uma falta da promoção turística. Isso é um hiato que se teve infelizmente nos últimos 4 anos. Nós fomos para dentro da gaveta. Jogou-se fora todo o trabalho feito anteriormente. É o problema da continuidade, da descontinuidade administrativa politica que o estado infelizmente passa. Enquanto o estado ficou reprimido, infelizmente Belém não subiu apesar de todo o esforço que a Belemtur fez e o trabalho do Kayat. Ele é uma pessoa que se esforça mas ele tem muitas limitações. Principalmente de acções porque ele é uma Coordenadoria e ele depende da vontade do prefeito.

8 - Qual é a imagem que o turista leva de Belém, do rio?

R: O oposto do que a gente acabou de falar. Ele nunca imaginou que tivesse essa baía na frente. Como a repórter falou, esse comparativo (esse mar de gente no Círio e esse mar de rio que é a baía). Quando ele (turista) chega no aeroporto eu faço questão de colocar

peças capazes que falam idiomas, que sabem informar sobre a cidade. Normalmente trabalho com estagiários da universidade e outras faculdades que vão apanhar as pessoas principalmente os palestrantes. O menor tempo de voo (directo) de uma cidade para cá é de 3h do Rio, então eles já vêm tensos e não sabem o que vão encontrar apesar de todas as informações da internet, as informações que são passadas pela empresa que faz o evento ou pela própria entidade que patrocina. As pessoas as vezes não são muito ligadas nisso. Isso acontece em várias categorias profissionais e que não tinham a menor ideia. Eles voltam com uma outra fotografia e voltam com vontade de voltar e trazer outras pessoas.

9 - Para quando o rio como actor principal da cena?

R: Eu acho que ele não é o actor principal da cena quando a gente vende Belém infelizmente. Essa é uma pergunta difícil de te responder porque hoje o que a gente vende de Belém? Além do nosso Círio que é o nosso cartão postal com a questão do turismo religioso, a nossa comida, ela está quase que encostando no Círio, eu mesma vou fazer um evento gastronómico 3 dias antes do Círio para aproveitar a demanda que vai estar aí e a arquitectura também. Essa reforma que Belém passou, a reestruturação dos equipamentos, o aumento da hotelaria, a questão da copa mexeu muito com a gente, por agente ter perdido a sede. A gente tem que vender a região.

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas - CIVIVA

Local: Belém

Data: 29/04/2011

Entrevistado: Dulce Rocque

Associação de moradores do bairro da cidade Velha

Entrevistador: Arlete Morais

O paraense morre de vergonha de viver na Amazônia. Ele não vai mostrar nunca a mata, a floresta o rio, tanto que só tem um barco que faz o passeio no rio e que além de tudo custa um dinheirão e é as cinco horas da tarde. Se tu quiseres passear durante o dia é muito difícil de encontrar. Esse é o problema principal, eles ignoram o rio, não gostam. Depois tem uma outra coisa que é culpa dos portugueses. Quando foi fundada Belém, fizeram ela de costas para o rio. Então naquele tempo 1600/1770, no período da construção das casas em Belém já não estavam mais afazendo aquelas moradas. Quem tinha morada, tinha morada mas não estavam construindo novas. Mas aí a idade foi construída praticamente de costa para o rio. Tu vês aqui de frente da minha casa, as casas não estão de frente para o rio, elas estão de frente para cá, só os fundos. Uma coisa de 5 máximo 10 anos, o Ver-o-Rio, aquela pracinha foi a primeira feita pelo Edmilson (prefeito) e começaram já loguinho mas não tinha nada. Tu vês aqui a Casa das 11 Janelas é de costas para o rio., é tudo de costas para o rio. O problema principal é esse, a gente acha que é uma cabouque, que é uma coisa ridícula, que envergonha. O nosso povo se envergonha de viver na Amazônia.

1 - Como é que a senhora define Património?

Património é tudo aquilo que me conta uma história, que me trás uma lembrança do passado seja material ou imaterial, histórico ou arquitetónico. A palavra em si quer dizer um bem. Esse bem que pode ser de vários tipos é uma coisa que vem do passado.

2 - A senhora conhece algum plano para desenvolver o turismo?

Não, primeiro que tudo a minha briga é o conhecimento das leis. Se tu trabalhas num determinado sector tu tens que conhecer uma série de leis para fazer um trabalho direito. Aqui todos ignoram a lei. A primeira lei principal que eles ignoram é uma de 94 que exige a salvaguarda do nosso património, a preservação, a defesa. Ninguém nem da FUMBEL de nenhum lugar, principalmente a FUMBEL porque ela é aquela que é responsável pela programação cultural da cidade e não faz.

3 - A CIVIVA trabalha mais o património edificado?

Na verdade não é essa a nossa competência. Em geral é a defesa do bairro contra a violência, contra o degrado e principalmente contra a violência. Foi-se desenvolvendo principalmente por culpa minha a questão do património edificado porque está muito abandonado. Nós por exemplo na parte do cultural estamos contra uma série de abusos e de demagogias que chamam de património cultural. Não tem nenhum património que se chama arrastão. Arrastão é coisa de ladrão! Então o Arraial do Pavolagem quando vem aqui e faz o arrastão, ele depreda meu património. Então eu não quero tombar Arrastão nenhum, é uma coisa policial. Dez mil pessoas vêm aqui me quebram a praça, me acabam com a grama e ninguém repõe depois.

4 - Então usam o Arraial da Pavolagem como pretexto para outras práticas?

Não é feito propositado. O que acontece é que eles fazem uma defesa do nosso património cultural muito interessante. Mas o que não é correto é que eles estão-se mancando disso já porque eu demonstrei para eles que uma reunião com 100/200 pessoas é uma coisa, mas agora eles arrastam 10 mil pessoas. Com essas 10 mil vêm mais de 500 ambulantes que vem para vender cerveja. Então, quando acaba a manifestação as 15h da tarde, o povo fica bebendo cerveja até as 22h da noite. Urinam, acabam com a grama, gritam, atrapalham a vida do povo. Eu estou conversando isso com eles para eles se mancarem, a polícia quer fechar o Arrastão do Pavolagem. Então, quando estas actividades crescem o que acontece? Aumenta o número de gente vira uma onda de delinquentes.

5 - Como é que a CIVIVA vê a forma como o governo do estado e municipal trabalha o rio?

Ninguém trabalha o rio, portanto ninguém vê nada. E o engraçado é que aqui na Cidade Velha todos os moradores são de fora. São das ilhas, do Marajó, a maior parte é de Ponta de Pedra, temos de Abaetetuba e Igarapé Mirim que moram aqui. Mas o governo se esquece desse detalhe. Por exemplo, tem os intelectuais e famosos de Belém que querem propor que a Cidade Velha se transforme num bairro boémio. Parte principal da Cidade Velha é o serviço que ela presta para a comunidade ribeirinha. Se tu prestares atenção as lojas todas são de material de pesca, construção, ninguém vem lá do Guamá ou da Batista campos fazer compra aqui. Isso aqui é para a população ribeirinha. Nós temos 70 ilhas que dependem da Cidade Velha, ninguém nem sabe disso.

6 - Existe uma identidade ribeirinha na cidade de Belém?

Existe, eu vejo e noto isso. Há toda uma realidade que existe aqui na Cidade Velha que a intelectualidade, os que querem decidir as vias de Belém não conhecem.

7 - Como é que se manifesta essa identidade?

Por exemplo tem uma procissão, teve a festa de aniversário de Ponta de Pedras todo o mundo foi para lá. Tinha quatro barcos viajando um atrás do outro lotados. Todas as festas, as comidas que eles trazem de lá, eles trazem açaí, eles bebem açaí o dia inteiros. Então os costumes das cidades do interior estão aqui na Cidade Velha, a ligação a igreja. Fora daqui não tem esse contacto e vivência da igreja daí a importância da igreja da Sé, da igreja do Carmo e de São Joãozinho na população. Existem grupos de trabalho, é muito presente a religiosidade aqui, isso não tem fora daqui.

8 - Como é a convivência entre a população que vive na Cidade Velha de “cima”¹⁶ e a Cidade Velha “baixa”?

Aquilo ali batia água. Quando teve um incêndio, ali era um trapiche e tinha um posto de gasolina que abastecia as barcas dos ribeirinhos. Teve um incêndio em 1975. O vigia era de Igarapé Mirim e quando dono faliu, ele trouxe a família e começou a população de Igarapé Mirim a instalar-se aí. É um antro de delinquentes, de ladrões e de assassinos. Todas as mortes que tiveram aqui na praça têm a ver com o pessoal aí da baixada. Eles é que roubam e correm para lá. O desespero das pessoas sérias que estão lá, porque tem gente séria cerca de 30% a 70%. Então eles correm e jogam o fruto dos furtos debaixo das casas. Tem algumas pessoas que a gente tem contacto.

9 - O que a senhora sabe ou pensa do que a prefeitura possa estar a trabalhar aqui no bairro?

Ela não está a trabalhar, fui eu que trabalhei. Tem muitas crianças que passavam o dia inteiro aqui na praça. A essa hora era um inferno de gritaria, subir na árvore, quebrava palmeira, isso e aquilo, m verdadeiro inferno. Ai fizemos um acordo como o museu MAB e organizamos umas oficinas de manhã e de tarde para tirá-las (40) da rua quando não estivessem na escola. A obrigatoriedade para continuar a frequentar era ser promovido de ano. Sabe quantas crianças tem agora em 3 anos? Sete! Então o único trabalho que foi feito é esse, organizado por mim.

10 - Como é que está a Cidade Velha? Ela está preservada?

Não, absolutamente. Teve um projecto do ministério chamado Monumenta. Em 2008 eu chamei o pessoal do Monumenta para dar uma explicação, vieram 50 pessoas da Cidade Velha. Todas informações foram feitas e apresentaram 50 projectos. O pessoal ficou louco de alegria porque normalmente só apresentam 3 ou 4 pedidos. Desses 50, 44 eram da Cidade Velha e 6 eram da Campina. Disseram que dentro de 3 meses começavam o projecto, o pessoal acredito e mudaram a té de casa para deixar tudo pronto para se fazer as obras. Acontece que a desonestidade e incompetência é uma coisa horrorosa. Disseram para o povo que eles podiam modificar a casa mas esse dinheiro era somente para pintar a fachada, consertar o telhado e mudar e actualizar a fiação eléctrica, só isso.

¹⁶ Pode-se dizer que o bairro se divide em dois sendo a parte de cima a dos casarios e a parte baixa a favela

Aí começaram a levar os documentos e os prazos começaram a alargar e nisso se passaram meses para o órgão público perceber que ninguém tinha documentação da casa porque eram heranças e nunca foram mudados os nomes de pai para filho porque custa 7 mil reais. Então quem fez o pedido ou a viúva ou os filhos não podiam demonstrar (propriedade). Pelo que eu sei 6 ou 7 pessoas chegaram até ao fim.

No ano passado (2010) (fev/mar) chamaram essas pessoas para depositarem 1mil reais na conta porque iriam depositar o dinheiro do projecto. As pessoas fizeram isso mas depois de um mês o dinheiro não apareceu na conta e começaram a solicitar, a resposta foi para ir esperando e mês passado (março) telefonaram da FUMBEL dizendo que não ia sair dinheiro nenhum porque a presidente tinha bloqueado o dinheiro. Mentira, não foi porque ela bloqueou, eles que não pediram actualização e o Monumenta tinha acabado em 2009

11 - A Cidade Velha e o bairro Campina foram tombados pela União. Qual o seu comentário sobre o assunto?

Terrível! Todos querem saber o que vai acontecer porque se para eles concertarem a minha casa eu tenho que demonstrar que sou a dona vai ser a mesma coisa que o Monumenta. Ninguém pode demonstrar, ninguém tem esses 7 mil reais para fazer a passagem de propriedade. Todos queremos saber o que é que vai melhorar na nossa vida porque por enquanto quem mora na Cidade Velha ou na Campina simplesmente é um vigia, é um guardião do património. Nós não podemos fazer um banheiro, fazer uma suite. Todo mundo quer fazer uma suite, não pode porque não pode modificar casa velha. Em troca de quê eu tou tomando conta? Que prazer eu tenho em morar num património se quem decide o que tenho que fazer na minha casa mora num edifício e tem uma suite. Eu que tou cuidando do património não tenho isenção de IPTU. Então está todo o mundo querendo saber quais vão ser essas vantagens.

12 - A CIVIVA ou a comunidade aqui do bairro participou nesse processo?

Não. Eu estava para a Europa e quando voltei li nos jornais a notícia que iam tombar partes da Cidade Velha e quem quisesse dizer alguma coisa tinha 15 dias para falar. Já estava acabado o processo, já estava publicado no diário oficial. Eu reclamei por email para o IPHAN. Eles perguntaram se era uma proposta ou reclamação. Eu disse que era uma reclamação porque nós não fomos ouvidos nem cheirados e não sabemos que benefícios isso vai trazer para nós. Eles sabem que esta é a única associação que tem aqui e que me preocupo com isso e estou em constante contacto com IPHAN. Então como é que nunca vieram falar sobre isso? Eles me disseram que estas práticas estão 20 anos em andamento.

13 - Qual a sua opinião sobre o turismo aqui no bairro?

A Cidade Velha para o turista, a PATATUR e BELEMTUR se resume alia a Praça da Sé, é só aquilo ali. Você nunca ouviu falar da Praça do Carmo e do Arsenal. O Mangal é outra coisa, nem parece que está na Cidade Velha. Não existe por exemplo um tour das obras do Landi, não tem o turismo religioso e nem um turismo intelectual arquitetónico para mostrar a arquitectura, os azulejos da Cidade Velha e as igrejas do Landi.

14- O que a senhora pensa dos roteiros Geo-Turísticos da UFPA?

A universidade não tem essa competência, eu acho que é fraquinho, precisa melhorar, precisam ler para falarem melhor. Também não é bem visto por quem trabalha no sector.

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas - Comunidade local

Local: Bairro da Cidade Velha

Data: ___/___/___

Entrevistado:

Idade:

Entrevistador:

1. Você sabe o que é turismo?
2. Conhece ou já ouviu falar do plano para o desenvolvimento do turismo? O que sabe?
3. Sabe o que é patrimônio?
4. Do quadro indique o que você considera patrimônio.

Rio	Círio de Nazaré	Ver-o-Peso	Museu Histórico do Estado do Pará
Carimbó	Forte do Castelo	Praça do Relógio	Açaí
Urubu	Tacacá	Bairro da Cidade Velha	Teatro da Paz

5. Se sim, porquê? Se não, porquê?
6. Conhece algum projecto para a proteção do rio como patrimônio cultural de Belém?
7. O que pensa sobre a sua preservação?
8. Conhece o centro histórico de Belém?
9. Considera-o importante para a preservação da história da cidade? Porquê?
10. Que espaços você costuma visitar?

Feira do Açaí	Museu de Arte de Belém (MAB)	Praça Frei Caetano Brandão	Casa das Onze Janelas
Ver-o-Peso	Pólo Joalheiro	Museu do Círio	Catedral da Sé
Igreja de São João	Forte do Castelo	Museu de Arte Sacra	Mangal das Garças

Batista			
---------	--	--	--

11. Com que frequência os visita. Semanal, mensal e anual?

12. E o rio? Considera-o património? Se sim, em que medida? Se não, porquê

Comunidade local – moradores do Bairro da Cidade Velha	Sim	Não	Não sabe / Não Responde
1. Você sabe o que é turismo?	2	1	
2. Conhece ou já ouviu falar do plano para o desenvolvimento do turismo? O que sabe?	1	1	1
3. Sabe o que é património?	2		1
4. Do quadro indique o que você considera património:			
Rio	1	1	1
Círio de Nazaré	1	1	1
Carimbó	1	1	1
Urubu	1	1	1
Forte do Castelo	1	1	1
Tacacá	1	1	1
Ver-O-Peso	1	1	1
Praça do Relógio	1	1	1
Bairro da Cidade Velha	1	1	1
Açaí	1	1	1
Museu Histórico do Estado do Pará	1	1	1
Teatro da Paz			
5. Se sim, porquê? Se não, porquê?			
a) Cada património deste que está aqui representa um todo, a história, bravura de um povo;			
b) Porque pertence a todos nós.			
c) Não responde			
6. Conhece algum projecto para a proteção do rio como património cultural de Belém?	1	1	1
Comunidade local – moradores do Bairro da Cidade Velha	Sim	Não	Não sabe / Não Responde

<p>7. O que pensa sobre a sua preservação?</p> <p>a) Está sempre limpo;</p> <p>b) É fundamental. O rio está péssimo, não existe nenhum projecto de preservação dos nossos manguezais.</p> <p>c) Não responde</p>			
<p>8. Conhece o centro histórico de Belém?</p>	1	1	1
<p>9. Considera-o importante para a preservação da história da cidade? Porquê?</p> <p>a) Sim para conviver;</p> <p>b) O centro histórico resume todos os elementos necessários para percebemos como Belém começou, as nossas tradições culturais e religiosas;</p> <p>c) Sim porque sem esse centro muitas coisas vão desaparecer, os costumes, a tradição. Belém é uma cidade histórica. Muita coisa saiu de Belém, a Cabanagem, o Teatro da Paz onde começou a cultura.</p>			
<p>10. Que espaço costuma visitar?</p>			
Feira do Açaí	2		1
Museu de Arte de Belém (MAB)			3
Praça Frei Caetano Brandão	2		1
Museu do Círio			3
Casa das Onze Janelas			3
Forte do Castelo	2		
Catedral da Sé	2		
Pólo Joalheiro	1		2
Igreja de São João Batista			3
Ver-o-Peso	1		2
Museu de Arte Sacra	1		3
Mangal das Garças			2
<p>11. Com que frequência os visita?</p> <p>a) Semanalmente;</p> <p>b) Uma vez por mês;</p> <p>c) Não responde.</p>			

12. E o rio? Considera-o património? Se não, porquê?

- a) Sim, não mudou quase nada;
- b) Tá aí até hoje. Nunca se toma banho aqui na Cidade Velha, já morreram algumas pessoas aí. Aqui é só para viajar, passear, os barcos trazem peixe de fora, essas coisas;
- c) O nosso rio é o património hídrico não do paraense mas da Amazônia como um todo.

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas – Comerciantes e Portos

Local: _____ Bairro _____ da _____ Cidade _____ Velha

Data: ___/___/___

Entrevistador: _____

1. Você sabe o que é turismo?
2. Conhece ou já ouviu falar do plano para o desenvolvimento do turismo? O que sabe?
3. Sabe o que é património?
4. Conhece algum projecto para a proteção do rio como património cultural de Belém?
5. O/A senhor/a mora na Cidade Velha ou apenas trabalha?
6. Há quanto tempo o senhor/a trabalha no centro histórico de Belém?
7. O que pensa sobre a sua preservação?
8. O tombamento do centro histórico de Belém influencia o seu negócio?
9. Considera-o importante para a preservação da história da cidade?
10. Do quadro indique o que você considera património.

Rio	Círio de Nazaré	Ver-o-Peso	Açaí
Carimbó	Forte do Castelo	Bairro da Cidade Velha	Museu Histórico do Estado do Pará
Urubu	Tacacá	Praça do Relógio	Teatro da Paz

11. Se sim, porquê? Sem não, porquê?
12. Além do trabalho, costuma visitar o património da Cidade Velha?
13. Com que frequência os visita. Semanal, mensal e anual?
14. Qual a sua relação com o rio?

15. O/A senhor/a faz algúm uso do rio? Qual?
16. Considera-o património? Se sim, porquê? Se não, porquê?

Comerciantes / Portos	Sim	Não	Não sabe/Não responde
1. Você sabe o que é turismo?	9		
2. Conhece ou já ouviu falar do plano para o desenvolvimento do turismo? O que sabe?	3	5	1
<p>3. Sabe o que é património?</p> <p>a) Património é muito mais que um período histórico, pode ser a vivência das pessoas, o quotidiano. O Ver-o- Peso é um património e tudo o que acontece lá também é património imaterial;</p> <p>b) Seria algo que a população adquiriu ao longo do tempo. Tanto físico (prédios) como na cultura material e imaterial;</p> <p>c) É a identidade do lugar;</p> <p>d) Seria preservar as benfeitorias que os colonizadores trouxeram para cá;</p> <p>e) Não sei explicar isso aqui seria património? (referindo-se ao seu bar);</p> <p>f) Sim existe dois tipos: o pessoal (imóveis), o que a pessoa tem de riqueza e o património do governo, onde tá incluído o património histórico;</p> <p>g) É um bem material que alguém possui;</p> <p>h) Tem vários patrimónios, as casas antigas que servem para identificar uma cidade, a história dela;</p> <p>i) Património são essas construções antigas da Cidade Velha, é património histórico, cultural, a gastronomia, cerâmica marajoara, os casarões;</p> <p>j) É tudo principalmente o Círio.</p> <p>4. Conhece algum projecto para a proteção do rio como património cultural de Belém?</p> <p>Todos os entrevistados dizem desconhecer algum projecto neste sentido (10).</p> <p>5. O/A senhor/a mora na Cidade Velha ou apenas trabalha?</p> <p>a) Venho trabalhar e passo os fins-de-semana aqui também (1);</p> <p>b) Só trabalha; (3);</p> <p>c) Vive no centro histórico; (2);</p> <p>d) Vive e trabalha (4)</p> <p>6. Há quanto tempo o senhor/a trabalha no centro histórico de Belém?</p> <p>a) A loja tem 70 anos, trabalho há 50 anos;</p> <p>b) A loja tem 20 anos;</p> <p>c) 50 anos;</p> <p>d) 1 ano</p> <p>e) 20 anos;</p> <p>f) 3 anos;</p> <p>g) 9 anos;</p> <p>h) Mais de 10 anos;</p>			

i) 7 anos.

7. Conhece algum projecto para a protecção do rio como património cultural de Belém?

Todos os entrevistados dizem desconhecer algum projecto neste sentido (10).

8. O que pensa sobre a sua preservação?

- a) Não vejo alguma protecção, ele tá ao Deus da dará. Que eu saiba nem limpeza tem. Há uns anos atrás faziam escavações, uma drenagem;
- b) Acho que poderia ser feito um trabalho de educação do povo para que não jogassem resíduos no rio;
- c) Eu penso que ele não é preservado do jeito que deveria ser. Não tem uma preocupação do governo em passar isso para o povo;
- d) Muito importante, o rio não está preservado;
- e) Preservação é importante, o rio daqui acho que não ta preservado;
- f) Não está preservado porque Belém não te, tratamento de esgoto. Para tentar minimizar seria trabalhar nos Igarapés onde o esgoto cai;
- g) Acho que está muito sujo, as pessoas deviam evitar jogar o peixe e o lixo no rio;
- h) É importante preservar porque estas pessoas se beneficiam do rio. Os ribeirinhos têm o rio como fonte de vida, de sustento. O rio não está preservado porque as pessoas jogam muito lixo;
- i) Preservação se tem não se escuta falar.

9. O tombamento do centro histórico de Belém influencia o seu negócio?

- a) Não muito, manteve (4) houve uma conversa no tempo do Edimilson (ex Prefeito de Belém) sobre as carros passarem aqui, iam proibir a passagem de carros pesados mas não houve isso;
- b) Sim (2);
- c) Sim, ainda influencia. Aqui vendemos fogo-de-artifício, os produtos da loja combinam com as festas Juninas. Em época de férias as pessoas passam por aqui e levam os fogos, as havaianas, redes, chapéus de palha. Estamos perto dos 2 portos;
- d) Influencia sim, se não houvesse estes museus eu não teria clientes. Vem gente de fora.

10. Considera-o importante para a preservação da história da cidade?

- a) Sim porque através disso vai-se preservar mais;
- b) Sim muito importante;
- c) Sim para manter a imagem da história da Cidade Velha;
- d) Sim o centro histórico deveria ser mais cuidado pelos responsáveis;
- e) Sim com certeza. Em qualquer lugar do mundo a preservação da história da cidade e

- muito importante;
- f) É muito importante manter a memória do Estado que faz parte da história do nosso país;
- g) Sim porque infelizmente são poucas as pessoas que visitam para ver a arquitectura antiga, isso atrai o turismo;
- h) Sim porque esse tombamento vai gerar leis que vêm padronizar a forma como se vai restaurar os casarões antigos e evitar o abandono

11. Do quadro indique o que você considera património	Sim	Não	Não sabe/não responde
a) Rio	6	4	
b) Círio de Nazaré	6	4	
c) Ver- o Peso	8	2	
d) Açai	5	5	
e) Carimbó	5	5	
f) Forte do Castelo	9	1	
g) Bairro da Cidade Velha	9		
h) Museu Histórico do Estado do Pará	9	1	
i) Urubu	2	8	
j) Tacacá	4	6	
k) Praça do Relógio	6	4	
l) Teatro da Paz	9	1	

12. Se sim, porquê? Se não, porquê?

Sim

- a) Conhecimento/hábitos de consumo que fui adquirindo ao longo do tempo. As construções constituem a paisagem;
- b) Trazem valor para a história do estado, representam o povo do Pará;
- c) Sim porque são lugares que são património da cidade Belém, no caso o governo e a prefeitura são responsáveis pelos mesmos;
- d) Eles são a identidade daqui do Pará, é a cultura do Pará;
- e) Porque património não é só a questão da parte histórica. É a vivência, comportamento que vêm e que vão. O Urubu é fundamental.
- f) Talvez por preconceito, ligar Urubu à sujeira;
- g) O Urubu não porque ele está lá por questão de limpeza e higiene que não tem;

13. Além do trabalho, costuma visitar o património da Cidade Velha?

- a) Sim porque as pessoas antes de entrar perguntam o que tem lá dentro e eu tenho que explicar tudo (dona da banca de coco) frente do Forte do Presépio – Museu do Encontro;
- b) Sim (6);
- c) Não (2).

14. Com que frequência o visita. Semanal, mensal e anual?

- a) Semanal (1)
- b) Pelo menos 2/3 vezes por mês para saber o que tem de novo ou diferente dentro do Forte do castelo para dizer as pessoas (dona da banca de coco);
- c) Mensal (4);
- d) Anual (4)

15. Qual a sua relação com o rio?

- a) O rio faz parte da gente. É bom ter moradia na beira do rio e ver a água batendo;
- b) Pessoalmente não tenho uma relação com o rio mas para a cidade de Belém é muito importante;
- c) Não temos, só apreciar;
- d) Não tenho uma relação directa com o rio (2);
- e) O rio é muito importante para o meu trabalho, visto que trabalho com portos (/fluviais)
- f) É difícil de explicar, estamos tão acostumados que a gente já não nota. Sempre vi o rio desde que nasci. Acho bonito pela largura, extensão;
- g) Gosto de apreciar o rio na Casa das 11 Janelas. Tomo banho em Mosqueiro;
- h) Actualmente só como paisagem mas já usei muito quando era menor. Na maré cheia íamos tomar banhos.

16. Faz algum uso do rio?

- a) Antigamente tinha uma lancha e andava pelas ilhas por lazer. Não faço uso, só para viagem às vezes, faz muito tempo que não viajo;
- b) Não, já fiz quando tinha não tinha ponte para Mosqueiro,
- c) Ultimamente não, mas meus clientes sim;
- d) Difícil também, uso para me divertir, tomar banho nas praias das ilhas próximas a Belém;
- e) Só uso o rio por causa da viagem de barco para ir para o interior;
- f) Apenas para atravessar para Cotijuba, Barcarena, Abaeté e Marajó;
- g) Não, só observo;
- h) Para viajar para outros municípios;
- i) Sim, ver o rio e ir a banhos.

17. Considera-o património? Se sim, porquê? Se não, porquê?

- a) Sim ele pertence a todos nós;
- b) Sim (2)
- c) É uma característica peculiar aqui, esse rio é diferente em extensão. Faz parte da paisagem, é património natural;
- d) Não
- e) Sim porque é um ponto importante da cidade onde os turistas costumam visitar portanto deveria ser mais cuidado, sim porque pertence a todo o mundo;
- f) Sim porque ele faz parte da minha história desde pequeno em que eu ia pescar no Ver-o-Peso e tomar banho. Actualmente serve para contemplar a paisagem e transporte.

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas – Utilizadores dos Portos

Local: Bairro da Cidade Velha

Data:

Entrevistador:

1. Você sabe o que é turismo?
2. Conhece ou já ouviu falar do plano para o desenvolvimento do turismo? O que sabe?
3. Sabe o que é património?
4. Do quadro indique o que você considera património.

Rio	Círio de Nazaré	Ver-o-Pêso	Açaí
Carimbó	Forte do Castelo	Praça do Relógio	Museu Histórico do Estado do Pará
Urubu	Tacacá	Bairro da Cidade Velha	Teatro da Paz

5. Se sim, porquê? Se não, porquê?
6. Conhece algum projecto para a proteção do rio como património cultural de Belém?
7. O que pensa sobre a sua preservação?
8. Porque é que o senhor/a utiliza o rio?
9. Com que frequência vem de barco para Belém? Tem outra alternativa?
10. Qual a sua relação com o rio?
11. Considera-o património? Se sim, porquê ? Se não, porquê?
12. O senhor/a sabe que este porto está no centro histórico de Belém? Já o visitou?

Utilizadores dos Portos

1. Você sabe o que é turismo?

- a) Acho que turismo é a pessoa ir em busca de algo para passear, para trabalhar mas acima de tudo é uma descoberta;
- b) Sim as pessoas que ficam fazendo turismo como ali no Ver-o-peso ficam visitando a paisagem, o mar (rio) baía do Guajará, as ilhas;
- c) Olha, na minha linguagem é passear, divertimento porque tem vários tipos de turismo;
- d) Turismo é uma forma das pessoas terem lazer, explorar paisagens de um determinado local. Belém é uma cidade rica em arquitectura antiga, muito rica em turismo;
- e) Sim o turismo pode ser uma fonte de renda para o município e comunidades;
- f) Acho que é uma forma de passeio;
- g) Eu acho que é quando as pessoas vêm de outro país para conhecer as nossas cidades;
- h) Mais ou menos, eu acho que é quando as pessoas vão de um lugar para outro para conhecer;
- i) É passear, conhecer outros lugares;
- j) Para mim é quando a gente vai conhecer os lugares mais visitados de uma cidade.

2. Conhece ou já ouviu falar do plano para o desenvolvimento do turismo? O que sabe?

- a) Já ouvi falar mas não sei detalhes;
- b) Não (8);
- c) Falar eles fala mas na realidade não cumprem, só superficialmente;
- d) Não mas não acredito que tenha. Só construíram o Hangar, as Docas e a Orla é tudo para o turismo. Só sei dos lugares que constroem;

3. Sabe o que é património?

- a) É algo que é seu, de posse. Pode ser individual, colectivo que faz parte de algo da cidade, património histórico que faz parte da do país, do estado;
- b) Pouquinho, a minha casa é o meu património;
- c) Deve ser um bem que pertença a uma determinada classe, indivíduo, povo;
- d) Sei é algo referente a um lugar, ambiente que é visitado numa cidade. Algo histórico;
- e) Escola, prefeitura, museus;
- f) Acho que é um bem material
- g) Não (4)

4. Do quadro indique o que você considera património

- a) Rio (10)
- b) Círio de Nazaré (7)
- c) Ver-o-Peso (10)
- d) Açaí (9)
- e) Carimbó (10)
- f) Forte do Castelo (10)
- g) Praça do Relógio (10)
- h) Museu Histórico do Estado do Pará (10)

- i) Urubu (6)
- j) Tacacá (7)
- k) Bairro da Cidade Velha (9)
- l) Teatro da Paz (10)

5. Se sim, porquê? Se não, porquê?

- a) Porque são casas que caracterizam o estado do Pará;
- b) É uma coisa que a gente consome, visita, está lá é de todos nós;
- c) Sim porque é de todos nós, e não porque está em qualquer lugar;
- d) O rio é como se fosse a minha casa se eu não zelar por ele, ele pode-se degradar;
- e) Porque todas as classes sociais usufruem daquilo;
- f) São património porque representam Belém;
- g) Todos são património porque são importantes para quem quer conhecer mais sobre Belém;
- h) Eles têm um significado, têm um valor;
- i) Porque de alguma forma contam um pouco da história de Belém;
- j) Porque são lugares importantes e os outros porque são manifestações. Até o Urubu é porque faz parte de Belém. Ele é importante, ajuda a limpar a feira.

6. Conhece algum projecto para a proteção do rio como património cultural de Belém?

- a) Não conheço (8) * só vejo interesse financeiro. Por exemplo a orla só trouxe interesse financeiro tiraram os moradores de lá;
- b) Já ouvi falar um pouco sobre a proteção do rio, temos que cuidar do nosso rio, do ambiente;
- c) Eu sei que existe mas não sei explicar;

7. O que pensa sobre a sua preservação?

- a) Acho importante, trabalho com a preservação do ambiental na escola com crianças do 4º ano a gestão da água e poluição;
- b) Esse rio não está muito bom, não. Está em péssimas condições, muita poluição tem que ter mais cuidado com o rio;
- c) O rio não muito. Falta mais acções e medidas preventivas e educação e civismo para o povo não jogar o lixo;
- d) É muito importante preservar, trazem a história do nosso estado;
- e) Seria ideal que ele fosse preservado porque os rios são as nossas estradas. Deve ser preservado com consciência, não só a preservação das águas mas o que contém na água como por exemplo há espécies que já desapareceram;
- f) Penso que todos deveriam preservar porque senão os peixes podem morrer e isso ia prejudicar todo o mundo;
- g) Penso que é fundamental para contar um pouco a história da cidade;
- h) Acho que é muito importante a gente saber a história de Belém. O rio é muito importante porque muitos de nós sobrevivemos dele;
- i) Muito importante pois é preciso preservar tanto para os humanos quanto aquáticos;
- j) É importante demais, as pessoas deviam sempre manter o rio limpo porque jogam lixo nele muitas das vezes ele vai parar lá no nosso rio.

8. Porque é que / como é que o senhor/a utiliza o rio?

- a) Transporte (6);

- b) Viajar para ao interior e Belém, consumo da água, banho;
- c) Para minha sobrevivência, para me locomover, o que seria de nós sem o rio?;
- d) Para pescar (2);

9. Com que frequência vem de barco para Belém? Tem outra alternativa?

- a) 1/2 Mês* (4);
- b) Semana santa e férias;
- c) De 2ª a 6ª, ou ônibus;
- d) Quase todas as semanas. As vezes pela Alça Viária mas prefiro barco (2)*;
- e) Constantemente, umas 10 vezes ao ano é raro vir pela Alça Viária;

10. Qual a sua relação com o rio?

- a) Para me locomover, praias, diversão, pesca (3)
- b) Se não fosse por ele...além dele significar vida, esperança. “Eu seria incompleto se não tivesse rio”;
- c) O rio para mim é tudo eu não viveria sem o rio, não viveria não;
- d) Além de utilizar para transporte, falo do rio durante as minhas aulas já que eles (crianças) são ribeirinhos, isso é muito importante mostrar e falar de algo que faz parte da vida deles;
- e) Eu utilizo para quase tudo;
- f) Para tomar banho, passear de canoa, é muito bom viver bem pertinho do rio;
- g) Eu gosto muito de tomar banho nele, é como se ele fosse as nossas ruas.

11. Considera-o património? Se sim, porquê? Se não, porquê?

- a) É característica do Pará;
- b) Sim (2);
- c) É património do mundo (2);
- d) Considero sim, devemos cuidar do rio como cuidamos da nossa casa;
- e) Sim porque ele faz parte do nosso quotidiano, do dia-a-dia;
- f) Sim porque ele tem um significado muito grande para quem o utiliza seja para pesca ou transporte;
- g) Sim porque é dele que tiro o meu alimento, me desloco;
- h) Sim porque ele é muito utilitário para passeio, pesca, para se deslocar;

12. O senhor/a sabe que este porto está no centro histórico de Belém? Já o visitou?

- a) Já, gostei de ver que tem o centro histórico mas não gostam de ver a preservação (os outros)
- b) Sim mas ainda não visitei (2);
- c) Sim e já visitei o Forte do Castelo, Praça do Relógio, Praça do Carmo, Praça D. Pedro;
- d) Sim já visitei;
- e) Sim já visitei algumas praças, o Ver-o-peso;
- f) Sim, tenho vontade de ir a alguns museus mas ainda não deu tempo. Acho muito bonito o Forte do Castelo;
- g) Sim. Não infelizmente venho sempre com pressa a Belém e nunca tive oportunidade de

- visitar o Forte do Castelo, as igrejas;
- h) Não, não também eu só venho cá para ir ao médico;
- i) Sim posso afirmar que sim mas ainda não visitei

Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA

Roteiro de entrevistas – Turistas

Local: Bairro da Cidade Velha

Data: ___/___/___

Entrevistado:

Idade:

Origem:

Entrevistador:

1. Porque você escolheu Belém para visitar?
2. Quanto tempo vai ficar na cidade?
3. Que tipo de hospedagem está a usar?
4. Que actividades tem realizado na sua visita a Belém?
5. Conhece o património cultural de Belém?
6. O que já visitou?

Rio Guamá	Círio de Nazaré	Ver-o-Peso	Bairro da Cidade Velha
Teatro da Paz	Forte do Castelo	Praça do Relógio	Museu Histórico do Estado do Pará

7. Onde obteve informações?
8. Qual a sua opinião sobre os serviços nesses locais?
9. Teve oportunidade de passear pelo rio? Que actividade fez e como foi?
10. O que pensa sobre a preservação desse património?

Turistas – 16 entrevistados

1. Porque você escolheu Belém para visitar?

- a) Estou a fazer a descida do rio Amazona a até a foz;
- b) Estou a caminho do Algodual;
- c) Trabalha na Guiana francesa e aproveitou para conhecer Belém;
- d) Vim trazer duas amigas que não conheciam, mãe e filha;
- e) Vim conhecer o norte já conheço outras partes do Brasil;
- f) Para férias;
- g) Vim a trabalho;
- h) Sou de perto e gosto daqui;
- i) Porque gosto de visitar o Brasil, gosto de viajar e faltava Belém e Manaus;
- j) Já tinha vindo e soube das mudanças nas Docas, no Ver-o-Peso. Quis contactar as mudanças;
- k) É a 1ª viagem ao norte, sempre quis conhecer onde tudo começou na Amazônia;
- l) Falaram muito bem de Belém e parte da família é daqui.

2. Quanto tempo vai ficar na cidade?

- a) 10 dias
- b) 3 dias
- c) 2 dias
- d) 1 semana Belém / Marajó
- e) 1 semana
- f) 3 dias
- g) 2 semanas no Brasil, 3 dias em Belém
- h) 1 semana
- i) 8 dias
- j) 5 dias
- k) 3 dias
- l) 3 dias
- m) 2/3 dias

3. Que actividade tem realizado na sua visita a Belém?

- a) Praia (Icoraci), visitas ao Teatro da Paz, Bosque Rodrigo Alves, Praça da República, Shopping,
- b) Praia (Salinas) Visitas ao Ver- o Peso, Igreja da Nazaré, Praça da República
- c) Museu de Arte Contemporânea (11 Janelas), Praça da República
- d) Passeio pelo Centro Histórico e pela cidade em geral
- e) Museu de Arte Sacra e Forte do Castelo
- f) City Tour, ilha do Marajó (Soure, Salvaterra e Joanes)
- g) Docas, Teatro da Paz, Praça da República, Ver-o-Peso, “ Bairro” do Comércio
- h) Visita aos museus
- i) Visita ao património histórico
- j) Atravessar a baía em viagem de balsa para Soure e City tour
- k) Docas, Ver-o-Peso, Museu de Arte Sacra, Catedral da Sé
- l) Casa das Onze Janelas, Ilha do Marajó
- m) Pontos turísticos
- n) Percurso no centro histórico (Cidade Velha), visitar os museus, assistir a missa na Igreja da Sé, ir ao Ver-o-Peso

<p>o) Mangal das Garças p) Actividades culturais, iao ao Marajó, comer beber passear</p>				
<p>4. Conhece o património cultural de Belém?</p> <p>a) Sim já visitei a cidade outras vezes b) Sim falta o Forte do Castelo c) Não conhecia muito, sabia do Círio de Nazaré d) Conheço todos e) O Carimbó a Basílica f) Sim g) Mais ou menos h) Sim i) Só através de livros e revistas j) Sim k) Pouco l) Conheço de ouvir falar, conheço a história de Belém, de Caldeira Castelo Branco, o Círio, o forte mas ainda não vi nada. Apenas estudos m) Mangal das Garças e o navio das 11 Janelas n) Os museus</p>				
			Sim	Não
5. O que já visitou?		<p>a) Rio Guamá b) Círio de Nazaré c) Ver-o-Peso d) Bairro da Cidade Velha e) Teatro da Paz f) Forte do Castelo g) Praça do relógio h) Museu Histórico do Estado do Pará</p>	<p>5 3 13 11 7 9 8 8</p>	<p>11 13 3 5 9 7 8 16</p>
<p>6. Qual a sua opinião sobre os serviços nesses locais?</p> <p>a) Boa mas em alguns lugares deveria ter acompanhamento de guias; b) Boa, simpatia, acolhimento e boa vontade em fornecer informação; c) Normal, nada excepcional, nada ruim a pessoas é muito acolhedor; d) A higiene é boa, não tem informação nos locais, é entrar visitar e sair; e) Depende é boa; f) Espaços visitados excelentes, no hotel a higiene é má; g) Gostei, tive mais dificuldades em obter informação no hotel; h) Muito bom; i) Precária; j) Nos centros turísticos é boa mas não há tanta informação no geral; k) <i>Open mind</i>, disponíveis para indicarem/dar informação; l) A cidade não tem estrutura turística de identificação dos pontos; m) É muito bom; n) Boa; o) Bom; p) Bom.</p>				

7. Onde obteve informações?

- a) Através de guias turísticos e internet
- b) Internet
- c) Amigos e guia turístico
- d) Vou directamente aos lugares
- e) Guia de turismo e livro
- f) Internet (sites de empresas de turismo)
- g) Internet, colegas de trabalho e amigos de Belém
- h) Agências de viagem e amigos
- i) Internet
- j) Internet
- k) Lonely Planet, hotel
- l) Agência de viagens
- m) Guia Lonely Planet
- n) Internet
- o) Com a família

8. Teve oportunidade de passear pelo rio? Que actividade fez e como foi?

- a) Não tive oportunidade
- b) Sim, viajamos para o Marajó fez praia (Marajó)
- c) Sim descida do Amazonas (Tabatinga-Manaus-Santarém-Belém)
- d) Sim pescar (Yateclub)
- e) Sim a viagem para cá
- f) Ainda não, vou para o Marajó
- g) Passeio fluvial e viagem para Marajó
- h) Não
- i) Não pretendo
- j) Passeio pelas ilhas de Belém (provavelmente)
- k) Não
- l) Sim
- m) Não

9. O que pensa sobre a preservação desse património?

- a) Do que visitei está bem preservado
- b) Não tenho opinião formada, é a 1ª vez em Belém
- c) Têm que trabalhar mais, muitos turistas não respeitam
- d) Está preservado mas poderia estar mais
- e) É necessário trabalhar mais a preservação
- f) A preservação dentro do contexto é aceitável
- g) Tá no caminho, tão recuperando o que o tempo deixou
- h) Tem casas que deixam a desejar e alguns prédios
- i) Pouco preservado
- j) Carente a cidade Velha precisa ser melhor preservada preservação é boa, melhor que Macapá
- k) Muito boa, alta qualidade
- l) Boa
- m) Estão tentando preservar
- n) Boa

Local: Belém

Data: 29/04/2011

Entrevistado: Ângela

Entrevistador: Arlete Moraes

1 - Como é que a Angel Eventos interpreta o rio no contexto patrimonial e cultural?

R: Nós pensamos o rio como património, sempre pensamos. Quando eu coloco na programação de um evento o River Tour que a gente usa muito aqui, ao contrário de um passeio de baía, o que eu quero mostrar a essas pessoas que vêm para o evento é a dicotomia que há entre a cidade com todos os serviços e a vida dos ribeirinhos que vivem na beira do rio. A vida do ribeirinho, das pessoas que moram na margem do rio é totalmente diferente da minha.

2 - É uma dualidade?

R: quando a gente quer mostrar que Belém apresenta um cenário diferenciado, eu atravesso para a ilha do Combu com o grupo, faço um almoço ou fim de tarde num restaurante que a gente chama de Ecológico e desse lado a gente mostra o outro lado de Belém vista desse lado do rio.

3 - Existe outras actividades que tenham o rio como foco?

R: depende muito do evento. Temos eventos especificamente para quem trabalha no turismo que é completamente diferente de um congresso. É importante registra que eu não sou uma agência, nunca quis ser uma agência. Sempre fui uma empresa de eventos. Então o meu lado profissional, do meu sócio e marido e de professores nos encaminhou para isso. A gente percebe muita diferença sim. Quando a minha empresa faz um determinado evento para área médica ou outra que não especificamente ligada ao turismo, o direcionamento que é dado eu só recebo críticas...

4 - Em termos de organização aqui em Belém há uma carência de formação?

R: Muito. Apesar de eu ter ministrado a disciplina durante 20 anos a disciplina de planeamento e organização de eventos na federal. Eu dou a mão a palmatória porque eu não consegui fazer perceber. Eu sempre digo que você só consegue aprender evento, fazendo eventos porque difere muito. Tem que ver na prática.

5 - Como é que você vê a promoção da cidade de Belém?

R: Hoje muito fraca infelizmente. Me sinto muito a vontade para criticar porque sempre fui técnica e nunca fui política assumi os cargos todo, fui directora de marketing por um certo tempo na Paratur e cumpri o meu papel. Acho que representei e fiz o estado ser representado, conseguimos com que ele desse um salto de promoção porque a função da Paratur é única e exclusivamente promover o estado internamente e externamente, acho que a gente fez isso mas isso não teve uma continuidade. Nunca teve uma continuidade entre o estado e o município. Uma coisa é você vender o Pará como um todo outra coisa é vender a capital e a capital ela sempre foi enfeitada. É muito difícil o município buscar recurso lá fora, depende de uma série de contingências, de prefeitos, de secretários. A Belemtur ela não respira sozinha quando deveria, ela é uma Coordenadoria, estamos sempre falando da hierarquia. Você viu o quanto de atractivo essa cidade tem.

6 - Você considera que de facto a cidade se está a abrir para o rio ou não?

R: Não, ela já esteve porque com a questão da gestão que está sendo administrada. Quando nós abrimos as janelas e elas foram abertas não só no projecto Feliz Lusitânia mas também na manutenção e conservação da Estação das Docas. Enquanto esses galpões ficaram anos fechados, agente vivia de costas e muito apesar de a gente ter a baía ali na nossa frente. Precisou um cara que é arquitecto tido até meio maluco que foi trabalhar a questão da radicalização, e que continua nesse governo que é o Paulo Chaves. Fizemos várias homenagens a ele por ele ter essa visão; não precisa derrubar para criar para acontecer, mais ou menos a filosofia de Barcelona. Isso nos facilitou muito porque quando você entra na estação e você leva um grupo de pessoas de fora e diz assim; eu tenho desse lado toda a natureza, toda a grandiosidade da baía mas em compensação desse lado aqui eu tenho diversos atractivos e bem ali é o meu hotel. Então existe uma sequência e um complemento mas ainda não é suficiente.

7 - Como é que você apresenta a identidade ribeirinha da cidade?

R: Eu tenho um conceito diferente de quem trabalha com o receptivo e eu te darei uma outra resposta. Essa questão de eu levar o meu grupo de eventos para ver o povo ribeirinho é no sentido de mostrar para ele que nós estamos num ecossistemas mas que a gente não mora em baixa da palhoça, nós temos que desmistificar que na Amazónia não é tudo selvagem, isso mexe muito com a gente. Nos eventos quando não tinha muita internet e se usava mais o telefone as pessoas perguntavam (mas tem ar condicionado, tem táxi na cidade...) coisas assim. Quer dizer, a ideia que se tem que seja Belém. Hoje diminuiu um pouco mas a gente ainda percebe que existe uma desinformação e eu não aceito muito isso. Como é que eu sei a geografia dos EUA, onde fica Flórida...há uma falta da promoção turística. Isso é um iato que se teve infelizmente nos últimos 4 anos. Nós fomos para dentro da gaveta. Jogou-se fora todo o trabalho feito anteriormente. É o problema da continuidade, da descontinuidade administractiva politica que o estado infelizmente passa. Enquanto o estado ficou reprimido, infelizmente Belém não subiu apesar de todo o esforço que a Belemtur fez e o trabalho do Kayat. Ele é uma pessoa

que se esforça mas ele tem muitas limitações. Principalmente de acções porque ele é uma Coordenadoria e de recursos por ele depende da vontade do prefeito.

8 - Qual é a imagem que o turista leva de Belém, do rio?

R: O oposto do que a gente acabou de falar. Ele nunca imaginou que tivesse essa baía na frente. Como a repórter falou, esse comparativo (esse mar de gente no Círio e esse mar de rio que é a baía). Quando ele (turista) chega no aeroporto eu faço questão de colocar pessoas capazes que falam idiomas, que sabem informar sobre a cidade. Normalmente trabalho com estagiários da universidade e outras faculdades que vão apanhar as pessoas principalmente os palestrantes. O menor tempo de voo (directo) de uma cidade para cá é de 3h do Rio, então eles já vêm tensos e não sabem o que vão encontrar apesar de todas as informações da internet, as informações que são passas pela empresa que faz o evento ou pela própria entidade que patrocina... as pessoas as vezes não são muito ligadas nisso. Isso acontece em várias categorias profissionais, e que não tinham a menor ideia. Eles voltam com uma outra fotografia e voltam com vontade de voltar e trazer outras pessoas.

9 - Para quando o rio como actor principal da cena?

R: Eu acho que ele não é o actor principal da cena quando a gente vende Belém infelizmente. Essa é uma pergunta difícil de te responder por que hoje o que a gente vende de Belém? Além do nosso Círio que é o nosso cartão postal com a questão do turismo religioso, a nossa comida, ela está quase que encostando no Círio, eu mesma vou fazer um evento gastronómico 3 dias antes do Círio para aproveitar a demanda que vai estar aí e a arquitectura .